

isciweb.com.br/revista ISSN: 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas

Revista Científica

38ª Edição | Volume 10
Número 8 | ago./2023

ISCI

- **Ciências Agrárias**

- **Educação**

- **Empresarial**

- **Engenharia**

- **Jurídica**

- **MBA Executivo**

- **Saúde**

- **Social**

- **Tecnologia**

MULTIDISCIPLINAR



ISCI Revista Científica

Multidisciplinar

ISSN 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica

38ª Edição | Volume 10 | Número 8 | agosto/2023



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica. n.8, v.10, Sinop, MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, agosto, 2023.

Publicação Científica do Instituto Saber de Ciências Integradas - ISCI

Mensal

ISSN 2446-8436

1.Educação, 2.Problemas sociais e serviços sociais, 3.Administração e relações públicas, 4.Medicina e saúde, 5.Direito, 6.Engenharia, 7.Tecnologia.

370

360

650

610

340

620

000

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista



– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais: isciweb.com.br/livros



Direitos Reservados

As responsabilidades pelo conteúdo de cada um dos trabalhos aqui publicados, bem como seus direitos autorais, são dos autores que os assinam.

Proibida a reprodução dos Artigos aqui publicados sem a autorização de seus respectivos autores.

(art. 184 do Código Penal e Lei n 1º 9.610, de fevereiro de 1998)

Sumário

EDITORIAL.....	7
EDUCAÇÃO.....	9
- A APLICAÇÃO DOS JOGOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA (Ana Laura Cavalcante Teixeira; Eliana Patrícia Martins Borges; Norma Maria Galindo De Sousa; Rosenil Moreira Magalhães; Silvana do Nascimento Magalhães Guia)	11
- A EDUCAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA (Ana Laura Cavalcante Teixeira; Madalena Lacerda Cintra; Orcione Maria Carvalho dos Santos; Shirley Lúcia Pedroso; Taís Cristina Ormond Nascimento).....	21
- A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DOS CONHECIMENTOS E INFORMAÇÃO NA ATUALIDADE (Ângela Maria Baumgarten).....	28
- A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (Kelly Regina Lastoria).....	39
- A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR COMO BASE PARA A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA (Luzinete da Silva Mussi)	56
- A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM (Lais Ramos; Madalena Lacerda Cintra; Norma Maria Galindo de Sousa; Silvana do Nascimento Magalhães Guia; Shirley Lúcia Pedroso)	63
- A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTO NA ERA DIGITAL (Ângela Maria Baumgarten)	73
- A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS SIMBÓLICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ATIVIDADES LÚDICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA (Madelene Beatriz Laureano Cerqueira).....	91
- AUTISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REALIDADE ESCOLAR (Jaqueline Lúcia Schons Hemsing)	104

- COMO LIDAR COM ALUNOS COM TDAH NA ESCOLA (Andréa Bezerra Ferreira; Dayane Ferreira de Amaral Côrtes; Maria José Nunes Mota Gomes; Rebeca Sara Serra Costa Nascimento; Taysa Delarcos de Oliveira)	117
- GESTÃO EDUCACIONAL: UMA BUSCA MAIOR PARA UMA MELHOR EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS ESPECIAIS (Aline Rodrigues Cardim; Natália Aparecida Alves Chiquio; Cintia Rafaela de Souza; Juliana Slonik Teixeira)	127
- O LÚDICO E A ALFABETIZAÇÃO: BRINCANDO E APRENDENDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (Bruna Xavier da Silva)	155
- O LÚDICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA (Lucineia de Oliveira Barbosa Zunarelli; Luciana Cabral Santos de Oliveira; Luciana dos Santos Silva; Jaqueline Pozzebon; Sueli Souza de Oliveira Barbosa).....	165
- O LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM (Keilla Cristina da Silva Santos; Fernanda Aparecida Alves da Silva; Vilma Souza Alves; Patrícia Cavalcante Gama)	175

EDITORIAL

“Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.” Benjamin Franklin

É possível perceber o conhecimento como uma "ferramenta" abstrata. É difícil mensurá-la de modo a se comparar um ser humano com outro neste quesito, já que pessoas diferentes acumularam, ao longo de suas vidas, conhecimentos diferentes, em diversas áreas diferentes. Contudo, o conhecimento que cada um de nós vai acumulando com o tempo vai nos tornando mais eficientes em lidar com certas situações ou problemas. Essas habilidades também determinam a forma como seremos capazes de contribuir com o grupo em um trabalho mais amplo, ou com a sociedade na qual estamos inseridos.

Seja como for, o conhecimento nos melhora como seres humanos, tanto a nível pessoal, quanto social. Ele sempre traz bons frutos.

Neste sentido, nos alegramos de manter funcionando, juntamente com autores, parceiros e colaboradores, a Revista Científica ISCI, como um meio de disseminação e compartilhamento de conhecimento.

Seu conhecimento pode ajudar outra pessoa e vice-versa.

Por fim, agradecemos aos autores, leitores, parceiros e colaboradores, por juntos estarmos mantermos a ISCI Revista Científica ativa e cumprindo seu papel de compartilhar conhecimento.

Prof.^a Ma. Luzinete da Silva Mussi¹
Diretora Editorial da ISCI Revista Científica

¹ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. Atua na Área Educacional desde 1976. prof.luzinetemussi@gmail.com

EDUCAÇÃO

- A APLICAÇÃO DOS JOGOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA (Ana Laura Cavalcante Teixeira; Eliana Patrícia Martins Borges; Norma Maria Galindo De Sousa; Rosenil Moreira Magalhães; Silvana do Nascimento Magalhães Guia)

A APLICAÇÃO DOS JOGOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Ana Laura Cavalcante Teixeira

Eliana Patrícia Martins Borges

Norma Maria Galindo De Sousa

Rosenil Moreira Magalhães

Silvana do Nascimento Magalhães Guia

RESUMO:

O presente artigo trata sobre a aplicação dos jogos educativos na educação infantil e a sua contribuição no processo de ensino e aprendizagem da criança, partindo do pressuposto de que esses recursos pedagógicos contribuem de forma significativa para a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos. Sendo assim temos como objetivo geral demonstrar a importância dos jogos educativos no processo de aprendizagem das crianças. Para isso, realizamos revisão bibliográfica de livros, artigos, monografias, dentre outros. Justificamos a escolha desse tema pela necessidade em desmistificar a ideia de que jogos educativos não são perda de tempo ou simples passatempos, demonstrando a importância de ambos na educação infantil no que tange o desenvolvimento integral das crianças. Entendemos que os jogos fazem parte da natureza da criança, e que toda criança saudável se reconhece no brincar, com isso, vale ressaltar a importância da compreensão da criança, o seu envolvimento e interação com os colegas no momento da recreação e da brincadeira, enquanto a criança brinca incorpora valores que resultam na aprendizagem de uma forma prazerosa na qual ela se identifica. Diante desse contexto, pode-se concluir que os jogos educativos assumem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças que ao brincar são estimuladas a perceber e explorarem o espaço em que estão inseridas, criando diversas formas de representar o mundo através da imaginação, isso demonstra que o uso desse importante recurso pedagógico facilita a aprendizagem e torna as aulas mais agradáveis, estimulantes, prazerosas e eficazes.

Palavras-chave: Jogos Educativos. Educação Infantil. Aprendizagem. Criança.

INTRODUÇÃO

Diante do contexto atual sobre o processo de ensino e aprendizagem, a educação infantil entende os jogos educativos em seu aspecto livre como uma forma simbólica e funcional para o desenvolvimento de crianças, os jogos fazem parte do universo infantil e é por meio delas que a criança desenvolve suas habilidades, acumula conhecimento, e assim contribuem de forma significativa no processo de aprendizagem de cada criança motivando-as para

uma maior socialização e interação escolar, fatores indispensáveis para uma compreensão de mundo e interação social.

Sendo assim, o presente artigo trata de uma reflexão acerca da importância dos jogos para o desenvolvimento integral de crianças na educação infantil, visto que nessa fase as crianças começam a descobrir o mundo e a se autodescobrirem, compartilham informações, trocam experiências vivenciadas no seu dia a dia e caracterizadas na brincadeira, a partir daí ela passa a atribuir significados aos seus movimentos e gestos.

No entanto, é fundamental priorizar os jogos pois a criança desenvolve sua autonomia de forma livre e prazerosa. Os jogos por prazer caracterizam a ação da criança e o próprio ato de brincar é uma linguagem, nele a criança desenvolve atividades sensomotoras, corporais, sonoras, verbais e passa a se autodescobrir, nesse sentido ressaltamos o quanto os jogos são significativos na vida da criança, que se reconhece e desenvolve múltiplas linguagens dentro da brincadeira.

Entretanto, vale ressaltar que o mais importante é que a criança compreenda, que seja desenvolvido o seu envolvimento e interação com os colegas no momento da recriação e do jogo, o que com muita clareza facilitará o papel do professor durante a transmissão do conhecimento e aprendizagem das mesmas. Dessa forma o jogo aliado às brincadeiras tem sido utilizado há vários anos nas escolas, primeiramente como método de preparação para vida e aos poucos se tornaram marcas da infância, desde os primeiros anos de nossas vidas somos estimulados a vivenciarmos essa interação com o mundo a nossa volta, de forma que a utilização de métodos mais eficazes pudesse favorecer essa interação com o mundo a nossa volta.

Sendo assim, pode-se ressaltar que as crianças estão sempre buscando entender parte da grande diversidade a sua volta, e os jogos e o ato do brincar tornam-se ferramentas essenciais para essa interação com o meio em que estão inseridas.

Diante disso, existe uma grande diversidade de jogos das mais variadas formas e que podem estimular o cérebro, o corpo e a interação da criança com o meio social, o brinquedo de cunho educativo se torna um excelente agente capaz de transmitir e desenvolver variados métodos de conhecimento,

contribuindo para o desenvolvimento das crianças em seus aspectos: físico, cognitivo, sensorial, motor, cultural e social.

Nessa perspectiva foi desenvolvido trabalho com o título “a aplicação dos jogos educativos na educação infantil e a sua contribuição no processo de ensino e aprendizagem da criança” abordando a importância em utilizar os jogos educativos como recurso pedagógico na educação infantil, tendo como problema: de que forma os jogos educativos podem contribuir no processo de aprendizagem da criança na Educação Infantil? Tornando o ambiente mais lúdico, desenvolvendo os jogos educativos dentro e fora do ambiente escolar, visto que a criança aprende brincando, por isso o ambiente precisa ser pensado de acordo com as especificidades das crianças, deve ser acolhedor, atraente, prazeroso e agradável, assim como a escolha dos jogos, a maneira como estes serão apresentados as crianças, e não podemos esquecer do cuidado na escolha dos brinquedos, pois é de suma importância que estes sejam adequados e atendam as especificidades de cada criança.

Sendo assim definimos como objetivo geral: refletir acerca da importância dos jogos educativos para o desenvolvimento integral de crianças na educação infantil. Especificamente, procurou-se refletir sobre a importância do uso de jogos como recurso pedagógico na educação infantil e suas contribuições para o desenvolvimento de crianças, ampliar as possibilidades de comunicação e socialização infantil através de jogos e brincadeiras e estimular as linguagens múltiplas, sejam elas corporal, oral e escrita, demonstrando que é possível promover uma aprendizagem significativa através do lúdico, nesse caso, da utilização de jogos educativos no processo de aprendizagem. Nesse contexto pode-se finalizar que os jogos educativos têm um papel específico na vida das crianças, tornando-se imprescindível para o processo de construção do conhecimento e na realidade compreendida por elas, a escola é um ambiente indispensável para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. A escola deve assumir uma função de caráter indispensável na construção desse conhecimento, por ser a entidade especializada para essa finalidade. Pois a utilização de jogos educativos na primeira infância é um convite especial para o estímulo desse aprendizado, a escola por sua vez deve identificar quais os aspectos que favorecem mais a aprendizagem das crianças.

AS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os jogos educativos na educação infantil têm se tornado cada vez mais fundamental para aprendizagem de crianças e fomentam uma prática significativa dando maior qualidade durante o desenvolvimento de crianças, promovendo o desenvolvimento de várias habilidades e competências. Dessa maneira os jogos fazem parte do cotidiano infantil de crianças, isso possibilita a interação da criança com o mundo ao seu redor desde os primeiros anos de vida através da imaginação e as interações existentes nas práticas de seu cotidiano.

Sendo assim pode-se dizer que as atividades lúdicas devem fazer parte da vida de toda criança e é um período de grande aprendizado, além de influenciar por toda a vida. Pois a educação lúdica e sua diversidade, repleta de jogos e brincadeiras influencia na formação do caráter e no desenvolvimento das mesmas, interferem diretamente no processo de formação da personalidade e do intelecto de cada criança. Diante desse fator através do jogo a criança emprega e manifesta as mais variadas emoções, durante sua interação com os demais, desenvolvendo assim suas habilidades motoras e psíquicas, além de construir sua moral. A criança se desenvolve e aprende em outros ambientes e em outras circunstâncias que não envolvam unicamente o ambiente escolar. Há fatores alheios, além da escola que também podem influenciar no processo de desenvolvimento da criança, sendo esses, adultos, brinquedos, brincadeiras e jogos, entre outras experiências vivenciadas em seu cotidiano.

Entretanto, a contribuição dos jogos, no campo do desenvolvimento infantil, ocorre em diversas áreas, sendo assim ao se relacionar com o outro, a criança aprende a respeitar as regras que são inicialmente impostas e com situações que nem sempre lhe são favoráveis. Ao longo de seu desenvolvimento, essas regras, gradualmente, ganham significado e sentido,

provando sua relevância ao tempo em que se mostram necessárias para a organização das mais variadas relações.

Desse contexto conclui-se que os jogos são uma forma privilegiada de interação com os outros sujeitos, sejam estes adultos ou crianças, objetos e com a natureza à sua volta. Pois a criança se apropria gradativamente das práticas sociais e daquelas existentes ao grupo em que pertencem. Assim sendo, compreende-se que os jogos possibilitam experiências de cunho cultural e de interação como meio em que a criança está inserida, fator indispensável para a construção da identidade do sujeito, auxiliando em seu desenvolvimento cognitivo e afetivo.

BREVE CONCEITO DE JOGOS EDUCATIVOS

Jogos educacionais são jogos elaborados especificamente para ensinar as pessoas sobre um determinado assunto, expandir conceitos, reforçar desenvolvimento e entendimento sobre um evento histórico ou cultural. Em resumo, são jogos que têm como objetivo passar algum fundamento ético ou valores de vida. Podem se apresentar de formas variadas, e, dependendo de seu contexto principal, podem ser utilizados até por professores nas escolas.

Os brinquedos e jogos são utilizados para gerar diversão à criança e/ou aos adultos. Contudo, atualmente muitos jogos são levados à sala de aula para que, a partir dele, o professor torne possível a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades requeridas durante as aulas. Quando o jogo ou objeto lúdico é inserido na aula, deixa de fazer parte de uma brincadeira e passa a ser um material pedagógico. De acordo com Kishimoto (1998), essas estratégias metodológicas podem exercer ambas as funções. Os jogos educacionais facilitam e estimulam a aprendizagem através da interação, desenvolvendo capacidades cognitivas e a coordenação motora.

A escola é um local em que a criança ou adolescente deve adquirir conhecimentos e habilidades. Muitas vezes a atividade lúdica na escola é desvalorizada pelos professores e pelos pais.

Jogos educativos estimulam e favorecem o aprendizado dos discentes e o processo de socialização, além de contribuir para a formação de sua personalidade. Para isso, os jogos educativos mobilizam esquemas mentais, estimulam o pensamento, a ordenação de tempo e de espaço. Eles também favorecem a aquisição de condutas cognitivas e desenvolvimento de habilidades como coordenação, destreza, rapidez, força e concentração.

O surgimento do jogo educativo se deu no Renascimento, os jogos de todos os tipos que na era medieval eram abominados ressurgem se incorporando novamente no cotidiano das pessoas e também como um material pedagógico no ensino. Atualmente os jogos na educação são classificados de acordo com duas funções. A primeira é a lúdica que fornece prazer e diversão, a segunda é a educativa o jogo pode auxiliar ou promover a aquisição de saberes. É importante que na aplicação de jogos haja a mediação do professor para que a função lúdica não se sobreponha a função educativa, deve haver um equilíbrio entre essas duas funções gerando maior interesse nos alunos.

A palavra jogo é originária do latim: *iocus*, *iocare* e significa brinquedo, divertimento, passatempo sujeito a regras, entre outros.

De acordo com Leal (2005), o jogo é uma atividade lúdica em que crianças e/ou adultos participam de uma situação de engajamento social num tempo e espaços determinados, como características próprias delimitadas pelas próprias regras de participação na situação “imaginária”.

A maior parte dos jogos educativos é voltada para o público infantil. Existem dois grupos principais de jogos infantis: os de enredo e os de regras. Os jogos de enredo também são chamados de jogo imaginativo, de faz-de-conta, de papéis, simbólico ou sócio-dramático. Os jogos de regras visam promover o desenvolvimento cognitivo e afetivo-social do jogador. Neles, as crianças se imaginam nos papéis dos adultos, representando a realidade que vivem, ou que gostariam de vivenciar.

Um bom exemplo de jogo de regras é o xadrez. Nele, a situação imaginária está subentendida e as normas orientam a brincadeira. Os participantes ficam atentos a finalidade do jogo e no atendimento aos códigos por eles compartilhados.

Podemos aproveitar algum momento de alguma aula para fazer com que o aluno memorize de forma descontraída o conteúdo dado. Não perdendo o senso de que a criança precisa brincar, os educadores poderão intervir durante a brincadeira para facilitar o aprendizado e sempre estabelecendo uma relação com o que foi estudado até então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme estudo realizado sobre o tema foi possível a constatação que os jogos educativos influenciam de forma significativa no processo de aprendizagem e desenvolvimento, pois essas atividades proporcionam uma aprendizagem significativa para a criança na educação infantil. Diante desse contexto ficou evidente a importância do uso de jogo no processo de aprendizagem da criança, sendo reconhecido com um excelente recurso didático e como um elemento facilitador desse processo na ação do educador em sala de aula, tornando assim a aprendizagem prazerosa e envolvente.

Sendo assim é fundamental que educador utilize desses recursos como proposta pedagógica em sala de aula. Pois através de estudo que compreendemos que o jogo é uma ferramenta importante para o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo.

Diante do exposto, espera-se que esse estudo contribua para a prática pedagógica do educando da educação infantil e para que esses profissionais ampliem sua consciência da importância do jogo para o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998b. v.2.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.
BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. São Paulo: Rev. Fac. Educ. vol.24 n.2, 1998.

_____. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Entrevista - A pedagogia do brincar com Janet Moyles. Disponível em <http://www.revistapatio.com.br/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.
<http://educacaoinfantilummundoadescobrir.blogspot.com.br/2011/03/entrevista-pedagogia-do-brincar-janet.html/>> Acesso em: 12 de junho de 2019.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

_____. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas atuais. Belo Horizonte, 2010.

_____. O jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Maria da Glória. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Trad. A. Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971a

BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). O jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 5 Ed. São Paulo: Altas, 2009.

BRASIL, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis Elise P.da Silva. Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

LOPES, Maria da Glória. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. Atividades lúdicas para a educação infantil: conceitos, orientações e práticas. 2 Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2009(a).

- A EDUCAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA (Ana Laura Cavalcante Teixeira; Madalena Lacerda Cintra; Orcione Maria Carvalho dos Santos; Shirley Lúcia Pedroso; Taís Cristina Ormond Nascimento)

A EDUCAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Ana Laura Cavalcante Teixeira

Madalena Lacerda Cintra

Orcione Maria Carvalho dos Santos

Shirley Lúcia Pedroso

Taís Cristina Ormond Nascimento

RESUMO

O presente trabalho sobre a Educação e a importância da formação continuada de professores e o processo de ensino e aprendizagem da criança tem por objetivo compreender a proposição de um novo formato para a formação. Sendo assim o estudo investiga a concepção e os desafios enfrentados pelos professores, em sua formação continuada, com foco na compreensão e nas implicações que a mesma pode trazer para a prática desses profissionais. Desse modo a formação continuada é considerada como essencial nas discussões sobre o desenvolvimento profissional docente, a formação continuada dos educadores é um direito e um dever previsto pela Lei nº 9393, de 1996. Sendo assim, pode-se ressaltar que a formação continuada constitui em proposta firmadas com objetivo de a ampliação do universo de conhecimento dos professores e a reflexão da concepção histórico-crítica norteando o trabalho educativo. Entretanto para desenvolvimento do estudo adotou-se uma abordagem qualitativa com base na pesquisa bibliográfica e documental sobre as concepções de formação docente no contexto atual. Diante desse contexto em estudo, conclui-se que a formação continuada de professores cria possibilidades de resignificação da prática docente e espaços de fortalecimento da relação teoria e prática. A formação continuada também proporciona uma visão mais íntima da realidade educacional, bem como do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Formação continuada. Professores. Educação. Criança

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais a tecnologia está cada vez mais presente no cotidiano dos estudantes. Sendo assim, a escola por sua vez deve utilizar destas ferramentas, a fim de obter, melhores rendimentos em sala de aula. Portanto com o advento da globalização da economia, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, mudanças significativas ocorrem com o impacto do ajuste da nova ordem do capital. Pois as transformações intervêm nas esferas da vida social, política e educacional instaurando-se uma efetiva

democratização do ensino. Para fazer um contraponto a estas mudanças é hora de repensar nosso papel de profissionais da educação, nosso compromisso político e competência técnica. Dessa forma precisa-se necessariamente de um espaço para nossa formação, um novo formato que possa estabelecer formas de organizar o trabalho na escola e potencializar discussões que atendam aos objetivos de contribuir efetivamente com nossa prática educativa nos meios do direito social que temos de nos qualificar.

Diante desse contexto o objetivo deste trabalho é descrever um modelo de formação para os professores, analisar os encontros e discutir a interação colaborativa. Pois, a formação continuada dos professores deve ser orientada por uma teoria. Sem desconsiderar a importância da prática, é preciso ressaltar a teoria não só para uma reflexão sobre novas possibilidades ao acesso do conhecimento, como para uma análise da própria prática.

Entretanto, a partir destas considerações, foram feitas reflexões das políticas públicas atuais voltadas para a formação continuada de professores, chegando à construção de indicadores de elementos que possam contribuir para a melhoria desta formação: elaborar o projeto de formação continuada da escola articulado ao Projeto Político Pedagógico (PPP); conduzir os sistemas de ensino à reflexão sobre o papel social da escola na construção e apropriação coletiva do conhecimento e estabelecer um espaço de formação dos professores por meio da organização de grupos de estudos construindo um comprometimento coletivo com o processo ensino-aprendizagem. Como objetivos específicos têm-se estudar as teorias pedagógicas que fundamentam a educação brasileira; estudar o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar da instituição; oportunizar a reflexão sobre os fundamentos teórico-metodológicos como suporte para a ação do professor; discutir as políticas públicas voltadas para a formação de professores incorporando sugestões de formação continuada; propor estratégias de articulação entre a formação inicial e a formação continuada de professores; propor situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo dinâmico e contínuo de formação profissional.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

A importância da formação continuada de professores é essencial para a construção do conhecimento dos alunos. Isso porque, apesar de o fato de os estudantes terem bastante acesso a conteúdo por meio da internet e dos livros, a escola ainda é a principal fonte de aprendizado. Diante disso, os professores devem se manter atualizados para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos. Pois a formação continuada é uma forma de manter a qualidade do ensino e por isso ela é necessário para quem deseja cumprir com maestria sua função de educador.

Entretanto, pode-se ressaltar que a formação continuada é tão importante, tanto para alunos quanto para professores. Para os docentes, se manter atualizados é uma forma de adquirir novos conhecimentos em relação às novas práticas pedagógicas e tendências de ensino. Através da formação continuada os professores aprendem a lidar com as novas ferramentas e ainda criam novas formas de ensinar os alunos utilizando diferentes recursos disponíveis, o que permite um processo de ensino mais atrativo para os alunos.

Desse modo, compreende-se que a formação continuada do professor, é fundamental para o bom exercício da profissão, são saberes históricos, teóricos e práticos que fomentam a atuação destes profissionais em sala de aula. Sendo assim, os professores que adquirem novos conhecimentos conseguem melhorar a forma com a qual passam o conteúdo para seus alunos e ainda conseguem um engajamento melhor com a turma.

Diante do contexto em estudo, a formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional e possibilita que os professores identifiquem quais são as principais dificuldades de aprendizado dos alunos e permite que eles criem formas de contornar a situação, o que traz benefícios tanto para sua carreira profissional quanto para a escola na qual trabalham. Dando suas contribuições sobre a formação continuada Wengzynski e Tozetto (2012, p. 4), ressaltam que:

A formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. A

partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças.

Portanto, a formação continuada liga-se à percepção da aceleração das mudanças sociais e técnico-científicas, que constituem-se como os novos desafios da atualidade. Desse modo a formação continuada, é vista como importante ferramenta de aprendizagem, é considerada pela LDB direito de todos os profissionais que trabalham em qualquer estabelecimento de ensino. A formação continuada é um processo permanente de aperfeiçoamento, de modo a permitir que professores ampliem seu repertório de práticas pedagógicas para apoiar os alunos de novas e mais eficientes maneiras em seu desenvolvimento. E, da mesma forma, que gestores educacionais e outros membros da equipe desempenhem com ainda mais eficácia o seu papel no setor da educação.

Entretanto pode-se dizer que a formação continuada trata-se de um processo de capacitação contínua e de profissionalização das equipes, atualizando e ampliando seus saberes e alinhando-as às novidades e oportunidades de melhorias para uma educação ainda mais eficiente e relevante. Dessa forma a formação continuada é indispensável e importante para que as instituições de ensino acompanhem essas novidades e consigam evoluir e proporcionar uma educação ainda mais qualificada e completa aos alunos, promovendo impactos positivos em toda a comunidade escolar.

Diante do contexto apresentado pode-se concluir que a formação continuada melhora o potencial do nível de aprendizado dos alunos, o que deve se refletir em um desempenho mais elevado em índices e provas relevantes, além de redução de percentuais como os de evasão escolar. Sendo assim, a formação continuada é um recurso que permite que os professores aprendam continuamente para ensinarem, apoiarem e facilitarem o desenvolvimento dos estudantes e da própria sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho apresentado, pode-se ressaltar que a realização deste artigo proporcionou uma visão mais íntima sobre a formação continuada dos professores, através de pesquisas pode-se compreender que as atividades escolares, de modo geral, devem ocorrer a partir de interações entre professores e alunos, sendo estas atividades impossíveis de serem preparadas só pelos professores, sem que sejam levados em consideração a própria aprendizagem e a alegria de poder finalizar as atividades com êxito por ambas as partes.

Nesse contexto, é possível perceber que o professor tem que procurar novas estratégias para saber lidar com tantas dificuldades enfrentadas no ambiente escolar. Mas, diante de tantos problemas, o que nos faz querer continuar é saber que pode e deve modificar as estratégias de ensino, através de novas metodologias, para que os alunos possam obter resultados eficazes, garantindo o bom desenvolvimento, bem como o verdadeiro processo ensino-aprendizagem, contribuindo, cada vez mais, para uma educação de qualidade.

Sendo assim, podemos concluir que os resultados finais deste trabalho foram satisfatórios, e os seus objetivos foram alcançados, pois este momento formativo proporcionou, aprendizados de grande importância na vida social, como também e, mais importante, na vida profissional de cada indivíduo. Desta forma esperamos, com estes resultados, colaborar com a formação continuada dos professores atuantes, bem como proporcionar novas possibilidades de ensino, que facilitem e/ou auxiliem esses profissionais no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC:UNESCO, 2003.

ELIAS, M. F. O; OLIVEIRA, M. I. M. P. A importância da formação continuada na prática do professor reflexivo. In: Tecer conhecimentos, Recife, PE – ano II, n.1, p. 92-96, set. 2007.

FREIRE, P. A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: “Paz e Terra”, 1996.

GONDIM, G. H. P. O contexto escolar no Brasil contemporâneo. Revista eletrônica de educação da Faculdade Araguaia v. 1, n. 1 (2011) Goiânia – GO. Disponível em: <<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/24>>. Acesso em: 10 fev. 2015>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MALI, T. Um bom professor faz toda diferença. Rio de Janeiro: Sextante, 2013. 128p.

PEREIRA, C. J. T. A Formação do Professor Alfabetizador: desafios e possibilidades na construção da prática docente. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho,

RO, 2011. Disponível em: <http://www.mestradoeducacao.unir.br/downloads/1630_dissertacao_claudia_ju_stos.pdf>. Acesso em: 02 de jan. de 2017.

PERES, M. R; Et All. A formação docente e os desafios da prática reflexiva. Educação, v. 38, n.2, maio/agosto. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/198464444379>>. Acesso em: 04 de jan. 2017.

PIMENTA, S. G. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v.22, n.2, p.72-89, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33579/36317>>. Acesso em 18 fev. 2015.

SILVA, L. M. R. Participação da família e comunidade no contexto escolar.

Tocantins, TO. (s.d.). Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2152/LICIONI_ATCC_FINAL.docx>. Acesso em: 06 jan. de 2017.

**- A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DOS CONHECIMENTOS E
INFORMAÇÃO NA ATUALIDADE (Ângela Maria Baumgarten)**

A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DOS CONHECIMENTOS E INFORMAÇÃO NA ATUALIDADE

Ângela Maria Baumgarten²

RESUMO

Ao falarmos de conhecimento e informação muitas são as dúvidas sobre como evoluímos, para sanar algumas delas, este estudo procurara apresentar o que é a aquisição de conhecimentos e informação e com ele ocorre por meio da argumentação de alguns atores selecionados para explicar sobre o assunto. Na sequência será apresentado informações sobre a importância de se desenvolver e adquirir conhecimentos e informação, aprendendo assim como evoluímos enquanto sociedade em formação, quais as maneiras utilizadas para se manter a informação e o conhecimentos vivos ao longo de todos estes anos de existência humana, para então se chegar as mudanças que ocorreram na humanidade e que fizeram com que tivéssemos as formas atuais de preservação, aquisição e apresentação atual dos conhecimentos. Com tudo poderemos assim definir qual a importância da aquisição do conhecimento e da informação na atualidade, pois a mesma direciona os acontecimentos da sociedade e as formas de aquisição mais recente.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição. Conhecimento. Mídias Tecnológicas.

1- INTRODUÇÃO

O estudo tem como objetivo procurar saber qual é a importância da aquisição do conhecimento e da informação na atualidade, podendo assim compreender como a sociedade veio ao longo dos anos modificando sua forma de aprendizado, no intuito de evoluir.

A pesquisa buscará por meio de autores e estudiosos compreender a evolução das formas de guardar, preservar e apresentar os conhecimentos que a humanidade possuiu durante sua evolução social, e assim entender qual é a importância de se preservar os conhecimentos humano para a formação das novas gerações.

O primeiro ponto a ser abordado é justamente definir o que é apropriação dos conhecimentos, como isso ocorre, já que existiram várias formas de se manter o conhecimento vivo para que a humanidade possa evoluir.

² E-mail do autor: angela.mariab@hotmail.com

Buscar-se há ainda compreender a importância de se adquirir as informações e conhecimentos de forma correta, já que na atualidade temos muitos meios e processos de aquisição da informação e todo cuidado é pouco, pois com uma grande discriminação de informação por vários meios, deve levar o leitor e pesquisador a estar atenta as falsas informações.

O estudo em si será norteado por uma pesquisa bibliográfica a respeito do assunto que é a apropriação social da informação, de modo a compreender qual a importância da aquisição dos conhecimentos e informações na atualidade, e quais mudanças ocorreram ao longo da nossa história, utilizando o método qualitativo descritivo para melhor compreender e explicar o tema.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- CONCEITOS DE APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS CONHECIMENTOS

Ao olharmos para a evolução de todas as sociedades poderemos perceber que a busca pela informação e o conhecimento sempre foi uma constante, pois, buscou –se obter conhecimentos das coisas, dos fenômenos da natureza, dos acontecimentos das ciências entre outros, em todas as sociedades.

Conforme as sociedades se formaram e evoluiu, essa busca foi se modificando se ampliando e tomando rumos diferentes em cada um dos conhecimentos, formando-se assim algumas ciências de áreas totalmente focadas em determinados assuntos, como as ciências sociais, as ciências exatas e humanas.

As novas informações que foram surgindo foram impondo aos seres humanos novas habilidades e conhecimentos em todas as áreas. Conhecimentos estes que no início das civilizações eram passados dos mais velhos a geração mais nova, depois buscou-se guardar estes conhecimentos por meio de registros escritos nas cavernas, nos primeiros tipos de papel (papiro), no couro, nas tabuas de cerâmicas entre outros materiais.

A sociedade foi-se evoluindo e com isso as formas de conhecimentos e de manter estes conhecimentos guardados e vivos, por meio dos livros até algumas décadas atrás, pois foi aí que o conhecimento deu um salto muito grande por meio das mídias e novas tecnologias nos formatos de guardar e distribuir a informação e o conhecimento existente.

Foi então que surgiram as novas formas de apropriação da informação que até então eram obtidas apenas em escolas especializadas e por meio de materiais impressos.

A partir desse momento passamos a ter obras, artigos, revistas, jornais e muitos outros meios de informação sendo distribuído por meios eletrônicos, não significando que os antigos formatos perderam sua validade, apenas acrescentaram novos métodos para se conseguir ficar informado e formado em alguma área ou ciência mesmo que distante da escola ou departamento de formação acadêmica.

Surgem com isso as novas formas de apoderamento da informação, na qual a pessoa pode manter-se informada de modo instantâneo e em todo espaço territorial, pois, a antiga forma de apoderamento não alcançava toda esta dimensão espacial de modo tão rápido, BUENO (1974 P. 301), aponta que, “[...] apoderação, apoderamento, é a posse de alguma coisa, tornar alguma coisa sua, de sua propriedade”.

Tomar posse dos conhecimentos nos dias de hoje vai além de saber onde encontrá-los, é você poder se apropriar dos conhecimentos que estão disponíveis seja por meio de materiais impressos, online ou por meio das mídias sociais, sejam elas (bibliotecas e departamentos culturais), ou ainda por meios eletrônicos como computadores e celulares.

A partir da perspectiva de Marx (1977, 1979), Leontiev (1978), a apropriação é condição fundamental ao desenvolvimento do ser social. É por meio do processo de apropriação que o sujeito se torna apto a exprimir sua natureza humana, pois, são criadas novas aptidões e funções psíquicas que são produtos do desenvolvimento sócio-histórico do homem.

As teorias trazidas pelos autores acima fazem sentido, pois, de um modo particular acabamos nos apropriando dos conhecimentos e informações trazendo para cada pessoa um certo sentido próprio, e com estas informações

acabamos construindo novos conhecimentos que nos são úteis para determinadas finalidades e trabalhos.

Para Leontiev (1978), a citação abaixo faz referência a mais duas contribuições importantes do autor:

“As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação” (LEONTIEV, 1978, p. 272).

O autor nos leva a crer que a apropriação dos conhecimentos é muito importante para a formação humana desde os primeiros anos de vida, pois, é nesta fase que se forma o caráter e se compreende o ato social de ser e agir em sociedade, absorvendo assim todos os conhecimentos necessários para a maturação humana do ser.

La Soudière (2001, P. 4) observa que a apropriação baseia-se essencialmente no processo de identificação, havendo ou não modificação da realidade em questão. O sentido aqui expresso pelo autor depende muito da forma como esta apropriação acontece e para que foi utilizada a informação e os conhecimentos adquiridos.

Sabe-se que todo conhecimento é válido para a formação do ser humano, tanto o utilizado para apenas sanar dúvidas quanto o utilizado para formação científica, pois um corresponde a saberes populares de modo empírico e outro comprovado por meio das ciências e dos fundamentos teórico em meio de pesquisa e testes científicos.

2,2- A IMPORTÂNCIA DE SE ADQUIRIR AS INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS CORRETOS

Quando discorremos sobre a importância de se adquirir a informação e conhecimentos de forma correta podemos questionar se existe um modo errado na forma de aquisição. Podemos dizer que não existe um modo errado na forma de aquisição, o que se deve na verdade levar em conta é selecionar com cuidado as informações mais relevantes entre os meios confiáveis de informação e comunicação escrita e mídias existentes.

Aponta JAPIASSU (1977, P. 15) que: "É considerado saber, hoje em dia, todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados, susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino".

De um modo mais simples podemos dizer que o conhecimento pode ser dividido em dois formatos distintos, aquele que adquirimos de maneira mais livre com as convivências e experiências naturais do dia a dia chamado de conhecimentos empírico, e um segundo formato, de modo já esquematizado e construído com suas regras próprias para fazer com que o ser humano, siga certa linha de raciocínio na aquisição dos conhecimentos e informações, que podem estar ligadas a forma pratica e/ou midiática na atualidade em que se vive.

Um dos meios encontrado pela sociedade de se manter os conhecimentos sobre fatos e sobre a própria ciência da humanidade, foi a construção de materiais como as pinturas rupestres nas cavernas em tempos de início de civilização, cerâmica, couro e papiros em tempos de evolução e papel e mídia telecomunicavas em tempos mais modernos.

Ao falarmos sobre a importância da aquisição da informação e do conhecimento de modo social, é a possibilidades de podermos ofertar a todas as classes sociais os mesmos direitos à informação, seja ela por meio das bibliotecas ou dos espaços de cultura, e também questionarmos se estamos contribuindo para que a sociedade de um modo geral está tendo acesso a toda esta informação.

Para Perez (2008) "[...] a cultura pertence à humanidade, que reconstrói seu imaginário a partir de sua herança. Por isso, em vez de negar o passado para afirmar uma suposta originalidade, o artista cria a partir de fragmentos da memória artístico-cultural".

Sendo assim podemos afirmar que todo conhecimento que possamos adquirir ao longo da vida é extremamente importante para formarmos nosso intelecto, e construirmos a nossa história social e de vida, de cultura e de arte.

Contemplando a realidade atual de nossa sociedade vemos que existem muitas formas de aquisição do conhecimento que servem de suporte para que as pessoas possam adquirir as informações e conhecimentos, que os transforme em pessoas melhores, com ações que podem visar o crescimento pessoal e profissional, trazendo assim para a sociedade benefícios e até conscientização de como ser e agir na coletividade.

Adquirir conhecimento e construir conhecimento pode estar ligado, já que a partir do momento que você consegue absorver os conhecimentos, estes não serão paralisados, sempre será feito algo do conhecimento adquirido, que podem interferir na forma de pensar sobre determinado assunto, assim como ações que podem trazer melhorias para a vida. As informações se bem utilizadas podem trazer benefícios a sociedade e ao ser humano, mais se utilizadas com pensamentos de maldade, mesquinhos e egoísmo podem até o destruir.

Ao falarmos em construção de conhecimentos temos dois formatos, o conhecimento próprio de cada indivíduo e o conhecimento social que envolve toda uma sociedade e vários pontos de vista de uma mesmo assunto.

Em tempos passados as formas de se adquirir conhecimentos e informações eram voltadas a conhecimentos próprios de cada cultura e a materiais impressos, hoje em dia muitas mudanças ocorreram com os avanços tecnológicos, com a influência do pós Segunda Guerra Mundial, pois, este foi um período de muitas transformações sociais e tecnológicas.

Segundo LITTLEJOHN, (1982) A teoria da informação é uma consequência direta do pós-guerra na indústria de telecomunicações e hoje tem aplicações muito práticas nas ciências eletrônicas de computação, onde é imprescindível avaliar quantidades de informação, projetar canais, transmissores, receptores e códigos que facilitam a manipulação da informação, além de oferecer contribuições à comunicação social.

Com estas transformações foi se tornando necessária uma espécie de gerenciamento de informações, pois, nem tudo que se esta exposta nas mídias

sociais da internet é confiável ou importante para a formação do ser humano. Deste modo criou-se certas regras, programas e formas de se gerenciar a informação deixando-as mais precisas ao uso, sendo as informações falsas classificadas como fake News.

Alguns autores (SUTTERLEY; DON - NELLY, 1973 e MORTENSEN, 1980) afirmam que “[...] a comunicação é considerada como um dos processos básicos do ser humano ao longo de sua trajetória vital, sendo a mais complexa e elevada conquista da humanidade”. Acreditamos que a comunicação em todos os sentidos pode ocorrer por vários meios sendo eles, escritos, verbais, símbolos, mídias, imagens e sinais entre outros.

Com este pensamento, buscamos compreender a importância de se adquirir conhecimentos e informações de modo correto, ou seja, aquelas informações que são seguras comprovadas por meio das ciências sociológicas, verídicas mesmo que em meio midiáticos, pois, hoje em dia existe muitas formas de se espalhar inverdades.

Para se conseguir dominar o conhecimento e a aquisição das informações de um modo geral é preciso ser atento aos métodos atuais de disseminação das informações que vem variando ao longo da evolução social.

Acredita-se que a educação atual tem o papel de desenvolver nas crianças familiaridade com as novas tecnologias, com esta ideia criou-se então as TCSs que são tecnologias de comunicação que auxiliam os professores e as crianças em sua formação tecnológica para melhor compreender as mídias e assim fazer uso para atividades significativas ao desenvolvimento humano.

[...] O papel das TICs na educação vem se difundindo na medida em que se questiona a função da escola e do professor, uma vez que, a função do aparato educacional não deve ser a de ensinar, mas de promover o aprendizado (VALENTE, 1991, p. 17).

Justamente por vivermos em uma era na qual a tecnologia domina muitos setores é que devemos preparar as novas gerações para o uso consciente dos métodos de preservação dos conhecimentos, das informações e das tecnologias que vem guardando e difundindo assim os novos e antigos conhecimentos da humanidade.

Contudo podemos dizer que a melhor maneira de se adquirir conhecimentos seguros é justamente observando quais são os meios e métodos confiáveis para se adquirir as informações e conhecimentos corretos por meio do domínio das tecnologias atuais e dos departamentos de educação, cultura e lazer.

3- CONCLUSÃO

O estudo nos possibilitou a compreensão de que existem muitos meios, métodos e forma de aquisição dos conhecimentos e das informações. Nos primórdios os métodos eram simples e passados de geração em geração, sua forma de guardar estes conhecimentos eram muito primitivas e se perdiam com o tempo justamente pela utilização de materiais que eram muito sensíveis.

Como exemplo temos as pinturas rupestres que eram as primeiras maneiras de se guardar o conhecimento, em seguida tivemos as tábuas de argila (cerâmica), o papiro, e o couro, que deviam ficar armazenados em locais longe da humidade. De mesmo modo criou-se o papel que teve uma função primordial para a humanidade como guardião de muitos conhecimentos que estão até hoje a disposição em bibliotecas, públicas e particulares.

O estudo aponta ainda para uma das maiores evoluções da humanidade que ocorreu depois da segunda guerra mundial que é a criação das mídias tecnológicas (computadores e internet) que vieram para modificar as formas de aquisição de conhecimentos que antes eram limitadas aos conhecedores (professores e cientistas) e aos materiais impressos (livros, revistas, jornais, panfletos...).

Este método modificou boa parte da sociedade, pois, as mídias tecnológicas, não só passaram a preservar as informações e conhecimentos mais a difundi-las por todo mundo por meio da internet, não sendo assim necessário estar presente para enviar certo documento, informação, conteúdo ou conhecimentos.

A mudança na forma de preservação, disseminação de informações e conhecimentos, fez com que a sociedade por completo viesse a se adaptar as

novas tecnologias, necessitando assim que houvesse mudanças até mesmo na educação formal, na qual as escolas precisaram se adaptar à nova realidade e com isso criou-se as TICs, para auxiliar professores e alunos neste novo método de formação intelectual.

Portanto conclui-se que a importância da aquisição da informação na atualidade está muito voltada para a nossa realidade atual, onde a tecnologia domina as formas de guardar e apresentar as informações e conhecimentos, no qual a antiga e nova geração devem procurar ter conhecimentos tecnológicos, para assim usufruir das formas de conhecimentos e informações disponíveis a todos, sejam por meios eletrônicos como os computadores e celulares ou pelos espaços de conhecimentos e culturas como as escolas tradicionais de ensino e as bibliotecas que por milhares de anos vieram trazendo a informação e conhecimento a todos os interessando em evoluir como seres humanos.

4- REFERÊNCIAS

- BUENO, F. S. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. Santos: Ed. Brasília, 1974. v. 1.
- JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico* 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- LA SOUDIÈRE, M. De l'esprit de clocher à l'esprit de terroir. *Ruralia*, Lyon, n. 8, 2001.
- LEONTIEV, A. Desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LITTLEJOHN, S.W. Fundamentos teóricos da comunicação humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p.152-61.
- MARX, K. Economic and philosophic manuscripts of 1844. Moscow: Progress Publishers, 1977.
- MORTENSEN, CD. Teoria da comunicação: textos básicos. São Paulo, Mosaico, 1980.

PEREZ, K. G. Apontamentos sobre o conceito de apropriação e seus desdobramentos na arte contemporânea. Revista Digital Art&, São Paulo, v. 6, n. 10, nov. 2008.

SUTTERLEY, D.C.; DONNELLY, G.F. Perspectives in human development: nursing throughout the life cycle. Philadelphia, LB. Lippincott, 1973.

VALENTE, José A. Aprendendo para a Vida: o uso da informática na educação especial. In: FREIRE, Fernanda Maria Pereira; VALENTE, José Armando. (Orgs.). Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula. São Paulo: Cortez, 1991.

**- A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO (Kelly Regina Lastoria)**

A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Kelly Regina Lastoria

RESUMO

O presente artigo apresentará natureza qualitativa, enfocando discutir as relações que podem existir entre a contação de histórias e alfabetização e letramento. Partindo de que a literatura é uma das formas mais antiga de manifestação do ser humano, sendo uma maneira de comunicação entre os povos. O homem e a literatura evoluíram juntos nos movimentos, nas emoções, nas formas de expressão e na arte de transformar, sendo assim torna-se possível integrar a “arte da literatura” com a “arte de contar histórias”, pois o estímulo á fantasia, imaginação, criatividade e vivências pessoais são encontradas tanto na literatura quanto na alfabetização. Contribuindo para novas concepções de leituras e interpretações visto que, esta proposta possibilita que a literatura venha ser vivida, sentida e experimentada através de movimentos expressos pela alfabetização, tornando-se assim uma leitura corporal prazerosa, construindo novos caminhos pedagógicos e consequentemente ajudando a despertar o gosto pela leitura refletindo assim na formação de novos leitores.

Palavras-chave: Literatura. Histórias. Alfabetização.

ABSTRACT

This article will present qualitative, focusing on discussing the relationships that may exist between storytelling and literacy and literacy. From that literature is one of the earliest manifestations of the human being, a way of communication between people. Man and literature evolved together in the movements, emotions, forms of expression and art of turning, and so it becomes possible to integrate the "art of literature" with the "storytelling" as the stimulus will fancy , imagination, creativity and personal experiences are found in literature and literacy. Contributing to new conceptions of readings and interpretations seen that this proposal enables the literature will be lived, felt and experienced through movements expressed by literacy, thus making it a pleasurable body reading, building new educational paths and consequently helping to awaken love of reading thus reflecting the formation of new readers.

Key words: Literature. Stories. Literacy

INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado tem como tema “A importância da contação de história na alfabetização e no letramento”, onde o principal objetivo é o de discutir a relação entre a literatura e a contação de histórias para a formação do leitor nos anos iniciais do ensino infantil, apontando caminhos para a prática

pedagógica no que se refere ao trabalho com a leitura e a expressão corporal na educação escolar.

Na educação infantil, a contação de história é fundamental, tanto para a sua formação artística quanto para a sua integração social. A literatura infantil desenvolve os seguintes estímulos: Tato (como sentir os movimentos e os seus benefícios para o corpo); Visão (como ver os movimentos e transformá-los em atos); Audição (como ouvir a música e dominar o seu ritmo); afetivo (como as emoções e sentimentos transpostos na coreografia); cognição (como raciocínio, ritmo, coordenação) e estímulo motor (como um esquema corporal).

A literatura incentivada na Educação proporciona elementos significativos que favorecem o desenvolvimento do “ser humano”.

Para incentivar uma criança à literatura é preciso que a família e a escola trabalhem juntos. O interesse pela leitura deve ser estimulado desde a infância. Necessário é que a leitura também seja adequada à idade, envolvente para que desperte a magia, a curiosidade e o prazer por ler. Jogar os livros obrigatórios em uma mesa de sala de aula não é a melhor forma, ao contrário, a má vontade e a obrigatoriedade não geram prazer, por isso queremos demonstrar os benefícios da dança e da literatura trabalhando em conjunto.

Para o desenvolvimento do citado artigo, julgamos necessário o levantamento bibliográfico em livros, internet.

1 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR

1.1 A literatura

A palavra Literatura deriva do latim "*litteris*" que significa “Letras”, ou seja, significa uma instrução ou um conjunto de saberes ou habilidades de escrever e ler bem, e se relaciona com as artes da gramática, da retórica e da poética. (FREIRE, 1986. p. 26).

O termo é usado também como referência a um corpo ou um conjunto escolhido de textos como, por exemplo, a literatura médica, a literatura inglesa, literatura portuguesa, literatura japonesa etc.

A literatura é uma expressão que expressa a criatividade, a cultura e as ideias que alguém tem e as delibera na forma escrita, ressaltando assim a importância que o que foi escrito tem para a história cultural de uma nação ou sociedade comum e do idioma que rege a suas linhas. (JESUS, 1996. p. 19).

A escrita é uma forma de literatura, e está presente em nosso dia a dia, em nosso vai e vem na cidade.

A linguagem, forma de literatura também é um veículo utilizado para se escrever uma obra literária. Escrever obras literárias é trabalhar com a linguagem.

1.2 A importância da Literatura

A grande importância da leitura é que ela oferece ao homem uma ferramenta para sociabilizar-se com os demais.

Deve-se começar desde cedo, o relacionamento entre homem com o livro, pois o livro é a melhor ferramenta condutora de conhecimento.

A mais valiosa importância da leitura está inserida no quanto prazeroso é a leitura para o leitor. A leitura é importante para o conhecimento de mundo, para o acréscimo de informações do leitor que poderá ser explorado por ele mais a frente em suas relações sociais, profissionais, acadêmicas, etc.

Um dos objetivos mais importantes da leitura é o conhecimento de coisas simples; saber a grafia correta de uma palavra incomum ou não muito usada; saber o significado e o uso de vários sinônimos, para diversificar a sua escrita; como também em coisas mais aguçadas como compreender um idioma sem que seja necessário saber falá-lo, conhecer a biografia de alguém, a história de algum lugar ou de um dado período de tempo na história e outros conhecimentos mais. (FREIRE, 1986. p. 28).

A leitura leva a uma ponte entre o saber, o conhecimento e aquele que tem sede por saciar-se dentro dessa fonte inesgotável que não deixa de jorrar das páginas de um livro qualquer.

1.3 Linguagem

Assim, conforme Marisa diz:

“A linguagem humana enquanto sistema de comunicação é fundamentalmente diferente e muito mais complexa do que as formas de comunicação das outras espécies, já que se baseia em um diversificado sistema de regras relativas à símbolos para os seus significados, resultando em um número indefinido de possíveis expressões inovadoras a partir de um finito número de elementos”. (LAJOLO, 2002. p. 13).

A linguagem teve sua origem quando os primeiros hominídeos começaram cooperar, adaptando sistemas anteriores de comunicação baseado em sinais expressivos a fim de incluir a teoria da mente, compartilhando assim intencionalidade.

Uma linguagem é processada em vários locais diferentes do cérebro humano, mas especialmente na área de Broca e na Área de Wernicke. (LAJOLO, 2002. p. 14). Os seres humanos adquirem a linguagem através da interação social na primeira infância. As crianças geralmente já falam fluentemente quando estão em torno dos três anos de idade.

1.3.1 A linguagem verbal ou Língua

Linguística é considerada um ramo da Semiótica, onde busca delimitar seus estudos à linguagem verbal ou simplesmente língua, que, sabemos, pode ser oral e/ou escrita. (SARTRE, 1989. p. 38).

A língua consiste em um código dentro de um conjunto de signos linguísticos formado por duas faces a significante e o significado.

O significante consiste em um conjunto de letras ou de sons que, combinados, são dotados de significação. O significado significa aquilo do mundo real que o signo está representando linguisticamente.

A linguagem não verbal também são representações daquilo que existe na realidade e um meio de comunicação: são diferentes formas de “dizer” sem que se precise usar uma palavra falada ou escrita sequer.

1.4 A importância da literatura para a formação do leitor

Necessário se faz que família e escola trabalhem em conjunto, para se formar leitores. O interesse pela leitura deve ser estimulado desde a infância, na família, pois é a primeira instituição, seguida pela escola. (SARTRE, 1989. p. 16).

Para se conseguir obter o hábito da leitura é um necessário um longo período, quando não criado na infância, e o que se vê em muitas escolas públicas é o descaso em relação à formação de leitores.

É função dos pais e professores criar esse hábito, buscar os meios e as formas, ao invés da omissão, para despertar o interesse da criança e do adolescente.

Segundo Paulo Freire:

“Uma boa leitura restaura a dimensão humana e atua como um organizador da mente, nutrindo o espírito e aguçando a sensibilidade. É dado mais valor à gramática do que ao pensamento do aluno”. (FREIRE, 1986. p. 30).

Se os pais se utilizarem da literatura, para o crescimento cultural e na formação de um cidadão, com certeza não estarão na adolescência de seus filhos em consultórios psiquiátricos, clínicas para drogados entre tantas outras desgraças. (FREIRE, 1986. p. 31).

Conforme Marisa:

“Um simples gesto transformador (que é o de contar uma história, mostrar o caminho da literatura e transformá-lo num leitor) pode ser crucial na formação do filho. Vejo na literatura um remédio para uma sociedade doente como é a nossa. Um remédio natural, e sem contraindicações, que deve ser oferecido à criança com prazer e dedicação. Jamais como obrigação, pois a literatura é indispensável para o desenvolvimento”. (LAJOLO, 2002. p. 19).

Se julga necessário uma nova proposta de ensino de literatura nas escolas, além de banir de vez o sistema arcaico, de leituras impostas. Descobrir o que o aluno quer ler é fundamental, pois cada leitor é único em suas experiências, pois é na literatura que tudo é permitido.

1.5 Formas literárias

1.5.1 Peças de Teatro

Uma forma literária clássica, o teatro, é composta basicamente de falas de um ou mais personagens, individuais (atores e atrizes) ou coletivos (coros), destina-se primariamente a ser encenada e não apenas lida.

Conforme expõe

“Até um passado relativamente recente, não se escrevia a não ser em verso. Na tradição ocidental, as origens do teatro datam dos gregos, que desenvolveram os primeiros gêneros: a tragédia e a comédia” (JESUS, 1996. p. 22).

Muitas mudanças ocorreram nos últimos tempos, como novos gêneros, como a ópera, que combinou esta forma com (pelo menos) a música; inovações textuais, como as peças em prosa; e novas finalidades, como os roteiros para o cinema.

1.5.2 Ficção em Prosa

Essa forma literária ocorre quando o texto é do tipo “corrido”, ou seja, sem versificação, bem como suas formas, são de aparição relativamente recente. Pode-se considerar que o romance, por exemplo, surge no início do século XVII com Dom Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes Saavedra. (JESUS, 2002. p. 33).

Algumas subdivisões da prosa se dão pelo tamanho e, de certa forma, pela complexidade do texto. Entre o conto, "curto", e o romance, "longo", situa-se por vezes a novela.

1.5.3 Gêneros Literários

A linguagem é considerada como o veículo mais utilizado para se escrever uma obra literária. Escrever as obras literárias é como trabalhar com a linguagem.

Conforme exclama Gabrielli:

“Os Gêneros Literários são as várias formas de trabalhar a linguagem, de registrar a história, e fazer com que a essa linguagem seja um instrumento de conexão entre os diversos contextos literários que estão dispersos ao redor do mundo”. GABRIELLI, 2007. p. 36).

A Literatura de Informação é um gênero literário do segmento do Quinhentismo, que é a denominação das manifestações literárias ocorridas em território brasileiro durante o século XVI.

1.5.4 Poesia

A poesia, considerada como a mais antiga das formas literárias, consiste no arranjo harmônico das palavras.

Segundo Paulo Freire:

“Geralmente, um poema organiza-se em versos, caracterizados pela escolha precisa das palavras em função de seus valores semânticos (denotativos e, especialmente, conotativos) e sonoros. É possível a ocorrência da rima, bem como a construção em formas determinadas como o soneto e o *haikai*. Segundo características formais e temáticas, classificam-se diversos gêneros poéticos adotados pelos poetas”. (FREIRE, 1986. p. 34).

Podemos observar, que poesia brasileira, como toda a literatura nacional, também está dividida em vários movimentos literários.

O primeiro movimento é o Barroco, cujo principal poeta é Gregório de Matos, que chegaram aos dias atuais pela tradição oral, já que nunca publicou em vida. O marco inicial do barroco é o poema Prosopopéia, de Bento Teixeira, com estilo inspirado em Camões.

O modernismo acabou levando ao concretismo, com poetas como Ferreira Gullar e Haroldo de Campos.

Conforme os ensinamentos de Marisa:

“A poesia contemporânea apresenta nomes como Paulo Leminski, Patativa do Assaré, Ana Cristina César, Adélia Prado e Mário Quintana, entre outros. Poetas como Ferreira Gullar e Manoel de Barros têm sido nomes mais aclamados nos círculos literários nacionais, tendo o primeiro sido indicado para o Prêmio Nobel de Literatura”. (LAJOLO, 2002. p. 25).

2 CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Atualmente é cada vez mais frequente a inserção de crianças pequenas no contexto da educação infantil, com a finalidade do desenvolvimento, relacionado com o preparo que ela deve ter em relação ao mundo.

Assim, a brincadeira ou atividade lúdica, para a criança, é o exercício e a preparação para a vida adulta. Antigamente as escolas não se davam importância para a maneira em que o aluno assimilava os conteúdos, e se o

ensino-aprendizagem era realmente eficaz, porém novos tempos chegaram e agora, a preocupação está em descobrir como a criança aprende.

Ao falarmos de educação, sempre devemos levar em consideração que o mundo da criança difere do mundo do adulto, pois nele existe o encanto da fantasia, do faz de conta, do sonhar e do descobrir, as crianças brincam com o que têm nas mãos e com o que têm na cabeça. (BRITO, 2003. p. 14).

Dentro da Educação Infantil na pré-escola, o brincar, jogar, contar histórias, dramatizar, fazer de conta se configura como instrumento para as crianças pequenas, pois estão na fase de começar a assimilar a aprender algo, é os brinquedos auxiliam orientando as brincadeiras, e é através delas que a criança irá se conhecer descobrir novas habilidades, desenvolver suas potencialidades, formar sua identidade e ainda terá a oportunidade de se constituir socialmente, por isso, as brincadeiras e jogos não devem ser vistos apenas como recreação, devendo sim, serem incluídos no planejamento pré-escolar.

A entrada da criança no mundo do faz de conta possibilita sua nova capacidade de lidar com a realidade, pois seu pensamento evolui mediante suas ações, fazendo com que as atividades ganhem importância no desenvolvimento do seu pensamento infantil.

A brincadeira dentro da educação infantil proporciona a criança além do prazer de exercitar e expor seus sentimentos, a construção de um indivíduo crítico, obtendo experiências que o ajudarão a refletir, desenvolver valores, sentimentos, emoções e uma visão questionadora do mundo que o cerca.

A arte dentro do processo educativo procura encaminhar a formação do gosto pelo lúdico, estimular a inteligência, desenvolver criatividade e contribuir para a formação da personalidade do indivíduo, a arte na Educação Infantil, infelizmente, tem sido encarada como uma atividade curricular sem significados, onde a criança apenas risca, rabisca, pinta, cola, ou seja, numa sucessão de atividades sem sentido. (DERVAL, 1998. p. 21).

A infância é uma fase de descobertas, aventuras e magia, cabe aos professores de Educação Infantil usufruir e valorizarem os conhecimentos e a criatividade que as crianças trazem para a sala de aula e compreender a

importância existente no ato de elas explorarem, pesquisarem e criarem coisas novas.

Nessa fase de descobertas e magia o professor precisa oferecer as condições mais variadas que estimule a criatividade, a pesquisa e a criação da criança, mas sempre respeitando que ela tem suas próprias impressões, ideias, interpretações.

2.1 A brinquedoteca

A brinquedoteca (o espaço de brincar) deve oferecer a convivência das crianças com os brinquedos de forma natural, trazendo um resgate de concentração e da capacidade de brincar.

As crianças criam vínculos com os brinquedos, experimentando através deles sentimentos, como de posse, abandono, perda, acabam vivenciando situações das quais, irão reproduzir ao longo de suas vidas.

Para os educadores, o espaço do brincar, muitas vezes é oferecido às crianças, somente ao término de atividades consideradas importantes, e necessárias na prática de educar, geralmente os educadores, separam o tempo destas atividades importantes, da hora da brincadeira, sendo que o tempo para brincar, é aquele que sobra do dia.

O professor tem um papel muito importante e fundamental sobre o uso das atividades lúdicas dentro da Educação Infantil. O professor necessita sempre refletir sobre sua prática, sobre o seu conhecimento científico e técnico, se autoavaliar, lembrando que ele é apenas o mediador de um processo de construção do saber. (RIZZI, 1997. p. 29).

Para as atividades lúdicas, o professor será uma ponte facilitadora da aprendizagem, para tanto é preciso que o professor pense e questione sobre sua forma de ensinar, relacionando a utilização do lúdico como fator motivante de qualquer tipo de aula.

A vivência da ludicidade como fazer pedagógico durante o processo de formação do professor instiga o ato criador e recriador, crítico, aguça a sensibilidade, o espírito de liberdade e a alegria de viver, ou seja, a formação continuada pode ser entendida como um processo de melhoria das práticas

pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sua rotina de trabalho e em seu cotidiano escolar.

2.2 A importância da linguagem

A linguagem desenvolve, gradativamente, uma série de competências associadas à leitura do texto verbal, tais como assiduidade, fôlego, fluência, velocidade, autonomia, memorização, capacidade crítica, sensibilidade para o campo literário, capacidade de inter-relacionar textos, capacidade de reconhecer gêneros e subgêneros, capacidade de síntese e hierarquização de ideias, abertura para o “novo” e o “diferente”, entre outras.

A linguagem artística destina-se a preparar o aluno para lidar com a linguagem em suas diversas situações de uso e manifestações, pois o domínio da língua materna revela-se fundamental ao acesso às demais áreas do conhecimento.

O desenvolvimento da linguagem implica na leitura compreensiva e crítica de textos diversos; produção escrita em linguagem padrão; análise e manipulação da organização estrutural da língua e percepção das diferentes linguagens (literária, visual, etc.) como formas de compreensão do mundo.

A educação é uma evolução e transformação do indivíduo, considerando a linguagem como um contínuo da Educação, expressão da corporeidade e considerando o movimento um meio para se visualizar a corporeidade dos nossos alunos, a linguagem artística na escola deve proporcionar oportunidades para que o aluno possa desenvolver todos os seus domínios do comportamento humano e, através de diversificações e complexidades, o professor possa contribuir para a formação de estruturas corporais mais complexas.

A improvisação é como a chave mestra da criatividade, o professor pode explorar bem diferentes conteúdos com o objetivo de trabalhar nos alunos a consciência corporal e também a linguagem, intenção, expressão, pois a improvisação além de atuar como momentos de "criação" livre e espontânea, ele ressalta a importância do direcionamento do trabalho que é dado pelo professor, deixando claro que a liberdade de exploração e criatividade não

significa que o aluno fique solto para fazer o que desejar; a improvisação espontânea deve sim, estar relacionada ao tema que está sendo trabalhado.

Quando o aluno está atuando com o trabalho de improvisar de forma espontânea, nada o impede de utilizar técnicas já aprendidas.

Observamos quando cada pessoa ao entrar no processo de criação espontânea traz consigo informações do seu ser mais profundo; podendo assim afirmar o que se tem para expressar já existe em cada um de nossos alunos no qual estamos ensinando, ou seja; já está inserido em cada um de nossos alunos, portanto é possível falar com certeza que trabalhar a criatividade é entrar em uma particularidade de cada ser, sendo uma questão de fazer desbloquear os obstáculos que impedem a seu fluxo natural.

Trabalhando com a criatividade na forma de expressão corporal onde o aluno cria diferentes movimentos através de estímulos e com a improvisação dirigida e espontânea. Sendo a música com vínculo educativo dentro da instituição, o trabalho com a literatura feito de forma prazerosa, levará a criança a escolher o que gosta para junto com o professor poder transmiti-la em forma de linguagem.

Como objetivo da Educação Infantil, refere-se ao ato de estimular as diferentes áreas de desenvolvimento da criança, aguçar sua curiosidade, sendo que, para isso, é imprescindível que a criança esteja feliz no espaço escolar.

2.3 Linguagem Artística

Linguagem artística é uma arte que tem em comum a expressão enquanto forma.

Forma é um conjunto de elementos que constituem uma linguagem artística.

A linguagem artística se divide em: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança. (OLIVEIRA, 2002. p. 31).

- Artes Visuais: são artes que normalmente lidam com a visão como o seu meio principal de apreciação costumam ser chamadas de Artes Visuais. Consideram-se artes visuais as seguintes: pintura, desenho, gravura, fotografia e cinema.

- Teatro: é uma arte em que um ator, ou conjunto de atores, interpreta uma história ou atividades, com auxílio de dramaturgos, diretores e técnicos, que têm como objetivo apresentar uma situação e despertar sentimentos no público.

- Música: é uma arte de representação, uma arte sublime, uma arte de espetáculo.

- Dança: é uma das três principais artes cênicas da Antiguidade, ao lado do teatro e da música.

Iremos abordar a linguagem artística da música e da dança, senão o trabalho de conclusão de curso ficará muito extenso.

2.4 Contação de histórias

A literatura infantil é importante, pois os primeiros anos de vida são decisivos na formação da criança, pois se trata de um período em que a criança está construindo sua identidade e grande parte de sua estrutura física, socioafetivo e intelectual.

Na educação Infantil podemos comprovar a influência positiva das atividades que envolvem literatura em um ambiente acolhedor, desafiador, rico em oportunidades e experiências para o crescimento sadio das crianças.

É importante adequar a proposta à idade e, principalmente, aos assuntos trabalhados em classe. A meta é que, sempre que possível e mesmo com um trabalho diferente, o aluno esteja participando do grupo.

A falta de compreensão da função da escrita como representação da linguagem é outra característica comum em quem tem deficiência intelectual. Essa imaturidade do sistema neurológico pede estratégias que servem para a criança desenvolver a capacidade de relacionar o falado com o escrito.

A inclusão de músicas, brincadeiras orais, leituras com entonação apropriada, poemas e parlendas ajuda a desenvolver a oralidade.

A escola deve fazer intervenções e oferecer desafios adequados além de valorizar suas habilidades, trabalhar sua potencialidade intelectual, reduzir as limitações provocadas pela deficiência, valores éticos morais e de cidadania, apoiar a inserção familiar, escolar e social.

2.5 A contação de histórias no processo de letramento e alfabetização

Podemos observar que com o passar dos anos a questão da alfabetização tem sido alvo de estudos e críticas, tanto na prática quanto teoria, exigindo cada vez mais que os membros da educação diversifiquem seus conteúdos, dinamizando a aprendizagem. A criança passa a se conectar melhor com o mundo onde vive e desprender um pouco mais do método tradicional de ensino.

A escola além da alfabetização precisa formalizar de modo coerente e significativo o conteúdo adquirido pela criança informalmente em seu cotidiano ao mundo letrado.

Na escola a criança necessita de aprender a ler e escrever, relacionar a linguagem com a realidade em se vive, ou seja, a alfabetização não deve somente se relacionar com o letramento como podemos assim dizer que ambos são indissociáveis, ocorrendo simultaneamente, e sim a escola também tem que propor atividades para as crianças que estejam relacionadas com o momento em que se vive, um fato atual, para que as mesmas possam por em prática como codificar e decodificar a simbologia da escrita e melhorar ainda mais a linguagem oral no processo de ensino e aprendizagem.

Alfabetizar está na ação do processo de ler e escrever, e letramento é a parte final, onde seu objetivo se consolida na alfabetização inserida em situações reais, concretas, dando significado social à língua, embora exista criança alfabetizada e não letrada, ou, letrada e não alfabetizada. O indivíduo alfabetizado e letrado terá mais chances de alcançar seus objetivos, conhecer seus direitos e deveres, ser participativo e cidadão crítico em nossa sociedade.

2.6 O papel da escola

A educação brasileira e regulamentada pelo governo federal, através do ministério da educação, que define os princípios orientadores da organização de programas educacionais estaduais e segue as orientações utilizando os financiamentos oferecidos pelo governo federal. Busca-se uma ênfase voltada para a questão da estrutura do ensino enquanto estrutura de produção, com uma proposta pedagógica que não seja modelos idealizados.

O professor precisa fazer valer seu trabalho, resgatando a sua capacidade de pensar, organizar, produzir conhecimento, tecnologia no processo de ensino-aprendizagem.

O ensino brasileiro não tem sido tão favorável assim, a alfabetização está deixando muito a desejar, os métodos de ensino hoje já não têm as mesmas qualidades de antes, para início de conversa, os professores estão perdendo o encanto, já não tem o mesmo entusiasmo e satisfação de entrar em uma sala de aula, muitos já não trabalham mais com prazer ou amor no que faz, mas sim pelo fato de estar sendo remunerados e pelos benefícios.

As práticas pedagógicas tecnicista é muito criticado, pelo fato de ter marcado o período militar, onde o professor tem que dominar as técnicas de repetir, copiar e dar ordens e já se sente capacitado para ensinar, mas retirando todas essas técnicas pode não ser a melhor forma para a educação, podendo observar que, não é totalmente as técnicas, e sim a maneira que usamos desse meio para ensinar, o governo vem dando prioridade na educação cada vez mais.

Precisa-se valorizar a base de produção, sendo o trabalho coletivo criando um pensar na valorização do professor. É necessário que o professor rompa sua resistência a produção científica e tecnológica.

Se você é daqueles que associam criatividade ao meio artístico (e por sorte ou azar você não faz parte deste meio) ou a grandes iluminados, como Einstein ou Beethoven, o mundo hoje certamente é um lugar estranho.

Agora, com o mercado de trabalho cada vez mais explorado e saturado sob todos os aspectos, a sobrevivência, seja de um profissional, uma empresa ou um serviço, está nos diferenciais. Isto é, na capacidade para inovar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades humanas são realizadas no mundo social, e é através das histórias, nas suas diferentes modalidades, entre elas a brincadeira, que se realizam muitas das ações que interessam ao homem nos seus diversos contextos. Uma concepção de história como interação entre sujeitos em

sociedade implica uma crença na capacidade dos sujeitos sociais de criar ou construir contextos de forma sempre renovada.

A história desenvolve, gradativamente, uma série de competências associadas à leitura do texto verbal, tais como assiduidade, fôlego, fluência, velocidade, autonomia, memorização, capacidade crítica, sensibilidade para o campo literário, capacidade de inter-relacionar textos, capacidade de reconhecer gêneros e subgêneros, capacidade de síntese e hierarquização de ideias, abertura para o “novo” e o “diferente”, entre outras.

A arte da história destina-se a preparar o aluno para lidar com a linguagem em suas diversas situações de uso e manifestações, pois o domínio da língua materna revela-se fundamental ao acesso às demais áreas do conhecimento.

O desenvolvimento da história implica na leitura compreensiva e crítica de textos diversos; produção escrita em linguagem padrão; análise e manipulação da organização estrutural da língua e percepção das diferentes linguagens (literária, visual, etc.) como formas de compreensão do mundo.

A educação é uma evolução e transformação do indivíduo, considerando a música como um contínuo da Educação, expressão da corporeidade e considerando o movimento um meio para se visualizar a corporeidade dos nossos alunos, a música na escola deve proporcionar oportunidades para que o aluno possa desenvolver todos os seus domínios do comportamento humano e, através de diversificações e complexidades, o professor possa contribuir para a formação de estruturas corporais mais complexas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998 vol. 3, 398p.

BRINKMAN, Lola. A linguagem do movimento corporal. São Paulo, Summus, 1989.

CAMPBELL, Linda; CAMPBELL, Bruce; DICKINSON, Dee . Ensino e Aprendizagem por meio das Inteligências Múltiplas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 126p.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo, Cortez, 1986.

GABRIELLI, M. A; PRONSATO, L. Dança e literatura: sensibilização, reflexão e criticidade por meio de linguagens artísticas. Revista Ponto de Vista/ Universidade Federal de Viçosa; Colégio de Aplicação. v.4, n.4. Viçosa-MG: Cap-COLUNI,2007.

_____. Narrativa Literatura e dança: poéticas e movimentos na escola. XXI Congresso Nacional da Federação de Arte / Educadores do Brasil. ANAIS 2: TEXTOS COMPLETOS. São Luís, 2011.

JESUS, A. N. Literatura e dança: duas traduções de obras literárias para a linguagem da dança-teatro. Tese: Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas- SP, 1996.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6ªed. São Paulo, Ática, 2002.

MARQUES, Isabel. Ensino de dança hoje: textos e contextos. São Paulo, Cortez, 1999.

SARTRE, J. P. Que é literatura? São Paulo, Ática, 1989.

SANTOS, S. C. Caroline; SOUZA, J. Renata. A leitura da literatura infantil na escola. 1ªed. São Paulo: DCL, 2004.

SOUZA, Renata Junqueira de (Org). Caminhos para a formação do leitor. 1ªed. São Paulo: DCL, 2004.

_____. Leitura e alfabetização: a importância da poesia infantil nesse processo. 1ªed. São Paulo: DCL, 2004.

ZANCHETTA, Juvenal. Leitura de narrativas juvenis na escola. 1ªed. São Paulo: DCL, 2004.

BARRETO, Sidirley de Jesus. Psicomotricidade: educação e reeducação. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000. 128 p.

**- A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA
ESCOLA REGULAR COMO BASE PARA A FORMAÇÃO DE UMA
SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA (Luzinete da Silva Mussi)**

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR COMO BASE PARA A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

Luzinete da Silva Mussi

RESUMO:

Este artigo discute a importância da adequada inclusão de alunos com deficiência na escola regular, abordando dois aspectos fundamentais: a garantia do direito à escolarização e a construção de uma sociedade mais inclusiva. A inclusão escolar propicia a oportunidade de aprendizado e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e limitações. Além disso, promove a valorização da diversidade, a criação de ambientes educacionais acolhedores e a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa. Ao assegurar uma inclusão adequada, a escola desempenha um papel essencial na formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios da vida em sociedade.

Palavras-chave: Escolarização. Inclusão. Pessoa com deficiência.

Introdução:

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas é um avanço significativo no campo da educação inclusiva. Ela se baseia no princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais, têm o direito fundamental à escolarização e à participação plena na sociedade.

Contudo, enfatiza-se que a inclusão escolar vai além de simplesmente matricular alunos com deficiência em escolas regulares. Ela exige a adoção de práticas pedagógicas adequadas, adaptações curriculares, apoio individualizado e a criação de um ambiente inclusivo.

Nesse contexto, é fundamental compreender a importância da adequada inclusão de alunos com deficiência, tanto para garantir seu direito à educação quanto para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Desenvolvimento:

Primeiramente, é importante enfatizar que a adequada inclusão de alunos com deficiência na escola é uma maneira de assegurar seu direito à educação. Todos os indivíduos têm o direito de frequentar a escola e receber uma educação de qualidade, independentemente de suas capacidades ou limitações. A inclusão escolar proporciona oportunidades de aprendizado, desenvolvimento acadêmico e social, promovendo a participação plena e igualitária desses alunos na vida escolar.

A inclusão de alunos com deficiência na escola promove ainda a valorização da diversidade humana. Ao compartilharem o espaço educacional com colegas que possuem diferentes habilidades e perspectivas, todos os estudantes têm a oportunidade de aprender com as diferenças, desenvolver a empatia e o respeito mútuo. A convivência com a diversidade contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva, na qual todas as pessoas são valorizadas e reconhecidas em sua singularidade.

Contudo, percebe-se que a inclusão adequada de alunos com deficiência na escola envolve a criação de ambientes educacionais acolhedores e inclusivos. Isso implica em adotar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, oferecer suporte individualizado às necessidades dos alunos, promover a participação ativa de todos e garantir a acessibilidade física e comunicacional. Ambientes inclusivos proporcionam oportunidades de aprendizado significativo, desenvolvimento social e integração plena dos alunos com deficiência.

Outro ponto a ser apresentado se relaciona com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, haja vista que a inclusão de alunos com deficiência na escola proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais tanto para os alunos com deficiência quanto para os demais estudantes. A convivência e a interação diária entre eles promovem a empatia, a compreensão, a tolerância e o respeito pelas diferenças. Essas experiências enriquecedoras permitem que todos os alunos cultivem habilidades socioemocionais essenciais, como a capacidade de se colocar no lugar do outro, a cooperação, a aceitação da diversidade e a construção de relacionamentos saudáveis. Essas habilidades

são fundamentais não apenas para a vida escolar, mas também para a vida em sociedade.

Sobretudo, o processo de inclusão deve valorizar as habilidades e potenciais de cada aluno. A inclusão adequada de alunos com deficiência na escola permite que seus talentos, habilidades e potenciais sejam valorizados e reconhecidos. Ao oferecer adaptações curriculares e estratégias pedagógicas individualizadas, a escola proporciona aos alunos com deficiência a oportunidade de explorar e desenvolver suas habilidades em diferentes áreas. Essa valorização contribui para elevar a autoestima, fortalecer a confiança e aumentar a motivação dos estudantes com deficiência, permitindo que eles alcancem seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Entende-se, portanto, que a inclusão adequadamente aplicada, propicia o enriquecimento da aprendizagem para todos os alunos. Neste sentido, percebe-se que a inclusão de alunos com deficiência na escola não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas também enriquece a experiência de aprendizagem de todos os estudantes. A diversidade de perspectivas, experiências e habilidades trazidas pelos alunos com deficiência amplia o ambiente de aprendizado, estimula o pensamento crítico e promove a criatividade. Os alunos têm a oportunidade de aprender com as diferentes formas de pensar, solucionar problemas e se expressar, preparando-se para um mundo cada vez mais diversificado e globalizado.

Neste âmbito, a instituição de ensino deve buscar a promoção da igualdade de oportunidades, já que o processo inclusivo é um passo importante na promoção da igualdade em todas as suas esferas, permite que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Ao oferecer suporte e adaptar as estratégias educacionais às necessidades de cada aluno, a escola torna-se um espaço onde a inclusão é colocada em prática, combatendo barreiras e superando desafios. Isso contribui para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa, em que todos possam exercer seus direitos e participar plenamente.

Em suma, a adequada inclusão de alunos com deficiência na escola é crucial para garantir o direito à escolarização e para construir uma sociedade mais inclusiva. Além de promover o desenvolvimento acadêmico, social e

emocional dos alunos com deficiência, a inclusão beneficia todos os estudantes, ao valorizar a diversidade, desenvolver habilidades socioemocionais, enriquecer a aprendizagem e promover a igualdade de oportunidades.

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão bem aplicada requer um comprometimento coletivo. Educadores, gestores escolares, familiares, comunidade e poder público devem trabalhar em conjunto para criar condições favoráveis à inclusão. É necessário oferecer formação contínua aos profissionais da educação, garantir recursos e apoio especializado, adaptar o ambiente físico e tecnológico, e promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Além disso, a inclusão não se limita apenas ao ambiente escolar, mas deve se estender para além dos muros da escola, envolvendo a sociedade como um todo. É necessário promover a conscientização, combater o preconceito e as barreiras sociais, e criar oportunidades para a participação plena e igualitária de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Em conclusão, a adequada inclusão de alunos com deficiência na escola desempenha um papel fundamental na garantia do direito à escolarização e na construção de uma sociedade mais inclusiva. Ao proporcionar oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento e convivência para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, a escola contribui para a formação de cidadãos preparados para viver em um mundo diversificado, respeitoso e igualitário.

Assim, é possível entender a inclusão escolar como um dos pilares para a construção de uma sociedade mais inclusiva, já que tal processo se estende para além do contexto educacional. Ela contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária ao proporcionar experiências de convivência, respeito e colaboração entre indivíduos com e sem deficiência desde cedo, a escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a inclusão em todos os aspectos da vida em sociedade. A inclusão escolar reflete e fortalece valores de respeito,

diversidade e solidariedade, essenciais para uma sociedade mais justa e equitativa.

Conclusão:

A adequada inclusão de alunos com deficiência na escola é um compromisso necessário para garantir o direito à escolarização e promover a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Contudo, ficou evidenciado que a inclusão escolar não se limita apenas a uma matrícula formal, mas requer a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares, ambientes acolhedores e valorização da diversidade. A escola desempenha um papel fundamental nesse processo, ao proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e limitações. Ao promover a inclusão, a instituição de ensino contribui para a formação de cidadãos preparados para viver em uma sociedade mais igualitária, respeitosa e inclusiva.

Por fim, destacou-se que a inclusão de alunos com deficiência na escola é um desafio coletivo que requer a participação ativa de educadores, famílias, gestores escolares e da sociedade de maneira geral. Somente por meio do comprometimento e da colaboração de todos os envolvidos será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva e garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS:

DIVERSA. O que é educação inclusiva? S.d. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>. Acesso: jun. 2023.

ESCOLA DA INTELIGÊNCIA. Entenda como promover o desenvolvimento socioemocional dos seus alunos. 2021. Disponível em: Entenda como

promover o desenvolvimento socioemocional dos seus alunos. Acesso: jun. 2023.

EQUIPE TOTVS. Educação inclusiva: importância, princípios e desafios. 2022. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/instituicao-de-ensino/educacao-inclusiva/>. Acesso: jun. 2023.

INSTITUTO NEUROSABER. Desafios na inclusão dos alunos com dificuldades na escola. 2021. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola/>. Acesso: jun. 2023.

PORTAL IDEA. Alunos com deficiência: como realizar uma educação inclusiva e efetiva. 2022. Disponível em: https://portalidea.com.br/blog/alunos-com-deficiencia/?doing_wp_cron=1688506108.8517730236053466796875. Acesso: jun. 2023.

**- A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM (Lais Ramos; Madalena
Lacerda Cintra; Norma Maria Galindo de Sousa; Silvana do Nascimento
Magalhães Guia; Shirley Lúcia Pedroso)**

A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Lais Ramos

Madalena Lacerda Cintra

Norma Maria Galindo de Sousa

Silvana do Nascimento Magalhães Guia

Shirley Lúcia Pedroso

RESUMO

O presente artigo trata de questões que relacionam a importância da musicalização na educação infantil e o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, inicialmente, o trabalho destaca-se que o conceito de desenvolvimento da criança através da música é entendido de forma ampla, abrangendo não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos linguísticos, motores, afetivos e sociais. Diante disso pode-se dizer que quando a criança entra em contato com a música, seus conhecimentos se tornam mais amplos e este contato vai envolver também o aumento de sua sensibilidade e fazê-la descobrir o mundo a sua volta de forma prazerosa. Entretanto é possível apresentar reflexões a respeito do papel da música no processo de ensino e aprendizagem, objetivando oferecer subsídios para viabilização de um contato prazeroso, formativo e saudável para a criança, explicando o desenvolvimento da linguagem musical no contexto da educação infantil, a fim de contribuir para a motivação pessoal e facilitar a integração do educando no contexto escolar. Diante disso pode-se considerar que a música é ferramenta essencial para um bom desenvolvimento da criança no aspecto educacional, favorecendo de forma lúdica e construtiva uma melhora significativa nos seus aspectos motivacionais. Diante do contexto em estudo, pode-se concluir que a música na educação infantil pode envolver outras áreas de conhecimento, através do desenvolvimento da autoestima a criança aprende a se aceitar com suas capacidades e limitações. A musicalização é uma ferramenta para ajudar a criança a desenvolverem o universo que conjuga expressão de sentimentos, suas ideias e valores culturais.

Palavras-chave: Musicalização. Educação Infantil. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Diante do contexto atual sobre a importância da musicalização na educação infantil e o processo de ensino e aprendizagem, pode-se dizer que a música na vida dos seres humanos é vista como formas de comunicação e ferramenta para o desenvolvimento da aprendizagem da criança, buscando integrar o processo de crescimento da criança ao conhecimento de forma lúdica e criativa. Sendo assim ao falarmos sobre musicalização na educação

infantil, podemos abordar várias perspectivas, tendo a atenção com os sujeitos e o contexto em que se está.

Nessa perspectiva, buscando um ensino que esteja em contato com as diversas sonoridades, bem como do mundo, trabalhando a contextualização e a compreensão crítica de maneira pedagógica e formativa, proporcionando a aprendizagem entre conhecimentos extramusicais e os relacionados ao campo musical. Dessa maneira a música assume um papel enriquecedor sendo trabalhada na escola e proporcionando um grande enriquecimento. Pois cabe ao professor planejar suas aulas de uma maneira em que todos os alunos participem e que planejem bem quais os objetivos que pretendem alcançar através da utilização da música.

A educação musical além de auxiliar no desenvolvimento de diversas habilidades, poderá auxiliar na aprendizagem dos alunos, lembrando sempre que qualquer atividade deve ser pré-planejada. Trabalhar com música não é simplesmente ligar o som e dizer que a escola oferece a disciplina de arte musical, é preciso ter consciência dos objetivos que se deseja alcançar através da música (COPETTI; ZANETTI E CAMARGO, 2011, p. 02).

Dessa maneira a música não deve ser vista somente como conhecimento, mas um conhecimento que desenvolve, amplia os campos a frente da criança na educação infantil. Pois o processo de musicalização é um processo de desenvolvimento para um aluno na construção do conhecimento musical com o objetivo de despertar e desenvolver o gosto musical da criança, contribuindo para sua capacidade de criação e expressão artística. A música pode ser utilizada em vários momentos do processo de ensino-aprendizagem, sendo de grande importância na busca do conhecimento, permitindo avanços no desenvolvimento lúdico, criativo, emotivo e cognitivo.

Diante disso é importante ressaltar que os conhecimentos não se configurem em apenas um grande número de informações, transformados em receitas educacionais. Se faz necessário a busca de novas formas metodológicas e didático-pedagógicas a serem desenvolvidas e introduzidas no espaço escolar. Sendo assim é possível apresentar maneiras de transmitir e produzir o conhecimento, e também repensar a educação.

Portanto a linguagem musical no processo de ensino e aprendizagem apresenta-se como instrumental metodológico e pedagógico de significativa

importância, pois além das vantagens já colocadas, traz a sua natureza e caráter, a interdisciplinaridade com a qual se dinamiza todo o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa maneira, quando a criança ouve uma música, ela aprende uma canção, brinca de roda, participa de brincadeiras rítmicas ou receber estímulos que despertam para o gosto musical, o despertar que floresce o gosto pelo som, ritmo, movimento., introduzindo em seu processo de formação um elemento fundamental do próprio ser humano, favorecendo o desenvolvimento do seu gosto estético, aumentando e melhorando sua visão de mundo. Pois a música representa mais que uma forma de expressão e integração com o meio; é um elemento que possibilita desenvolver habilidades, conceitos e hipóteses, contribuindo para a formação integral do sujeito.

Nesse contexto pode-se finalizar que quando a música é percebida pelos educadores como fonte de ensino-aprendizagem, as ações mais comuns realizadas no dia a dia transformam-se em vivências capazes de estimular o desenvolvimento da criança. Entretanto garantir a presença da música nos currículos dos cursos que formam professores e, por conseguinte, assegurar a formação musical para o docente, não é suficiente para introduzir a prática da musicalização no contexto escolar, mas é o começo para a reconstrução da sua identidade dentro das instituições de ensino.

BREVE CONCEITO DE MÚSICA

Música é um substantivo feminino singular, com origem na palavra *música*, em Latim. Dependendo do contexto, o termo pode ser considerado um adjetivo feminino singular. A música é considerada uma arte e uma questão cultural e humana, pois envolve a combinação de diversos sons e ritmos, associados também com melodias e harmonias. A música promove a criação de um som coerente e lógico, pelo qual se busca um significado através do contexto sonoro, podendo ter transmissão através da voz ou de instrumentos musicais. No sentido de questão cultural, a música traz a relação da manifestação artística de um certo grupo ou povo, em qualquer época ou

região. Nesse caso, ela se transforma em uma forma de expressar os sentimentos.

A música é uma das chamadas Belas Artes, ou seja, um gênero artístico, que consiste em alcançar efeitos estéticos por meio da manipulação de sons vocais ou instrumentais, de acordo com padrões culturais de ritmo, harmonia e melodia.

A música é uma das maiores formas de expressão artística desde os tempos antigos. Constitui também o suporte de uma gigantesca indústria global, uma vez que a cultura tem lugar em tipos muito diferentes de música, usada para fins recreativos, cerimoniais, publicitários ou outros.

Existem muitas e diversas formas de produzir música, algumas muito tradicionais, como uma orquestra clássica, e outras mais contemporâneas, como uma banda de rock. No entanto, o princípio orientador é semelhante. Cada um pertence a um contexto específico sobre história, cultura, valores e considerações sobre o que é e o que não é arte. Por outro lado, a música está associada a certos aspectos da mente humana e é considerada um importante estímulo para o pensamento lógico e matemático, a aquisição da linguagem, o desenvolvimento psicomotor e uma ampla gama de outras atividades sociais e mentais típicas da raça humana. É por isso que geralmente é incluído em diferentes programas escolares.

HISTÓRIA DA MÚSICA

A origem da música é misteriosa, embora se calcule que tenha começado na pré-história da humanidade e esteja ligada aos ritos de acasalamento e ao trabalho coletivo.

A dança e o canto parecem ter estado desde o início associados à forma como o ser humano entende o mundo. Na verdade, eles faziam parte de suas manifestações religiosas ou xamânicas, como rituais de cura, canções de batalha ou de caça, ou danças para atrair chuva.

Os instrumentos mais antigos são flautas de osso com mais de 30.000 anos. Muito mais tarde, na Suméria de 3.000 aC. Havia instrumentos de

percussão e cordas primitivos. Por outro lado, no Novo Reino do Antigo Egito eles usavam escalas de sete sons diferentes e vários instrumentos como a harpa, o oboé e a bateria.

No entanto, os primeiros tratados sobre a música do Ocidente são de origem grega, visto que os antigos helenos davam grande importância ao valor educacional e moral da música, sempre ligada ao trágico poema e à mitologia. Seu equivalente oriental é encontrado na China Antiga, cuja música já respondia no século 4 a.C. em uma escala cíclica própria.

Mais tarde, a música no Ocidente evoluiu de mãos dadas com o pensamento religioso medieval, dando ao canto gregoriano um lugar de destaque como canto litúrgico da Igreja Católica. No Renascimento, novos estilos surgiram na Europa, dando origem à música flamenca, à *chanson* francesa e à música barroca.

Em seguida, ele voltou ao classicismo, sob cuja influência nasceu a famosa música clássica europeia executada por orquestras. Os famosos Bach, Haydn, Mozart e Beethoven pertencem a este período.

Com o Romantismo foram criados novos registros e novas sensibilidades ligadas à cultura local e popular. Após diversas variantes programáticas, impressionistas e modernistas, iniciou-se o palco da música contemporânea, caracterizada por uma enorme diversidade e uma exploração constante dos gêneros musicais.

A música pode ser definida amplamente como um som organizado, coerente e significativo. É caracterizado pela utilização de sons (e dos instrumentos para os produzir) com o objetivo de produzir uma sequência esteticamente apreciável e significativa.

Como todo som, ele se propaga pelo ar (ou pelo meio no qual está inserido) e, portanto, suas propriedades dependerão das condições em que o instrumento é tocado.

Tem um executor ou intérprete, que é quem usa o instrumento musical, mas também um compositor, que é quem concebeu a linguagem rítmica e sonora que posteriormente será interpretada em palco. Ambas as pessoas podem ser iguais.

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A importância da música na educação infantil é muito maior que apenas entreter a criançada. A música para crianças trabalha a coordenação motora, estimula habilidades essenciais para a educação socioemocional, auxilia a percepção sonora e até mesmo a alfabetização infantil. Entretanto a música tem outros benefícios, como o estímulo da percepção espacial, de habilidades cognitivas como a concentração, criatividade, disciplina e imaginação, além do desenvolvimento da linguagem, tanto falada quanto corporal.

Diante disso por estes e tantos outros motivos que o contato com a música na educação infantil é uma ótima maneira de estimular o desenvolvimento de seu filho de maneira lúdica e divertida. Sendo assim é importante ressaltar que o uso da música na educação infantil não se restringe às aulas de musicalização propriamente ditas, mas pode ser trabalhada também nas aulas regulares, como instrumento pedagógico para enriquecer a aprendizagem. Pois a música para crianças possui um efeito muito benéfico enquanto ferramenta educacional, contribuindo para o processo de aprendizagem.

Todavia, a utilização da música na educação infantil como instrumento de aprendizado está bastante ligada ao protagonismo e autonomia infantil, já que permite que a criança aprenda inúmeras habilidades importantes para seu desenvolvimento de modo prático e divertido. Entretanto, apesar de todos os benefícios da música na educação infantil, ainda deve haver espaço para que ela seja experimentada pelas crianças como uma forma de arte, diversão e expressão.

Diante desse contexto, a importância da musicalização na educação infantil, é de fato um recurso muito significativo para estimular o aprendizado da criança. Ela proporciona um bem-estar para aqueles que a ouvem e de uma forma notória deixa a criança confortável ao compasso da mesma. É necessário estabelecer uma rotina organizada e atrativa que busque proporcionar as crianças experiências positivas, para que assim elas se sintam acolhidas na aula. Pode-se notar que as crianças, através da música, se

expressam melhor, pois a participação de cada uma aumenta significativamente durante o aprendizado.

Entretanto pode-se finalizar que a importância da música na educação infantil desperta o lúdico, traz benefícios para a socialização, auxilia na alfabetização, ajuda a lidar com os próprios sentimentos, estimula a coordenação motora e a percepção sonora. Com isso ao trabalhar a música na educação infantil é extensa e não para por aí. Pois a musicalização também contribui para a percepção espacial, matemática e estimula até mesmo áreas do cérebro das crianças que podem beneficiar o desenvolvimento de outras linguagens na primeira infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das pesquisas realizadas é possível ressaltar que foi de extrema importância todo esse contado com o mundo da música. Com esta pesquisa, evidenciamos o quanto à utilização da música na educação infantil pode modificar de maneira exemplar a aprendizagem das crianças, a música colabora com a promoção afetiva, alarga determinadas áreas de reações, e como reforço dá as crianças maior segurança, desenvolve suas ideias e a sua própria expressão. Sendo assim o prazer gerado a partir da música, resulta mais do que qualquer outro recurso no desenvolvimento da identidade da criança.

Entretanto pode-se dizer que a musicalização na Educação Infantil desempenha um papel muito importante com influência positiva na escola. Entretanto a melhor da música é que além de trabalhar ritmos em assuntos escolares e que a música envolve todo o corpo e sensações ao ouvir e interagir gesticulando os movimentos da música e o relaxamento pelo prazer de uma atividade tão prazerosa quanto o cantar. Desta maneira ao apreciar a música em sala podemos trabalhar a parte motora da criança junto ao ritmo, uma das formas mais simples e bonitas é a expressão de sentimento de uma criança ao cantar.

Nessa perspectiva de aprendizagem, o objetivo deste trabalho foi apresentar a importância da música na educação infantil e através de pesquisas sustentadas cientificamente, comprovando que a música é dinâmica e espontânea, e quando trabalhada de maneira correta pode trazer bons resultados. Desta maneira com a música as crianças aprendem a conviver melhor com os outros, aprendem a dividir seus brinquedos, a se socializar com ao mundo. Sendo assim, a música se faz presente na vida da criança desde a barriga de sua mãe, pois, quando nascem desenvolvem o senso do ritmo e sempre ao ouvir um som começam a se balançar e expressar seus sentimentos.

Diante disso, conclui-se que a música contribui na aprendizagem e no desenvolvimento de todas as crianças favorecendo o psicomotor, o linguístico, cognitivo e socioafetivo das crianças, envolvendo todo seu corpo e mente trazendo bem-estar a todos que ouvem e apreciam. Pois o trabalho com esta maravilhosa ferramenta, proporciona que as crianças expressem seus sentimentos, conheçam seu próprio corpo e estimulem sua coordenação motora. A música é uma das ferramentas mais eficazes para o aprendizado na educação infantil, desde a primeira infância, ela faz parte de uma cultura na vida da criança sendo indispensável na educação. Sendo assim a musicalização vem ocupando um espaço muito significativo, pois, quando está sendo colocada em prática, traz experiências e sensações novas para todos os que a ouvem, fazendo uma grande diferença em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRÉSCIA, V. L. P. Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, T. A. de. Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2003.

COPETTI, A. A. O.; ZANETTI, A.; CAMARGO, M. A. S. A música enquanto instrumento de aprendizagem significativa: a arte dos sons. XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão. UNICRUZ, Rio Grande do Sul, 2011.

GAINZA, V. H. de. Estudos de psicopedagogia musical. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.

JEANDOT, N. Explorando o universo da música. São Paulo: Scipione, 1993.
Explorando o Universo da Música. São Paulo: Scipione, 2º ed, 1997.

MARTINS, R. P. L. Contribuição da música no desenvolvimento das habilidades motoras e da linguagem de um bebê: um estudo de caso. 2004. Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Educação Musical e Canto Coral-Infanto Juvenil do Curso de Pós-graduação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Londrina – PR, 2004.

OLIVEIRA, MARTINS, R.P.L contribuição de música nos desenvolvimentos das habilidades motoras e da linguagem de um bebê: um estudo de um caso. 2004.

ROSE, N.S.S. educação musical para pré-escola. São Paulo: Ática 1990.

WEIGEL, A. M. G. Brincando de música: experiências com sons, ritmos, música e movimentos na Pré-Escola. Porto Alegre: Kuarup, 1988.

BRITO, Teca Alencar de. Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical. São Paulo: Peirópolis, 2001.

BRITO, Teca Alencar de. Música na Educação Infantil. São Paulo: Peirópolis, 2003.

- A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTO NA ERA DIGITAL
(Ângela Maria Baumgarten)

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTO NA ERA DIGITAL

Ângela Maria Baumgarten³

RESUMO

A pesquisa procurará demonstrar por meio de autores renomados o que é a preservação, suas mudanças durante a evolução da humanidade e das tecnologias e assim poder descrever a verdadeira importância da preservação de documentos na era digital, o estudo se apresentará em três capítulos por meios de uma pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva, a qual leva em conta do processo de pesquisa para depois apresentar a relevância da preservação de documentos em todos os tempos. O estudo apresentara como ocorreu a evolução que levou-nos a termos o formato atual de arquivamento por meio de mídias tecnológicas digitais, demonstrando assim qual o valor dos antigos aportes de arquivamento, e como estes contribuíram para que nos dias atuais tivéssemos os avanços tecnológicos de preservação de documento e informação. Após todo este histórico é que será apresentada a sua importância como fonte geradora e preservadora de conhecimentos que são uteis até nos dias atuais, pois, acreditamos que todo processo de preservação foi valido em sua época e um acabou complementando o outro nos avanços intelectuais e culturais de todas as sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação, Arquivo, Era digital.

1- INTRODUÇÃO

O estudo tem por finalidade apresentar por meio de pesquisa com autores, ideias e conceitos qual a verdadeira importância da preservação de documentos na era digital, já que acredita-se que a preservação vem contribuir para a formação das civilização desde os tempos primórdios da humanidade.

Para tanto a pesquisa será apresentada por meio de um estudo bibliográfico de estilo qualitativo descritivo, pois, levar-se-á em conta todo o processo de levantamento de informações para a observância do assunto para melhor descrevê-lo, e com isso poder apresentar o estudo em capítulos.

O primeiro capítulo apresentará os conceitos do que é preservação de documentos de modo a demonstrar sua função em relação aos cuidados que se deve ter ao ser responsável pela informação e conhecimentos em algum órgão em que atue.

³ E-mail do autor: angela.mariab@hotmail.com

Já no segundo capítulo será apresentado os tipos de preservação de documento de modo a expor como houve a evolução da sociedade e dos suportes de arquivos para a preservação dos documentos diante da evolução da humanidade e da tecnologia.

O terceiro capítulo, procurará demonstrar a importância da preservação de documentos na era digital, de modo a exibir como evoluímos e por que é tão importante os cuidados com a preservação para que a humanidade não perca conhecimentos e informações que lhes são tão importantes para a vida, e como assegurar que os documentos sejam guardados, arquivados, e ao mesmo tempo fique disponível para acesso a estudos e pesquisas.

Portanto o estudo procurará demonstrar por meio das informações como evoluímos para alcançar este novo formato de arquivamento e como este processo todo foi importante para que as sociedades se constituíssem, e chegássemos a desenvolver tal tecnologia, de modo a entender como esta pode contribuir para a preservação de documentos, informações e conhecimentos, entendendo que as mudanças são necessárias e que não se pode parar no tempo, pois, assim os métodos e suportes podem se tornar obsoletos, invalidando assim os conhecimentos guardados.

2- DESENVOLVIMENTO

O estudo tem por finalidade apresentar por meio de autores, ideias e conceitos qual a importância da preservação de documentos na era digital, de modo a perceber como se chegou neste formato de preservação e entender todo processo no qual um documento passa para ser preservado.

A pesquisa se apresentara por meio de capítulos os quais procuraram descrever o que é a preservação de documentos, os vários tipos da preservação de documentos e por fim qual é a importância da preservação dos documentos na era digital atual.

2.1- PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Ao se discorrer sobre preservação de documentos alguns cuidados devem ser tomados, pois, estes documentos aqui vislumbrados não são apenas documentos administrativos de empresas os quais também devem se ter as maiores preocupações, e sim todos e qualquer documento, livro, informativo, revista, literaturas, jornal entre outras modalidades atuais.

Acredita-se que desde as primeiras civilizações a preocupação com a informação e os conhecimentos a serem guardados ou passados as gerações futuras foi uma preocupação constante do ser humano. E com isso muitos devem ter sido os meios os quais existiram para que se conseguissem guardar estas informações conforme fomos evoluindo os métodos também acompanharam esta evolução modificando-se assim de tempos em tempos.

Segundo FERREIRA (2006),

“Desde a invenção da escrita que existe uma manifesta preocupação pela preservação dos artefactos que resultam de processos intelectuais e criativos do ser humano [1]. A preservação desses artefactos permite às gerações futuras compreender e contextualizar a história e a cultura dos seus povos [2]. Os museus, as bibliotecas e os arquivos assumem neste contexto um papel determinante, responsabilizando-se pela preservação e longevidade desses artefactos. Nos dias de hoje, uma parte significativa da produção intelectual é realizada com o auxílio de ferramentas digitais. A simplicidade com que o material digital pode ser criado e disseminado através das modernas redes de comunicação e a qualidade dos resultados obtidos são factores determinantes na adopção deste tipo de ferramentas. No entanto, o material digital carrega consigo um problema estrutural que coloca em risco a sua longevidade. Embora um documento digital possa ser copiado infinitas vezes sem qualquer perda de qualidade, este exige a presença de um contexto tecnológico para que possa ser consumido de forma inteligível por um ser humano. Esta dependência tecnológica torna-o vulnerável à rápida obsolescência a que geralmente a tecnologia está sujeita [3]” (FERREIRA, 2006, P.17).

O exposto nos leva a entender que a preocupação com a preservação e disseminação de conhecimentos não seja assim um assunto tão recente, pois, nota-se que desde o início da humanidade já se pensava em métodos a serem utilizados para que os dados pudessem ser guardados e passados aos mais novos de alguma forma para orienta-los para a vida, de modo que seus feitos e produções intelectuais servissem de exemplo.

Mas havia algo que poderia impedir que este conhecimento durasse para sempre que é a fragilidade dos materiais existentes em todas as épocas,

pois com a evolução outros métodos e materiais foram surgindo e como consequência deixando os métodos antigos obsoletos.

Com isso notamos que os arquivos os quais guardavam todos estes materiais foram de suma importância para a preservação do conhecimento, embora muitos acidentes aconteceram e levaram ao descarte de parte destes materiais, outros foram perdidos, queimados ou extraviados, mesmo com tantos imprevistos uma parte foi preservada e serviu grandemente a sociedade para que fossem estudados.

Segundo ALVES (1993. S/P) em meio ao site Wikipédia, e em arquivologia,

“Arquivo é um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades. Os documentos preservados pelo arquivo podem ser de vários tipos e em vários suportes. As entidades mantenedoras de arquivos podem ser públicas (Federal, Estadual Distrital, Municipal), institucionais, comerciais e pessoais. No Brasil, a política de arquivos públicos e privados é gerenciada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão ligado ao Arquivo Nacional” (ALVES, 1993. S/P: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo>).

O arquivo aqui descrito representa um espaço o qual é utilizado para armazenar informações de um modo organizado seguindo assim regras pré-estabelecidas, de modo que podem ser utilizados vários tipos de suporte para guardá-los, seja de maneira impressa ou como forma de arquivos de programas de computadores na era atual, podendo estes documentos e informações ser públicos ou privados, os quais levaram a criação de um conselho nacional de Arquivos o CONARQ.

Mais as formas de arquivamentos não começaram nesta era, mais sim desde o início da civilização assim como apresentado por PAES (1997, P. 15) o qual comenta que “logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreenderam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades [...]”.

Ao descobrirem a verdadeira importância de se reunir, guardar informações e conhecimentos, perceberam assim que algo deveria ser feito, para que estas informações fossem protegidas, surgindo assim os grandes

arquivos de museus, bibliotecas e espaços de conhecimentos como salas de estudos privados e públicos, arquivos pessoais de pesquisadores ou escritores.

Estes espaços para PAES (1997)

“Na verdade, [...] funcionavam como grandes depósitos de documentos, de qualquer espécie, produzidos pelo homem. Entretanto, a evolução histórica da humanidade, aliada a fatores culturais e tecnológicos como, [] o advento da imprensa, pouco a pouco, forçou a delimitação dos campos de atuação [...]. (PAES, 1997, P. 16).

Surgiu com esta delimitação de espaço de atuação, a criação da arquivologia que também atua nos campos tais como: nas grandes empresas públicas e privadas e nas bibliotecas, nos museus e nos espaços culturais entre outros.

Podemos definir um arquivo público como um “[...] conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções administrativas, judiciárias ou legislativas.” (PAES, 1997, P. 24).

Percebemos que um arquivo público não só atua nas três áreas acima citadas mais também em uma área que não se fala muito que é a área cultural, na qual o arquivo é de grande importância para a preservação, guarda e compartilhamento de informações e conhecimentos a respeito de nossa e de outras culturas sejam por meios convencionais impressos ou digitais.

Por isso se compreende que deve haver uma valorização dos arquivos sejam eles públicos ou privados na medida em que contribui para a preservação de nossos feitos históricos e conhecimentos desenvolvidos em milênios de evolução cultural e intelectual.

Segundo CAMARGO (1988)

“A valorização do arquivo como órgão que conserva os documentos emanados de autoridades públicas vem de uma longa tradição jurídica, baseada na presunção de autenticidade dos atos praticados pelos que detêm cargos e ofícios públicos. É na esfera pública – mediante registros autênticos e seguros – que evidenciam a veracidade e a validade dos fatos” (CAMARGO, 1988, P. 59).

Até mesmo a valorização dada aos arquivos, já vem de antigas tradições, os quais já se percebiam a necessidade de se cuidar dos conhecimentos e informações, sua veracidade e formas seguras de

discriminação, a proteção destes documentos ajuda na conservação verídica dos acontecimentos.

BRASIL (2006) coloca que,

“Nos documentos convencionais, o conteúdo e o suporte estão intrinsecamente ligados, dessa forma a manutenção do suporte garante a preservação do documento. De forma distinta, nos documentos digitais, o foco da preservação é a manutenção do acesso, que pode implicar na mudança de suporte e formatos, bem como na atualização do ambiente tecnológico” (BRASIL, 2006, P. 36)

Verifica-se aqui uma necessidade constata de aprimoramento dos suportes tecnológicos os quais avançam em mudanças rapidamente, ou seja, não dá para se manter desatualizado, pois, pode haver perda de informação, de conteúdo, de documentos, de saberes importantíssimos a humanidade e comunidade científica.

Com isso pode-se intuir que a tecnologia pode ser uma aliada, desde que a mesma possa ser atualizada constantemente, e os suportes consigam estabelecer esta conexão entre o modelo atual e o modelo novo de tecnologia de armazenamento.

2.2- OS TIPOS DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Não podemos esquecer que a evolução da sociedade permitiu que a preservação dos arquivos de informação e conhecimento passasse por vários formatos diferentes, os primeiros eram muito rústicos, mais não deixava de alcançar o objetivo de sua criação.

Segundo BRASIL (2003, 2019) arquivo é um “[...] conjunto de documentos produzidos e recebidos pela administração pública federal, em decorrência do exercício de atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (BRASIL, 2003, 2019, Art. 16)

O conceito aqui descrito é uma denominação geral do que é arquivo, pois o mesmo tem o papel de guardar e proteger as informações de todos os documentos como forma de preservar os conhecimentos fazendo assim com que todo seu potencial ao ser pesquisado pode ser posto a prova, pois, o

mesmo estará disponível talvez em até mais de um suporte, dependendo da forma como foi preservado.

Mediante a tal questionamento, nos perguntamos como teria surgido os primeiros suportes para proteger os conhecimentos, nesta busca encontramos SCHELLENBERG, (1973) o qual aponta que,

“Nos suportes da informação (tijolos de argila, papiro, pergaminho, papel etc.) eram registrados os resultados das atividades dos homens que os conceberam. À medida que os grupos organizados sentiram necessidade de conservá-los, tornou-se mister tratá-los. Desde então, vários foram os métodos utilizados” (SCHELLENBERG, 1973, P. 75-78).

Observou-se com isso que as primeiras formas de registros foram em tijolos de argila que se fixou certos conhecimentos e vivências, e conforme a sociedade evoluiu surgiram novos suportes tais como o papiro, o pergaminho, e o papel, mais não paramos por aí, hoje em dia o papel ainda é muito utilizado, mais já temos algo mais evoluído que serve de suporte, que é a internet e os programas de computador que não só servem de suporte, como ajudam na manutenção, cuidados e distribuição das informação com maior rapidez e segurança.

Um cuidado muito importante que deve ser tomado como fundamental na preservação dos conhecimentos hoje em dia é com as mudanças, que ocorrem neste suporte tecnológico, pois, as empresas, as bibliotecas e museus e todos os detentores de informação e conhecimento devem acompanhar a evolução melhorando assim a cada dia os suportes para não se tornar obsoleto e em desuso.

BARRETO (2007) contribui afirmando que,

“A construção do conhecimento se dá através da mediação da informação. Esse papel fica a cargo das instituições de memória, de seus profissionais que, com seus instrumentos de armazenagem, processamento e disseminação da informação organizam e permitem sua difusão em variados modos: textos, imagens, sons, meios que traçam signos e abrem vias para a passagem do conhecimento, organizando sua materialidade”. (BARRETO, 2007, P. 162)

Por isso acredita-se que existe uma grande responsabilidade sobre os profissionais que trabalham com a informação, para que a mesma chegue às

mãos dos pesquisadores e estudantes ou nas mãos de quem a procura com o cuidado de ser algo verdadeiro, e não uma informação falsa.

Como podemos ver o arquivista juntamente com outros profissionais devem trabalhar a informação levando esta por diversos meios a ficar disponível a um grande público, muito diferente do que se tinha em tempos remotos de civilização, pois, neste tempo o conhecimento era algo guardado e usufruído por poucos e privilegiados. Embora o papel principal dos arquivos sempre foi “[...] transmitimos para que o que vivemos, cremos e pensamos não venha a morrer conosco” (DEBRAY, 2000, P. 16), pois, foi assim, que a sociedade se constituiu, observando conhecimentos já construído de modo a evoluir com eles.

Com isso de tempos em tempos a sociedade procurou novos meios de arquivar e manter o conhecimento vivo disponível e ativo a todos que tinham interesse em melhorar-se intelectualmente, por meio de estudos e pesquisas, embora uma parte da população tenha enfrentado também a exclusão social imposta por muitos anos aos menos abastados.

Na atualidade muito já se tem mudado a respeito da educação, da preservação, dos suportes e da própria tecnologia utilizada para os cuidados com preservação e arquivamento de documentos.

De acordo com INNARELLI (2013),

“Nos dias de hoje, o digital está substituindo o analógico, como consequência, muitos acervos analógicos estão passando pelo processo de migração para o digital e deixarão de existir em seu formato original, já que em muitos casos o próprio original encontra-se frágil” (INNARELLI, 2013, P.70).

A citação em questão fala a respeito de dois formatos de se preservar o digital e o não digital, aqui consideramos os dois altamente importantes para o patrimônio público cultural, já que os dois contribuem imensamente para que as informações sejam guardadas e preservadas e mantidas em segurança, apesar de serem frágeis, pois, o material impresso pode sofrer avarias do tempo assim como o material digital, pois, se não for renovadas as tecnologias, corre-se o risco de não poder ser utilizado adequadamente, por não se encaixarem em novos padrões e formatos.

Mediante a estas mudanças se encontram as bibliotecas que resistem ao tempo para levar o conhecimento a todos que o procura em fontes seguras, com isso entendemos que elas também devam se aperfeiçoar, mais não devem negar suas origens e a importância que teve durante milênios na sociedade em função de preservar a informação mesmo com suportes tão frágeis.

Sendo assim nos perguntamos o que seria então uma biblioteca virtual, e encontramos um grande colaborador GOMES (2004, P. 2) o qual conceitua biblioteca virtual como “um serviço on-line de informação especializada, criado para atender as novas exigências da pesquisa acadêmica, sobretudo no que diz respeito à agilidade para a obtenção da informação e para a comunicação entre pares”.

Acrescentamos dizendo que a biblioteca virtual ou digital é mais um suporte de apoio a pesquisas, a estudos, a leitores assim como é a biblioteca física, sendo uma complementar a outra, não havendo assim motivos para dissociá-las, já que as duas procuram levar a informação e o conhecimento a todos.

De mesmo modo como afirma CUNHA (2008, P.05) a biblioteca digital “combina a estrutura e a coleta da informação, tradicionalmente usada por bibliotecas e arquivos, com o uso da representação digital tornada possível pela informática”.

A era da tecnologia digital veio para melhorar a vida da sociedade, por meio da rapidez com que as informações podem ser enviadas, compartilhadas e divididas em as pessoas de várias sociedades ao mesmo tempo.

2.3- A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ERA DIGITAL

Ao olharmos para todo histórico da formação de um arquivo e como este veio se modificando ao longo dos tempos entenderemos que a evolução foi necessária para que assim os arquivos acompanhassem a própria evolução do homem e da sociedade e com isso alcançasse seu objetivo principal que é de guardar os documentos e informações.

Em mesmo sentido complementa LOPES (2000) afirmando que,

“Acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (*bits*); produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos” (LOPES, 2000, P. 33).

O Arquivo ou o acervo em si trás todo seu caráter de preservação, pois, é nele que se encontra toda riqueza de uma nação, sua produção cultural ou científica que deve ser guardada como forma de pesquisa e ajuda para novas conquistas de conhecimentos baseado em estudos já desenvolvidos.

Entende-se que a informação e os conhecimentos sejam primordiais para todas as populações que visam evoluir e descobrir novos potenciais dentro de sua era de conhecimento, pois, a falta de conhecimento pode barrar o ser humano de progredir já que ensinamos e aprendemos ao mesmo tempo como uma troca de experiências.

ROUSSEAU E COUTURE (1998) apontam que tudo só existe porque adquirimos informação e conhecimentos, pois, necessitamos destas para se desenvolver dentro de uma organização. Portanto as organizações,

“Arranjam a informação necessária tanto no exterior como no interior do organismo. Essa informação pode ser verbal ou registrada num suporte como o papel, a fita magnética, o vídeo, o disco óptico ou o microfilme. Pode ser orgânica, isto é, elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão, ou não-orgânicas, isto é, produzida fora do âmbito desta. A produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo” (ROUSSEAU E COUTURE 1998, P.63-65).

Os autores descrevem neste fragmento de citação alguns dos suportes aos quais podemos usufruir para guardar informações, as quais podem vir a fazer parte do arquivo de outros organismos ou arquivos tanto de fora da organização como de dentro, mais de outros setores.

Estamos aqui nos referindo às mudanças ocorridas, pois, na era atual, o conhecimento tecnológico e digital permite que seja feita esta troca de informação de modo rápido e seguro para que assim todos tenham o conhecimento e possam utilizá-lo conforme for preciso em suas atividades diárias mediante uma organização pública ou privada.

COUTURE (1996, P.8) afirma que na época a qual vivemos o progresso tecnológico nos inseriu na era da informação, “O arquivista, como todos os que trabalham com a informação, deve atravessar a parede do formato – o documento – para ir à direção do conteúdo, a informação”.

Neste sentido pode-se dizer que todo e qualquer profissional que trabalha com a informação, devem tomar os devidos cuidados com sua própria formação, para que assim consiga evoluir-se junto com o órgão que representa, de modo que se mantenha atualizado das mudanças que podem ocorrer nos sistemas de tecnologia e arquivamento e nas regras que os cercam.

Antes mesmo de se trabalhar na área da informação se necessita conhecer como as informações e conhecimentos são tratados, pois, deste modo à pessoa responsável por aquele setor poderá intervir de forma significativa, já que o mesmo terá responsabilidade e decisão.

LOPES (1997, P.110) acredita que os documentos devem receber “Tratamento global que resulte no aumento das possibilidades do uso da informação registrada para tomada de decisões nos arquivos correntes e nas suas extensões, os intermediários”.

O autor nos leva a entender que o tratamento global seja uma forma de poder levar os conhecimentos a tornar-se digital para alcançar assim a possibilidade de ser visto e utilizado por um público ainda maior sem perder sua credibilidade, já que o formato digital tem a finalidade de alcançar assim um público globalizado.

Entende-se que a produção do conhecimento acontece diariamente, por meio de cientistas, pesquisadores, estudiosos entre outros, cada um com seu objetivo, alguns destes conhecimentos ficam disponível em versões livres com acesso a todos, outros em caráter privado como forma de preservar a autoria.

Segundo SANTOS e FLORES (2016, P. 167), “[...] a produção documental é resultado de atividades derivadas de funções, as quais são exercidas de forma natural no âmbito da instituição a fim de atingir seus objetivos”.

Um dos primeiros passos é a criação do conhecimento, do documento em seguida aparece às formas de preservação deste, os vários formatos aos

quais podem ser utilizados para o cuidado com o material produzido, quais órgãos vão fazer este papel e quais os formatos de arquivos serão utilizados, podendo estes variar de impresso ao digital segundo sua criação.

Com a evolução surgiu algumas formas de classificar estes documentos segundo suas finalidades, e a forma que este deve ficar disponível para o acesso. SOUSA (2007, P. 24) aponta que, “A classificação em arquivos tem como resultado um produto: o instrumento de classificação (plano de classificação). E é nele que deverão estar representadas as equivalências e as hierarquias”.

Acredita-se que cada departamento tem uma forma própria de classificação que leva em conta a exposição do produto (informação ou Conhecimento), para futuros pesquisadores, os quais buscam certa facilidade na procura da informação.

Muitos são os conhecimentos produzidos, por esse motivo é que existe então a classificação, pois a mesma consegue destacar o que é ou não relevante para ser mantida a disposição da população, o restante do material pode ser descartado ao não ter tanta relevância.

COUTURE (2015, P. 153), o arquivo “[...] permite assegurar que se mantenha somente aquilo que deve ser mantido, durante o período em que deve ser e onde deve ser, constitui o núcleo central da arquivística”.

Se levarmos nosso pensamento a uma ampliação a respeito do arquivo entenderemos que embora se queira manter todo conhecimento arquivado e guardado, após alguns processos de classificação uma parte do material será descartada, não o conhecimento contido nele, pois, o mesmo pode ser transferido para outro formato de arquivo como os digitais.

Ao olharmos mais profundamente o assunto entenderemos que existe um tempo de vida para os formatos de informação e o conhecimento, quando este ganhar um novo sentido uma nova roupagem o material primeiro se tornará em desuso, os conhecimentos e a informação se tornaram atualizados e se apresentaram em uma nova tiragem.

Segundo RIBEIRO e ATTINA (2017, P. 238), “A tabela de temporalidade é um instrumento que consolida todos os critérios construídos durante o longo e complexo processo de avaliação”.

As autoras nos levam a crer que deve existir um processo de avaliação constante dos materiais arquivados, para ver seu uso, funcionalidade e serventia, para assim poder ser descartado ou mantido em arquivos por mais tempo. A avaliação deve observar o uso do material arquivado como forma de entender quais medidas tomar para que não fique apenas ocupando espaço sem ser utilizado.

NASCIMENTO (2019) demonstra que,

“Mesmo que houvesse o espaço suficiente para se guardar tudo que se quisesse, no âmbito da Arquivologia ressalta-se que os documentos só têm razão de existir para cumprir sua função e respeitar seu valor, portanto, se o documento tem apenas valor administrativo e primário, passado seu tempo de espera (previsto em Lei ou designado por pessoa competente) ele deve ser eliminado” (NASCIMENTO, 2019, P. 113).

Portanto nem todos os documentos que se queira guardar necessariamente serão utilizados posteriormente e sendo assim seguindo as regras de arquivologia deve-se classificar e verificar por meio de avaliação o que permanecerá em arquivo para pesquisas e estudos e o que deverá ser descartado.

Para o CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000)

“O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados”, (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, P. 11).

O estudo demonstra como é importante o trabalho do arquivista, pois, este tem entre suas funções organizar e arquivar documentos, criar projetos de preservação, organizar acervos e disponibilizar as informações a todos os interessados em pesquisar ou estudar determinado assunto.

Outra função que se assemelha muito com a arquivologia é a dos biblioteconomistas, pois, trabalham com a informação e o conhecimento por meio de programas que visam classificar, guardar e disponibilizar as informações a todos os pesquisadores, ou seja, ele é o gestor da informação o qual usa as tecnologias de informação e comunicação, preparando assim o

ambiente para o melhor atendimento em função de que a informação não só fique disponível mais que seja encontrada rapidamente para o acesso.

3- CONCLUSÃO

O estudo nos fez compreender como foi importante o desenvolvimento do arquivo como suporte de preservação de conhecimento e informação desde o início das civilizações, pois em todos os tempos o ser humano se preocupou em guardar os conhecimentos para que fossem apresentadas aos mais novos e que estes aprendizados os ajudassem para a vida, demonstrando assim quais eram os conhecimentos intelectuais desenvolvidos e seus feitos em sua época.

A pesquisa apontou que foram muitas as mudanças e transformações que ocorreram nos formatos de arquivamento, saindo assim do primeiro a ser observado que foi as lâminas de cerâmica e chegando a forma atual de arquivo chamada de digital, por meio de programas de computador que servem como arquivos entre outros aparatos como o CD, DVD, pen-drives e sistemas.

Enquanto a sociedade evoluía os suportes também seguiram esta mesma regra e foram se modificando de tempos em tempos, até se chegar ao formato atual de arquivamento que é digital, o qual pode ser apresentado aos pesquisadores, cientistas e estudiosos de forma rápida e eficiente em questão de segundo por meio da tecnologia digital em rede.

Entende-se com isso que os suportes devem passar por melhoramento e avanços conforme a tecnologia vai evoluindo para que o material e o suporte utilizado para preservação não se tornem arcaicos, embora as formas antigas sirvam de apoio às novas tecnologias não podendo assim ser desprezadas, pois, cada uma tem seu valor e no final se complementam.

Finaliza-se o estudo apontando que são muito importantes as profissões como arquivistas, biblioteconomistas, os museólogos entre outros profissionais que trabalham com a informação e os formatos de arquivamento sejam por meios convencionais ou tecnológicos, pois, entre suas funções estão a classificação da informação e do conhecimento, a avaliação dos conteúdos,

desenvolvimentos de projetos de preservação e restauração de patrimônios culturais, para que os conhecimentos estejam disponíveis a todos, com veracidades em suas informações, de modo que toda informação também tem um tempo útil.

Sendo assim podemos concluir dizendo que é de suma importância a preservação de documentos que carregam a informações e conhecimentos seja ele digital ou convencional, a diferença é que os suportes digitais devem ser melhorados conforme se evolui a tecnologia, para se alcançar o seu verdadeiro objetivo, evitando-se assim o desuso do suporte e do documento nele registrado.

4- REFERÊNCIAS

ALVES, Ivone, et. al. *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 972-565-146-4 Arquivo. Acessado em 23 de fevereiro de 2023. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo>.

BARRETO, Ângela. Memória e sociedade contemporânea. Revista da Associação de Bibliotecários de Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n. 2, p.161-176, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: e-ARQ. Rio de Janeiro: 2006.

BRASIL. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, D.F, p. 2, 13 dez. 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Economia. Portaria Interministerial nº 11, de 25 de novembro de 2019. Dispõe sobre os procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo - NUP no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portariainterministerial-n-11-de-25-de-novembro-de-2019-229645093>. Acesso em: 12 de fev. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONARQ, 2006. Disponível em: Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.
<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele/gestao/e-ARQ%20-%20v%200.pdf>.

CAMARGO, Ana Maria de A. O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. *Arquivo: b. hist. e inf.*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-64, jul./dez. 1988.

COUTURE, Carol. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, jul./dez. 2015.

CUNHA, Murilo Bastos. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. *Perspectiva da Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, p.2-17, jan. abr. 2008. Disponível em:
<<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewfile/221/388>>
Acesso em 22 fevereiro de 2023.

DEBRAY, R. *Transmitir: o segredo e a força das idéias*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, M. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. ISBN: 978-972-8692-30-8.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. *Biblioteca virtual: um novo território para a pesquisa científica no Brasil*. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.5, n.6, dez/2004. Disponível em:<http://www.dgz.org.br/dez04/art_05.htm> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

INNARELLI, H. C. *Preservação digital e seus dez mandamentos*. In: SANTOS, V. B.S. (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos*. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2013. cap.1.

LOPES, Luís Carlos. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000. 369 p.

NASCIMENTO, Natália Marinho do. *Inter-relação entre os fluxos informacionais, a identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos: um modelo processual para a Salutar de Marília*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

RIBEIRO, Camila Giovana; ATTINA, Bruna. Projeto para elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das Atividades-fim da administração pública estadual segundo a metodologia funcional: experiência do Arquivo Público do Estado na implementação da gestão documental em cinco órgãos estaduais. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). Arquivos, entre tradição e modernidade. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 237-247.

ROUSSEAU, Jean-Yves ; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. O documento digital no contexto das funções arquivísticas. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, Lisboa, n. 5, p. 165-177, 2016.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modelos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 5-26. jan./jun. 2007.

**- A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS SIMBÓLICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E
AS ATIVIDADES LÚDICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA (Madelene Beatriz
Laureano Cerqueira)**

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS SIMBÓLICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ATIVIDADES LÚDICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Madelene Beatriz Laureano Cerqueira

RESUMO

É através das brincadeiras que as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação, ou seja, amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. O ato de brincar precisa ser obrigatório nas atividades intelectuais da criança na idade pré-escolar, sendo por isso indispensável à prática educativa. A brincadeira sendo de forma pedagógica nos faz repensar a prática e as oportunidades que acontecem em nossa sala. Esse artigo objetiva-se demonstrar que as brincadeiras têm como intenção causar prazer e entretenimento a quem pratica, e ainda contribuir para o desenvolvimento das potencialidades humanas das crianças, proporcionando condições adequadas ao desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social, principalmente nesse período em que estamos vivendo de isolamento social, devido a uma pandemia, aonde as crianças foram obrigadas a se afastarem do ambiente escolar e do contato com outras crianças e adultos. O papel da brincadeira educativa é bastante forte, mas nem tudo é marcado pela função pedagógica. As crianças precisam de momentos da brincadeira para a brincadeira, pois a ela vêm para abrir novos espaços na educação, com vista ao crescimento de todos, professores e alunos.

Palavras-chave: Jogos Simbólicos. Atividades lúdicas. Brincadeira. Educação Infantil. Pandemia.

ABSTRACT

It is through play that children can develop some important skills, such as attention, imitation, memory, imagination, that is, they also mature some socialization skills, through interaction and the use and experimentation of rules and social roles. The act of playing needs to be mandatory in the intellectual activities of children at preschool age, and is therefore indispensable to educational practice. Playing in a pedagogical way makes us rethink the practice and opportunities that happen in our classroom. This article aims to demonstrate that games are intended to cause pleasure and entertainment to those who practice, and also contribute to the development of children's human potential, providing adequate conditions for physical, motor, emotional, cognitive and social development, especially in this period. in which we are living in social isolation, due to a pandemic, where children were forced to move away from the school environment and contact with other children and adults. The role of educational play is quite strong, but not everything is marked by the pedagogical function. Children need moments of play to play, because they come to play to open new spaces in education, with a view to the growth of all, teachers and students.

Keywords: Symbolic Games. Playful activities. Joke. Child education. Pandemic.

INTRODUÇÃO

A educação é uma evolução e transformação do indivíduo, considerando a linguagem como um contínuo da Educação, expressão da corporeidade e considerando o movimento um meio para se visualizar a corporeidade dos nossos alunos, a linguagem artística deve proporcionar oportunidades para que o aluno possa desenvolver todos os seus domínios do comportamento humano e, através de diversificações e complexidades, o professor possa contribuir para a formação de estruturas corporais mais complexas.

Como objetivo da Educação Infantil, refere-se ao ato de estimular as diferentes áreas de desenvolvimento da criança, aguçar sua curiosidade, sendo que, para isso, é imprescindível que a criança esteja feliz no espaço escolar e nesse momento de pandemia no espaço familiar.

O primeiro registro partindo da arqueologia dos jogos na humanidade, é desde 2600 a.C.

Não há registros sobre a inclusão do lúdico, o que há são pesquisas objetivando-se que com o lúdico, a criança exercita não só a sua capacidade de pensar, ou seja, de representar simbolicamente as suas ações, mas, também, as suas habilidades motoras, já que ao brincar, salta, corre, etc. Define-se o lúdico como uma forma de representação do corpo, predominando a fantasia. São exemplos de lúdico as brincadeiras, músicas, jogos de faz-de-conta, de papéis ou de representações. O lúdico, utilizando-se de vários objetos, as crianças são capazes de criar um mundo imaginário e se apropria dele, onde a aprendizagem acontece sem pressão, através da liberdade de escolha e de expressão de seus pensamentos.

Através desse projeto, queremos demonstrar que através do lúdico, a criança estimula não só sua capacidade de pensar, mas também, suas habilidades motoras.

O “brincar” tem a função também de promover a constituição do próprio indivíduo. A utilização do lúdico promove o desenvolvimento dos processos psíquicos, dos movimentos, acarretando o conhecimento do próprio corpo, da linguagem e da narrativa e a aprendizagem de conteúdos.

As crianças estão afastadas do seu ambiente escolar há vários meses, sem ter contato nenhum com os amigos e os professores e através dos jogos simbólicos e das atividades lúdicas que estão sendo propostas através do ensino remoto estão podendo se desenvolver em casa.

Buscaremos aqui, provar que essa atividade estimula o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, emocional, social e cultural das crianças. Valoriza a contribuição do jogo simbólico para o desenvolvimento cognitivo e afetivo-emocional.

Para realizar este estudo usou-se como metodologia de pesquisa um estudo bibliográfico bem como livros, revistas, internet, pesquisas e reportagens.

DESENVOLVIMENTO

A Educação Infantil é considerada uma das mais importantes etapas da formação das crianças, pois é onde elas começam a existir fora do convívio familiar, o que envolve lidar com diferenças, o desenvolvimento da personalidade e da autonomia, a criação de laços de amizade e as descobertas em diferentes áreas do conhecimento. Ela funciona como uma base para as demais etapas da educação formal, e o correto aproveitamento desta etapa permite que os pequenos cresçam com mais autonomia e tenham mais sucesso em sua vida escolar e individual. (EDUCA MAIS BRASIL, 2021).

Vários estudos e várias pesquisas têm demonstrado a importância das atividades lúdicas, no desenvolvimento das crianças, proporcionando assim, condições adequadas ao seu desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social.

Uma definição de atividade lúdica é toda e qualquer animação que tem como intenção causar prazer e entretenimento a quem pratica. (RIZZI, 1997. p. 41).

Através dessas atividades, as crianças se expressam, assimilam conhecimentos e constroem a sua realidade quanto está praticando alguma atividade lúdica.

2.1 JOGOS SIMBÓLICOS

Jogos Simbólicos e Ludicidade são formas de auto expressão, onde a criança imita situações da vida real, estimulando assim com que a criança que brinca dá diferentes significados aos objetos, às pessoas, às ações, aos fatos etc.,

Os jogos simbólicos são atividades sem regras previamente definidas, onde crianças entre 2 e 6 anos lembram-se de situações extremas vividas e/ou observada se simulam ou narram de forma representativa.

Utilizando-se do faz-de-conta a criança constrói em sua imaginação para expor comportamentos (representando um super-herói; fazendo papel de professor), apresentar um segundo sentido a objetos (uma caixa de ovos que se transforma em um ônibus; uma garrafa de detergente que vira um foguete).

Todas as crianças que participam dos jogos simbólicos, adquirem novos conhecimentos e desenvolve habilidades de forma natural e agradável, que gera um forte interesse em aprender e garante o prazer.

O objetivo do jogo simbólico é o de fazer a criança assimilar a realidade, ou seja, é dentro ela que a criança realiza seus sonhos e fantasias, revela conflitos interiores, medos e angústias, aliviando tensões e frustrações. (KISHIMOTO, 2003. p. 47).

Dentro dos jogos simbólicos a imaginação da criança modifica sua vontade.

- As principais características dos jogos simbólicos, são:
- liberdade de regras (menos as criadas pela criança);
 - desenvolvimento da imaginação e da fantasia;
 - ausência de objetivo explícito ou consciente para a criança
 - lógica própria com a realidade;
 - assimilação da realidade ao "eu". (LEAL, 2003. p. 41)

É dentro do jogo simbólico que a criança passa por modificações, à medida que vai progredindo em seu desenvolvimento rumo à intuição e à operação.

O jogo consiste em diversão, brincadeira, é um instrumento muito poderoso na estimulação da construção de esquemas de raciocínio, através da sua ativação.

O jogo é um meio desenvolvimento da inteligência, os jogos historicamente possuem grande valor, não apenas pelo interesse que universalmente despertam nas crianças, mas também pela alegria que elas manifestam ao jogar.

Mas como foi dito, estamos tratando de crianças pequenas, dentro da Educação Infantil, por isso é importante que cada professor divida os alunos com suas idades para poder aplicar os jogos.

Abaixo está à natureza das fases do desenvolvimento das crianças em idade de educação infantil:

- Fase sensório-motor (de 1 a 2 anos aproximadamente), nesta fase a criança brinca com o próprio corpo, executando movimentos, fazendo jogos de exercícios. Nessa fase o contato com os adultos é imprescindível.

- Fase simbólica (de 2 a 4 anos aproximadamente), nesta fase além dos movimentos físicos, as crianças passam a exercitar intencionalmente movimentos motores mais específicos.

As brincadeiras mais simples são grandes estímulos ao desenvolvimento intelectual.

Nessa fase as crianças estão bastante egocêntricas, tudo se volta para o “eu”, por isso os jogos com regras não funcionam, pois não conseguem coordenar seus esforços para o outro.

- Fase intuitiva (de 4 a 6 anos aproximadamente), nesta fase os jogos de que as crianças mais gostam são os que seu corpo estiver em movimento, pois se movimentar as faz muito contente, é a fase em que a criança imita tudo.

Brincando brinca-se com diversos tipos de jogos, através dos jogos se brinca com o corpo, se utiliza o raciocínio, estratégias, se utiliza também de sorte e organização. Sendo assim, o ser humano joga sua vida inteira.

Os jogos simbólicos são importantíssimos para o desenvolvimento da criança.

São exemplos de jogos simbólicos segundo (OLIVEIRA,1992. p. 19):

- Fazer construções livres;
- Fazer construções com objetos pequenos, grandes, altos, baixos, por cores;
- Brincar de viagem ao espaço, à selva, ao circo, de banda musical;

- Brincar de pega-pega imitando bichos;
- Pedir aos alunos que inventem brincadeiras.

Durante a educação infantil, o raciocínio lógico ainda não é suficiente para que ela dê explicações coerentes a respeito de certas coisas.

O poder de fantasiar surpreende o poder de explicar.

Através do jogo simbólico, a criança exercita não só sua capacidade de pensar, ou seja, representar simbolicamente suas ações, mas também, suas habilidades motoras, já que salta, corre, gira, transporta, rola, empurra, etc.

2.2. O LÚDICO DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo foram feitas pesquisas no intuito de explorar a importância do lúdico na aprendizagem. O que se observa é que a visão da aprendizagem, é conhecida por muitos, provoca mudança de comportamento, ou seja, é aquilo que vemos mudar, e essa mudança pode ser manifestada, como algum tipo de resposta física, ou pode ser uma mudança de atitude. (RIZZI, 1997. p. 24).

A todo instante estamos aprendendo.

O lúdico visto como brincadeira, tanto um indivíduo adulto ou criança podem brincar à sua maneira, aproveitando dessa experiência toda a aprendizagem para qual eles estão prontos naquele momento.

As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aqui o lúdico entra como um meio real de aprendizagem.

É com a ajuda dos jogos e dos brinquedos é que as crianças encontram suas posições dentro de grupos, suas soluções para conflitos, como por exemplo, na escola, a criança ao brincar com colegas, aprendendo assim, a revelar suas personalidades.

Atualmente é cada vez mais frequente a inserção da criança pequena no contexto da educação infantil, com a finalidade do desenvolvimento, relacionado com o preparo que ela deve ter em relação ao mundo.

Assim, o lúdico, para a criança, é o exercício e a preparação para a vida adulta. Antigamente as escolas não se davam importância para a maneira em que o aluno assimilava os conteúdos, e se o ensino-aprendizagem era realmente eficaz, porém novos tempos chegaram e agora, a preocupação está em descobrir como a criança aprende. (RIZZI, 1997. p. 36).

Dentro da Educação Infantil, o brincar, jogar, contar histórias, dramatizar, fazer de conta se configura como instrumento para as crianças pequenas, pois estão na fase de começar a assimilar a aprender algo, é os brinquedos auxiliam orientando as brincadeiras.

E é através delas que a criança irá se conhecer descobrir novas habilidades, desenvolver suas potencialidades, formar sua identidade e ainda terá a oportunidade de se constituir socialmente, por isso, as brincadeiras e jogos não devem ser vistos apenas como recreação, devendo sim, serem incluídos no planejamento pré-escolar.

O lúdico dentro da educação infantil proporciona a criança além do prazer de exercitar e expor seus sentimentos, a construção de um indivíduo crítico, obtendo experiências que o ajudarão a refletir, desenvolver valores, sentimentos, emoções e uma visão questionadora do mundo que o cerca.

A arte dentro do processo educativo procura encaminhar a formação do gosto pelo lúdico, estimular a inteligência, desenvolver criatividade e contribuir para a formação da personalidade do indivíduo, a arte na Educação Infantil, infelizmente, tem sido encarada como uma atividade curricular sem significados, onde a criança apenas risca, rabisca, pinta, cola, ou seja, numa sucessão de atividades sem sentido (RIZZI, 1997. p. 37).

A infância é uma fase de descobertas, aventuras e magia, cabe aos professores de Educação Infantil usufruir e valorizarem os conhecimentos e a criatividade que as crianças trazem para a sala de aula e compreender a importância existente no ato de elas explorarem, pesquisarem e criarem coisas novas.

Nessa fase de descobertas e magia o professor precisa oferecer as condições mais variadas que estimule a criatividade, a pesquisa e a criação da criança, mas sempre respeitando que ela tem suas próprias impressões, ideias, interpretações.

De acordo com Vygotsky (1998), o faz-de-conta é uma atividade importante para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois exercita no plano da imaginação, a capacidade de planejar, imaginar situações lúdicas, os seus conteúdos e as regras inerentes a cada situação.

Através do lúdico, a criança desenvolve a atenção, a memória, a autonomia, a capacidade de resolver problemas, se socializa, desperta a curiosidade e a imaginação, de maneira prazerosa e como participante ativo do seu processo de aprendizagem.

Os jogos também são conhecidos como jogo imaginativo, de faz-de-conta, de papéis, simbólico ou jogo dramático.

Através dos jogos as crianças, ocupam os papéis dos adultos, representando, desse modo, a realidade que vivem ou que gostariam de vivenciar.

As atividades lúdicas caracterizam-se pela assimilação deformante, pois nessa situação a realidade é assimilada por analogia, como a criança pode ou deseja, isso são, os significados que ela dá para os conteúdos de suas ações.

O professor tem um papel muito importante e fundamental sobre o uso das atividades lúdicas dentro da Educação Infantil.

O professor necessita sempre refletir sobre sua prática, sobre o seu conhecimento científico e técnico, se autoavaliar, lembrando que ele é apenas o mediador de um processo de construção do saber.

Para as atividades lúdicas, o professor será uma ponte facilitadora da aprendizagem, para tanto é preciso que o professor pense e questione sobre sua forma de ensinar, relacionando a utilização do lúdico como fator motivante de qualquer tipo de aula.

A vivência da ludicidade como fazer pedagógico durante o processo de formação do professor instiga o ato criador e recriador, crítico, aguça a sensibilidade, o espírito de liberdade e a alegria de viver, ou seja, a formação continuada pode ser entendida como um processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sua rotina de trabalho e em seu cotidiano escolar.

2.3 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS SIMBÓLICOS E AS ATIVIDADES LÚDICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

De acordo com o Ministério da Saúde do Governo Federal, o primeiro caso no Brasil confirmado do novo vírus – covid19 (coronavírus) foi em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, assustou todo o país e afetou diretamente a

educação. Devido ao alto poder de contágio que esse vírus teve, o Ministério da Saúde adotou várias medidas de proteção seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS. Uma das mais importantes medidas adotadas foi o distanciamento social para evitar aglomerações e a escola é um local que gera aglomeração de várias pessoas em um mesmo espaço.

Com essa medida as escolas tiveram que suspender as aulas presenciais com o intuito de proteger a saúde dos alunos, professores e todos os profissionais que trabalham nas instituições de ensino. Então a escola teve que se adequar a esse novo mundo, e como diz Paulo Freire “o mundo não é. O mundo está sendo” (1996. p.30), se o mundo em constante mudança, cabe as instituições e aos educadores se adequarem a essa nova realidade.

De acordo com Araújo, F.S. (2020), com todo esse novo desafio que surgiu para as escolas, pais, alunos e professores e para que as aulas não parassem definitivamente, as escolas adotam os meios tecnológicos para desenvolver as atividades educacionais e iniciou as aulas remotas. São inúmeras metodologias que estão sendo utilizadas para que isso ocorra, tais como aulas por vídeo chamadas, vídeos gravados e disponibilizados por redes sociais e aplicativos, atividades impressas entregues aos responsáveis dos alunos, entre outras.

Na educação infantil, como sabemos, a mediação do professor e o ambiente da sala de aula são essenciais nessa etapa, de acordo com Carvalho: “ao estruturar e organizar continuamente sua sala, o educador favorece o envolvimento das crianças em brincadeiras entre elas, sem necessidade de interferência direta; dessa forma ele fica mais disponível para aquelas crianças que procuram interagir com ele” (2003, p.154).

Com uma rotina completamente diferente, fora da sala de aula e com a distância física entre alunos e professores, o desafio de mediar as atividades que são fundamentais fica mais difícil. Os alunos estão em suas casas, com seus familiares que muitas vezes não conseguem auxiliar nas atividades, com uma rotina totalmente diferente da escola e com um ambiente que muitas vezes não oferece as demandas da educação infantil.

Nesse momento o professor precisa oferecer atividades que eles consigam fazer à distância, com materiais simples e contar com a ajuda de pais

e responsáveis para contribuir na realização. Para esse fim, a ludicidade que já é presente na sala de aula, se faz extremamente importante para as aulas remotas. Vejamos o discurso de Almeida em relação ao brincar:

A resignificação do brincar nas instituições de Educação Infantil, sobretudo por parte dos professores, requer estudo e compreensão de que sua intervenção na brincadeira é necessária. Essa intervenção tem de ser pautada na observação das brincadeiras infantis, visando oferecer material adequado e espaço que permita o enriquecimento das competências imaginativas. O brincar deve ser planejado concomitantemente com as outras áreas, pela articulação de temas e projetos que permitam registrar toda a evolução das brincadeiras, bem como aspectos relevantes de linguagem, socialização, atenção e envolvimento pessoal que dão pistas com relação ao ambiente sociocultural no qual a criança está inserida (ALMEIDA, 2009).

Ao fazer essa reflexão o professor necessita compreender a realidade dos seus alunos e buscar colocar em pauta brincadeiras que possam ser realizadas no ambiente familiar que possa promover o desenvolvimento integral da criança e suprir as demandas do currículo (ARAÚJO, 2020).

Os jogos e brincadeiras são meios lúdicos extremamente eficazes e precisam ser bem orientados para que haja uma aprendizagem significativa. Essa ludicidade é uma alternativa interessante e que pode trazer bons resultados para esse momento difícil que a educação está passando. Sendo necessário muito cuidado na elaboração das propostas de atividades. E sempre lembrar que “o jogo não pode ser visto, apenas, como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral” (DIAS, 2000, p. 95)

E não devemos esquecer que, na execução dos jogos e brincadeiras, os adultos devem ser apenas mediadores, e colocar o educando como o ser principal do processo, como Freire defende. Pois a educação deve sempre promover a autonomia do aluno, tornando-o ser ativo no seu desenvolvimento integral. Mesmo a pandemia da Covid-19 trazendo tantas dificuldades, perdas e mudanças para o mundo inteiro, assim como para a educação, ainda existem mecanismos que podem fazer a educação continuar seguindo seu caminho. É necessário adaptar-se as situações que surgem, buscando sempre promover uma educação com qualidade que busque ajudar na construção integral do aluno como ser ativo de seu próprio conhecimento. (ARAÚJO, 2020).

CONCLUSÃO

Devido à pandemia, um novo desafio surgiu para as escolas, os pais, professores e principalmente para os alunos, que em meio a tantas notícias ruins, perdas e sofrimento, ainda assim não desistiram de transmitir o conhecimento para seus educandos.

Nesse período de isolamento social, os jogos simbólicos e as atividades lúdicas, são companheiros inseparáveis dos professores da educação infantil, para agregar conhecimento e autonomia para as crianças, os pais e responsáveis são extremamente importantes para que esse ensino a distância possa alcançar os objetivos propostos em cada atividade com jogos e com o lúdico.

Através do jogo, a criança exercita não só sua capacidade de pensar, ou seja, representar simbolicamente suas ações, mas também, suas habilidades motoras, já que salta, corre, gira, transporta, rola, empurra, etc.

Segundo Violada (2011, p.1), através das atividades lúdicas, as crianças desenvolvem a linguagem oral, a atenção, o raciocínio e a habilidade do manuseio, além de resgatar as potencialidades e conhecimentos. Desenvolve também a imaginação, a espontaneidade, o raciocínio mental, a atenção, a criatividade.

A Educação Infantil é a nossa esperança, portanto, uma educação que forme homens para transformá-los em agentes da sua história, cidadãos de bom caráter, e futuramente profissionais humanitários, líderes capazes de defender a sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Ludicidade como instrumento pedagógico. Disponível em: <<https://www.cdof.com.br/recrea22.htm>>. Acesso em: 28/06/2021.

ARAUJO, Fernanda Silva. A importância da ludicidade durante a pandemia do covid-19 como instrumento metodológico na Educação Infantil para o desenvolvimento integral do educando, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA9_ID4770_01092020213712.pdf>. Acesso em: 16/07/202.

CARVALHO, Maria Campos de. Por que as crianças gostam de áreas fechadas? Espaços circunscritos reduzem as solicitações de atenção do adulto. In: FERREIRA, Maria Clotilde Rosseti. Os Fazeres na Educação Infantil. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. cap.47

DIAS, M. C. M. Metáfora e pensamento: considerações sobre a importância do jogo na aquisição do conhecimento e implicações para a educação pré-escolar. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

EDUCA MAIS BRASIL. Educação Infantil. 2021. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/etapa-de-formacao-e-series/educacao-infantil>> Acesso em: 17/04/2021

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf>. Acesso em 15/06/2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 2003.

LEAL, Telma Ferraz [et al]. Jogos: alternativas didáticas para brincar alfabetizando (ou alfabetizar brincando?). In: MOURA (Org.). Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

MINISTÉRIO DA SAÚDE – GOVERNO FEDERAL. Primeiro caso de covid-19 no Brasil permanece sendo o de 26 de fevereiro. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-permanece-sendo-o-de-26-de-fevereiro>>. Acesso em: 19/07/2021.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes. Creches: Crianças, faz-de-conta & cia. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

RIZZI, Leonor e HAVDT, Regina Célia. Atividades lúdicas na educação da criança. Ed. Ática, 6ª edição, Série Educação. 1997

VIOLADA, Rosiane. Brincadeiras e jogos na educação infantil. 2014. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/simoneeverton3/brincadeiras-e-jogos-na-educacao-infantil>> Acesso em 08 de abril de 2021.

**- AUTISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REALIDADE
ESCOLAR (Jaqueline Lúcia Schons Hemsing)**

AUTISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REALIDADE ESCOLAR

Jaqueline Lúcia Schons Hemsing⁴

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Futura – Grupo Educacional Faveni, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

RESUMO

O presente trabalho integra os desafios do ensino regular sobre o tema autismo e suas demandas. Esta pesquisa é um estudo bibliográfico qualitativo que explora o tema que envolve crianças com autismo na integração escolar. Após os estudos, percebe-se que o trato com autismo ainda assola muitos profissionais que atuam na área da educação, mas o processo de inclusão acontece gradativamente. Não apenas as pessoas com autismo, mas todas as pessoas com deficiência têm direito a uma educação que atenda às suas necessidades básicas de aprendizagem. Portanto, pode-se dizer que a educação é uma ferramenta importante para o desenvolvimento da criança com autismo. Por meio da educação, os estudantes aprendem o conteúdo de diversas disciplinas e atividades cotidianas. Pensar em atividades para portadores de autismo é uma tarefa complexa. Todavia, com a dedicação, amor, eles podem ganhar mais independência e uma melhor qualidade de vida. Para que o aluno com autismo desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficaz com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educacional. Por fim, concluiu-se que a integração na educação formal é uma tarefa com grandes desafios, pois para acolher as crianças com autismo nas escolas é necessário adequar o ambiente de salas de aula, adequar currículos e métodos de ensino, e investir na formação dos professores para que compreendam as necessidades das crianças com autismo e lhes dê confiança no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Ensino Regular. Inclusão. Formação Profissional.

ABSTRACT

The present work integrates the challenges of regular education on the subject of autism and its demands. This research is a qualitative bibliographical study that explores the theme that involves children with autism in school integration. After the studies, it is noticed that dealing with autism still plagues many professionals who work in the field of education, but the inclusion process happens gradually. Not just people with autism, but all people with disabilities have the right to an education that meets their basic learning needs. Therefore, it can be said that education is an important tool for the development of children with autism. Through education, students learn the content of various subjects and everyday activities. Thinking about activities for people with autism is a complex task. However, with dedication and love, they can gain more independence and a better quality of life. In order for students with autism to develop their skills, an effective school structure with professional preparation of all those involved in the educational

⁴ Bacharel em Administração e Licenciada em Pedagogia, Faculdade Futura, contato@institutosuperior.com.br

process is necessary. Finally, it was concluded that integration into formal education is a task with great challenges, because in order to welcome children with autism in schools, it is necessary to adapt the classroom environment, adapt curricula and teaching methods, and invest in training students. teachers to understand the needs of children with autism and give them confidence in the school environment.

KEYWORDS: Autism. Regular education. Inclusion. Professional qualification.

INTRODUÇÃO

A palavra inclusão tem recebido muita atenção ultimamente. Nesse sentido, a Inclusão dos alunos com autismo não deixa de ser um desafio que abrange todos os estudantes independentemente do nível de desenvolvimento. É importante informar que a educação inclusiva para portadores de autismo deve ocorrer em escolas regulares, assim projetados para permitir a entrada na sala de aula sem qualquer preconceito.

Este trabalho analisa as dificuldades encontradas no ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas instituições de ensino regular. Desta maneira, apresenta o seguinte problema de pesquisa: autismo e educação: desafios e perspectivas da realidade escolar.

Vygotsky *apud* Libâneo (2008) afirma que a educação desempenha um papel importante na humanização, ou seja, permite que o ser humano se aproprie do que a cultura produz, historicamente, aproximando-o, permitindo-lhe usufruir de seus direitos e cumprir deveres cívicos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como a inclusão possui uma grande relevância na educação e importância da inclusão da criança com deficiência ao convívio social, desenvolvendo atitudes de empatia e complacência com o diferente. Objetivos específicos são: explorar conceitos que aparecem no tema proposto, enfatizar as leis que garantem a inclusão e quais os desafios enfrentados para que essa inclusão aconteça. Esta abordagem se faz necessária, pelo fato, de existir um maior conhecimento sobre o autista e suas características.

É importante salientar a contribuição do trabalho para os profissionais da educação, por meio de reflexões sobre as práticas pedagógicas. As

circunstâncias apontadas na pesquisa apontam que há falta de informação e preconceito nas escolas e entre os profissionais da educação. Esses, são pontos-chave para combater dificuldades e ampliar estratégias para viabilizar uma aprendizagem de qualidade.

Será empregada a pesquisa bibliográfica com cunho qualitativo, tendo por base: artigos, revistas e sites e outros teóricos com materiais significativos. Primeiramente será abordado o Transtorno de Autismo e suas características; posteriormente, as leis que garantem a educação de qualidade. E, finalmente, os desafios da educação inclusiva nas escolas do ensino regular.

AUTISMO

Autismo: conceitos

A palavra “autismo”, vem do grego *autós*, significa “de si mesmo”. Esse termo foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler tentou descrevê-lo como a “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia” (CUNHA, 2012, p. 20).

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento (TGD) caracterizado por grandes mudanças no desenvolvimento que enfraquecem completamente a capacidade de desenvolver a comunicação, interação social e comportamento. As três mudanças juntas caracterizam o autismo e, foram conhecidos por Lorna Winy e Judith Goul, em seu estudo *Tríade* de 1979. Esta tríade é responsável por um padrão comportamental restritivo e repetitivo. Ela é causadora do impedimento da comunicação.

São sintomas como: percepção de que a criança tem muita dificuldade para falar, a impressão de ser uma criança tímida, sempre usando gestos para se comunicar melhor, e tendo dificuldade de interação social. Percebe-se também, problemas para interagir com os outros em segundo lugar, sentir-se isolado no jogo porque está tão obcecado com os brinquedos de outras pessoas crianças.

Já em relação às dificuldades comportamentais, vale destacar que, fora da sua realidade ocorrem elementos prejudiciais ao seu desenvolvimento, mas

também interferem mais em seu ambiente social, em que está inserido. Muitas vezes, apresenta ações repetitivas que vivem em mundos imaginários, e expressar comportamento compulsivo na vida cotidiana.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define autismo como:

Um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adoteum critério de classificação rigoroso, é três vezes maior, se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento. (MANTOAN, 1997, p.13).

Isso posto, refere-se a um grupo de distúrbios de socialização de início precoce, geralmente antes dos três anos de idade, e um curso crônico segundo Klin (2006), e também, caracterizado por indivíduos que apresentam sinais clínicos de diminuição da qualidade de comunicação e interação social, interesses restritos, comportamentose maneiras estereotipadas. (WHO, 1993)

A *Centers for Disease Control and Prevention* estimou que em 2007, a taxa erade 6,7 para cada 1.000 crianças em idade escolar (Molloy *et al.* 2009), nota-se que houve um aumento na taxa de crianças com autismo, provavelmente, pela ampliação do conceito nos últimos anos e um maior conhecimento das condições médicas dos (TEA), além de diversos fatores, como diferenças na metodologia empregada e maioraceitação da comorbidade do (TEA), síndrome de Down, síndrome de X-frágil e outras patologias (FOMBONNE 2003; WILLIANS, BRAYNE e HIGGINS 2006). Na literatura há maior evidência de (TEA) em meninos do que em meninas, sendo uma fração de quatro meninos para cada menina conforme os estudos de (CHARMAN, 2002).

Atualmente, podemos perceber que existe um aumento de crianças identificadas com (TEA), devido ao crescimento de estudos nessa área e um maior conhecimento da sociedade em reconhecer os sintomas e a busca por ajuda profissional. Portanto, há uma necessidade de um trabalho diferenciado na escola para inclusão, observando as dificuldades de socialização e aprendizagem.

Legislação que garante uma educação de qualidade

O Artigo 205 da Constituição Federal estabelece que toda criança tenha o direito à educação e conforme seção 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente o (ECA), o Estado é obrigado a garantir atendimento especializado para crianças com deficiência, preferencialmente no sistema escolar formal.

Na Lei Brasileira de Inclusão Pessoas com Deficiência (Estatuto da Deficiência), que visa à inclusão social e cidadania, especifica como as escolas devem atuar na vida cotidiana, inclusive no Art. 3º, explicando que os profissionais de apoio escolar devem ajudar na mediação do processo de ensino/aprendizagem. Este profissional de suporte deve garantir que a singularidade do aluno com autismo seja assegurada e, todos os ajustes necessários serão feitos para facilitar o processo de ensino garantido. Este profissional é essencial para ajudar ao aluno a criar laços afetivos que auxiliam num melhor processo de socialização.

Conforme o Art. 27 da lei:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015a, p. 05)

A inclusão escolar deve procurar atender as necessidades educativas desses alunos em salas de aulas no ensino regular com objetivo de ajudar no desenvolvimento do mesmo.

Para tanto, deve ser assegurado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação os apoios necessários para seu pleno desenvolvimento, por meio de serviços, recursos pedagógicos, tecnologia assistiva, recursos humanos e acesso aos modos e meios de comunicação mais adequados a cada estudante (BRASIL, 2015a, p. 122).

Anteriormente, o desafio de uma educação tradicional, de certa maneira, mantinha-se um olhar distante sobre a educação inclusiva, dificultava ações para atender este público. Porém, na atualidade, de acordo com a Declaração de Salamanca (1997), o *Programa de Educação Especial* (PNEE) refere-se a

todas as crianças e jovens que tenham necessidades na capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, todos devem ser atendidos.

Desde a promulgação da legislação em 2012, a integração dos alunos com (TEA) em escolas regulares não está sendo de feito de maneira concreta. Ainda, a inclusão efetiva está apenas começando, pois não basta garantir a matrícula desses alunos na escola regular, mas certificar-se de que os alunos estão envolvidos na vida diária da escola e realmente inseridos no processo de formação e desenvolvimento proposto. Porque, a inclusão escolar de alunos com autismo nem sempre acontece, especialmente no caso de alunos com autismo severo. (TOLEDO, 2017)

Importante lembrar que a *Lei Berenice Piana* é um desfecho da luta de uma mãe que teve muitos empecilhos junto ao seu filho autista na busca de inclusão do mesmo, criando assim o projeto de lei. Esta lei, sancionada em 2012, transformou-se em política de Estado garantindo assim o direito de as pessoas com autismo serem matriculados no ensino regular.

Desafios da educação inclusiva nas escolas do ensino regular

A escolarização é direito de todos, irrestritos, independentemente de a pessoa ter qualquer tipo de deficiência. Infelizmente, isso não é uma situação real nas escolas públicas no nosso país. A educação precisa ser respeitada especialmente na Educação Especial. Nas últimas décadas, discriminação e negação da participação de pessoas com necessidades especiais escola de educação formal tem sido constante. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), entende-se por Educação Especial a

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001, p. 39).

Para atender a demanda, a lei tornou obrigatório a matrícula desses alunos nas escolas, porém ainda existe obstáculos em aceitação desses alunos na rede de ensino regular: muitas vezes, por medo, preconceito e falta de informação. O sistema educacional no Brasil é desigual e sua evidência está nas

classes sociais. Há escolas de alto nível com estruturas de qualidade a seus estudantes, mas em contrapartida, a maioria tem pouco acesso, principalmente estes parâmetros, observa-se a presença deles nas escolas da rede pública de ensino.

O advento das Diretrizes Educacionais e Leis Básicas (LDBs) existem para uma educação igualitária e principalmente para a educação inclusiva, não apenas para as crianças, assim como os jovens e os adultos, deve-se prestar um serviço diferenciado. A ideia, é que todos os alunos com ou sem necessidades especiais estejam no mesmo ambiente escolar. Esta é uma dificuldade de alguns educadores em aceitar, ou seja, "tipo de consentimento da presença destes alunos, resultado numa situação parecida com *apartheid*, mesmo que os alunos estejam em um ambiente escolar comum" (BRASIL, 2006, p. 73). Vale ressaltar que ir à escola é direito de todos, sem quaisquer restrições. Mas segundo o MEC, muitas escolas ainda disponibilizam uma sala comum para essas crianças, que contradiz o processo educacional inclusivo em que todos os alunos precisam estar na mesma turma para socializar e conviver bem com os pares e com o todo no ambiente escolar.

Significa que, a convivência dos alunos é o principal objetivo da educação inclusiva, que é alcançada pelo convívio uns com os outros, ou seja, através do convívio que acontece o aprendizado. Porém, desafios enfrentados por professores e as escolas são significativos porque não estão preparados para este tipo de clientela. As escolas não têm estrutura suficiente e sentem-se impotentes, por exemplo, ensinar alunos com deficiência visual e auditiva sem ajuda de um profissional especializado, então, deixam passar despercebido e falham na inclusão desses alunos.

A instituição deixa de ver o autista como um ser, ela reduz o potencial deste aluno fazendo com que seja segregado. Isso ocorre, quando a escola visa apenas ensinar o conteúdo de apostilas e livros, e está focada nas dificuldades e erros, quando não aceita a singularidade do seu educando, tem atitudes excludentes.

Quando a escola aceita a matrícula do aluno com autista somente para não ser punida legalmente, mas não se empenha em realmente proporcionar um espaço de acolhimento, permanência e participação desse aluno junto aos demais, ela não está atuando como escola

de princípios inclusivos, pois apenas receber e aceitar esse aluno todos os dias no espaço escolar não é sinônimo de inclusão, ao revés, é uma pseudo-inclusão. (ORRU, 2019, p.157)

Os professores têm um grande trabalho a realizar, mas não somente eles têm a responsabilidade na educação inclusiva dentro da sala de aula, mas sim, todos que participam daquela realidade, desde a diretora até o porteiro.

O estímulo da inclusão escolar por sua vez traz desconforto aos professores, pois alegam não ter preparação suficiente para receber este tipo de clientela. Grande parte do problema relacionado a inclusão de alunos com deficiência está na formação dos professores. Ser professor exige capacitação continuada e quando o professor se depara com aluno especial precisa saber como lidar com este educando e como ajudar este aluno a alcançar seu potencial, pois

Uma das grandes barreiras que dificulta a inclusão é a formação dos professores. Infelizmente, prega-se a inclusão, mas, na prática de ensino regular, existe muito preconceito. Este preconceito envolve desde o professor, em relação à sua falta de preparo, até as crianças que convivem com os colegas inclusivos, que também não recebem instruções para acolher e lidar com estes colegas especiais. (BRITO, 2014, p. 15)

Nesse sentido, o importante é entender que formação continuada é fundamental para transpor os desafios de ensinar o aluno autista. A ciência continua pesquisando e fazendo novas descobertas que auxiliam o professor no processo de ensino/aprendizagem.

CONCLUSÃO

Retomando ao questionamento acima, observamos que para ter ensino de qualidade, há a necessidade de se ter boa vontade por partes dos profissionais envolvidos na escola para acolhimento destes alunos. Pois de outra forma ocorrerá o inverso e o objetivo ficará cada vez mais distante.

A falta de informação da sociedade sobre o autismo, também faz com que haja preconceito. Mas através desta pesquisa observamos que o ponto

chave para que esta educação inclusiva seja realmente realizada por concreto é o conhecimento.

A educação inclusiva é um direito garantido por lei e dever da escola, portanto não somente a matrícula garante esta inclusão, mas sim por promover atitudes para alocar esforços que realmente facilite a aprendizagem e desenvolvimento deste aluno.

Nesse sentido, por meio da organização desse trabalho, objetivou-se debater um pouco tema e na parte introdutória foi apresentado um parâmetro da realidade sobre o portador do autismo para que ambientar o leitor no tema. Seguidamente, falou-se sobre alguns conceitos de autismo demonstrando à luz de teorias com o mesmo está estabelecido.

Ainda no desenvolvimento, foi exposto como as legislações vigentes interpretam em como deve ser o trato com esse educando no ambiente escolar e também garantias constitucionais que o mesmo possui, principalmente a partir dessas leis. Na sequência, debateu-se sobre os desafios encontrados no ambiente escolar, tanto para o estudante, quanto para o professor e a própria escola enquanto instituição.

No demais, esse trabalho não teve o objetivo de esgotar as reflexões em torno do tema, mas sim de produzir alguns debates que venham contribuir com os trabalhos já publicados e outros vindouros. Por isso, recomenda-se estudos mais aprofundados sobre este tema a fim de que as lacunas sejam cada vez menores.

Assim, concluímos que parte fundamental é formação continuada dos professores, para que saibam lidar com o aluno autista. E é dever da escola promover essa formação para que o professor saiba utilizar as metodologias adequadas em seu ensino e, desta maneira ajudar o aluno autista no desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus filhos e esposo, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos meus pais Maria Vera Schons Hemsing e Arnildo Hemsing (in memoria) por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION – APA (1995). DSM-IV: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas (Original em Inglês).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de jan. de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. O desafio das diferenças nas escolas. Boletim 21. Mec, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=401-revista-inclusao-n-6&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 – Acesso em: 07 de abr. de 2023.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP,2001.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 dezembro de 2012./Dispõe sobre política /N/acionalde proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Brasília, DF: Casa Civil, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 25 de fev. de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil,

1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 de fev. de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Casa Civil, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 06 de jan. de 2023.

BRITO, Anita. TEA e inclusão escolar: um sonho mais que possível. São Paulo: Edição do Autor, 2014. (100 p.)

CHARMAN, T. (2002). "The prevalence of autism spectrum disorders, recent evidence and future challenges." *European Child & Adolescent Psychiatry*, v. 11, pp. 249-256.

CUNHA, Eugênio, Autismo e Inclusão. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 3 ed. Rio de Janeiro. Wak editora, 2012.

FOMBONNE, E (2003). "Epidemiological surveys of autism and other pervasive developmental disorders: Na update". *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 33, n. 4, pp.365-382.

LIBÂNEO, J. C. Didática. Coleção magistério, série formação do professor. São Paulo: Cortez, 2008.

MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: SENAC, 1997.

MOLLOY, C.A. *et al.* (2009). "Differences in the clinical presentation of Trisomy 21 with na whithout autism". *Journal of Intellectual Disability Research*, v. 53, PP.143-151.

ORRÚ, Sílvia Ester. Aprendizagem com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. 2. ed. atual. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (257 p.)

TOLEDO, Tiago. Esporte e inclusão: Disponível em: <https://www.esporteeinclusao.com.br/>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 10 fev. de 2023.

WILLIAMS, J.G.; BRAYNE, C.E.G. E HIGGINS, J.P.T. (2006). "Systematic review of prevalence studies of autism spectrum disorders". *Archives of Disease in Childhood*, v.91, n. 1, (pp.8-15.)

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO (1993). Classificação dos transtornos mentais e do comportamento da CID – 10. Trad. Dorgival Cateano. Porto Alegre: Artes Médicas.

**- COMO LIDAR COM ALUNOS COM TDAH NA ESCOLA (Andréa Bezerra
Ferreira; Dayane Ferreira de Amaral Côrtes; Maria José Nunes Mota
Gomes; Rebeca Sara Serra Costa Nascimento; Taysa Delarcos de
Oliveira)**

COMO LIDAR COM ALUNOS COM TDAH NA ESCOLA

Andréa Bezerra Ferreira⁵

Dayane Ferreira de Amaral Côrtes⁶

Maria José Nunes Mota Gomes⁷

Rebeca Sara Serra Costa Nascimento⁸

Taysa Delarcos de Oliveira⁹

RESUMO:

O presente artigo tem objetivo de apresentar o transtorno de aprendizagem TDAH (Transtorno de déficit de atenção e Hiperatividade) fazendo alguns apontamentos a respeito da educação especial no Brasil e seu histórico, bem como esclarecer questões recorrentes a respeito do mesmo e mostrar como deve ser a atuação do profissional de pedagogia para saber lidar com crianças que possuam tal transtorno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Transtorno. Pedagogo.

1 - INTRODUÇÃO

Na escola, muitos são os motivos que tem deixado professores e gestores preocupados e entre eles pode-se destacar principalmente a dificuldade de aprendizagem dos alunos ocasionada por diversos fatores externos ou internos. Os transtornos de aprendizagem têm lançado um grande desafio aos educadores de uma forma geral, o de saber lidar com os alunos portadores de transtornos e ainda cuidar e ensinar toda a turma para que a

⁵ Graduação: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ Faculdades Integradas de Diamantino, e-mail: andreabezerra@edu.lucasdorioverde.mt.gov.br

⁶ Graduação: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ Universidade federal de Goiás, e-mail: dayanefamaralcortes@gmail.com

⁷ Graduação: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ Universidade Paulista, e-mail: mariajosenunesmota75@gmail.com

⁸ Graduação: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA na Universidade Panamericana de Ji-Paraná, e-mail: rebecasara5@gmail.com

⁹ Graduação: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ Faculdades Integradas Mato-grossenses de Ciências Sociais e Humanas, e-mail:taysadelarcosoli@gmail.com

aprendizagem possa ser significativa para todos de maneira geral e sem distinções, visto que todos os alunos têm o direito de estar incluídos em turmas regulares de ensino nos horários normais de aula. Embora todos os alunos devam estar na mesma sala de aula, o pedagogo precisa preparar uma aula diferenciada com atividades diferenciadas, para que o aluno que possua algum transtorno de aprendizagem aprenda o conteúdo, mas na sua forma de aprender, em seu próprio ritmo. O desafio colocado em questão é: Será que os pedagogos estão preparados para lidar com todos os transtornos e dificuldades de aprendizagem que aparecem na sala de aula? Será que a graduação preparou o pedagogo para isso? pois é sabido que existe uma diversidade muito grande de transtornos, cada um tem sua peculiaridade distinta e os alunos também possuem diversas maneiras de aprender, mesmo possuindo o mesmo transtorno deve-se levar em conta diversos fatores como: O grupo social em que o aluno está inserido, a condição financeira, a personalidade do aluno, entre outros.

2 – BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para compreender melhor o conceito de educação especial é necessário fazer um estudo sobre sua historicidade. Na antiguidade logo após o nascimento de uma criança, se fosse constatado nela algum tipo de anormalidade a mesma era excluída da comunidade, às vezes era sacrificada em rituais de comunidades indígenas, outras vezes abandonada à própria sorte em florestas e montanhas, ou jogadas de penhascos em civilizações como Grécia e Esparta, pois eles tinham um padrão de beleza muito rigoroso e tudo aquilo que não se encaixasse em seu padrão era excluído de uma forma ou de outra. No Egito, por exemplo, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram mortas e enterradas, pois eles acreditavam que futuramente elas reencarnariam com aspectos de perfeição, para eles aquelas crianças eram sinal de maldição e caso não fossem sacrificadas a comunidade sofreria uma peste ou castigo dos deuses.

Comunidades religiosas como o protestantismo afirmava, que pessoas com deficiência, estavam penando pelos pecados dos seus pais ou até mesmo pagando por pecados cometidos em vidas passadas, por isso eram vistos como seres possuídos pelo mal e tentavam por inúmeras vezes exorcizá-los.

Ao longo do tempo a educação especial passou por muitas transformações visto que até ela ser reconhecida e instituída dentro das escolas regulares foi necessário um longo período e muitas lutas de educadores, pais, teóricos, entre outros.

O primeiro registro de alguém tentando ensinar uma pessoa com necessidades especiais foi o médico francês Jean Itard com a criança Victor de Aveyron, conhecido como menino selvagem ou garoto lobo que foi achado na França em 1800 quando ainda era criança, o menino tinha uma idade aproximada de 10 a 12 anos. Jean Marques Gaspard Itard se tornou o tutor de Victor, ele foi um garoto aparentemente abandonado na floresta ou sofreu tentativa de homicídio quando era muito novo, pois foram encontradas cicatrizes profundas em seu pescoço, sendo ele criado pelos animais e apesar de andar ereto tinha muitos hábitos selvagens. Certo dia Victor se aproximou da cidade e os moradores o capturaram e o conduziram à delegacia e em seguida ao orfanato, Itard então resolveu adota-lo e criá-lo para colocar em prática sua teoria de que com estímulo qualquer pessoa tinha capacidade de aprender, Vitor aprendeu muitas coisas sim, começou a fazer suas necessidades no lugar certo, aprendeu a vestir roupas e a se comunicar, ao longo de sua vida Victor aprendeu algumas palavras porém ele tinha um vocabulário bem reduzido ele não aprendeu a falar todas as palavras normalmente o que fez com que o seu tutor acreditasse que ele fosse surdo portanto ele não teria a capacidade de aprender uma vez que ele não ouvira. A primeira palavra que Victor falou foi "leite" visto que ele gostava muito da bebida então logo ele aprendeu a pedir por ela e a ganhava como incentivo toda vez que passasse por sessões de estudo como uma recompensa. Victor morreu quando tinha por volta de 40 anos de idade e acredita-se também que, pelo fato dos estímulos começarem depois que Victor já tinha mais de 10 anos ele não tenha aprendido mais coisas, pois ao longo do tempo outras crianças selvagens também foram encontradas, mas todas tiveram suas capacidades de

aprendizagem reduzidas por causa da idade, por isso médicos e profissionais de outras áreas sempre falam da importância do estímulo quanto mais cedo melhor.

No Brasil até o século XIX crianças com deficiência eram abandonadas na porta de centros religiosos, praças e ruas, o que provocou a criação de instituições assistencialistas para acolher essas crianças. O pioneiro em atendimento especial no Brasil foi o hospital Juliano Moreira localizado em Salvador - BA em 1874 e em 1903 foi criado o pavilhão Bourneville para crianças especiais.

Devido a um longo tempo de exclusão de crianças com necessidades especiais do meio social, assim que foi garantido o direito de todos estudarem os profissionais de educação levaram algum tempo para saber lidar com todas essas mudanças, um aluno que não conseguia aprender o conteúdo ensinado pelo professor era taxado de burro ou incapaz, ficava reprovado ao final do ano, e assim sucessivas vezes, pois nada mudava na metodologia do professor e nem na forma do aluno ser tratado, isso acabava ocasionando desistência do aluno, pois ele percebia que seria reprovado ou os próprios pais o tiravam da escola, pois argumentavam que a escola não estava servindo de nada para o aluno, essas crianças eram colocadas pra fazer trabalho braçal e assim ficavam por toda sua vida, eles mesmos passavam a acreditar que seriam incapazes de aprender.

A constituição de 1988 em seu artigo 205 garante que a educação é direito de todos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A constituição ainda garante o direito aos educandos com necessidades especiais nas redes regulares de ensino.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

A lei de diretrizes e bases da educação (LDB 9394/96) também garante este direito em seu artigo 58.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (Revogado)

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

Existem diversos tipos de dificuldades de aprendizagem, cada uma com sua especificidade o professor deve estar muito atento a cada um de seus alunos em sala de aula.

Sei que o modo usual é ver as dificuldades com sentido de queixa, de defasagem ou de lacunas que se não forem superadas, implicarão prejuízos para a criança que tem tais dificuldades. Dificuldade de aprendizagem, às vezes, significa tristeza, desesperança dos pais que gostariam que seus filhos tivessem um ritmo comparável ao da média da classe ou à suas próprias referências. Ou seja, dificuldade remete-nos a um critério externo, conhecido um desejável para um outro. (MACEDO. P 94)

Em seguida será abordada uma dificuldade de aprendizagem específica e que tem acometido uma grande parcela de estudantes em todo mundo, na verdade o termo mais correto de se utilizar é, que essa DA está sendo descoberta e tratada, pois ela já existe desde tempos remotos, mas somente nos dias atuais e em pouco tempo atrás é que vindo sendo estudada e tratada com veracidade.

3 – O TDAH

Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade pode vir COMBINADO ou não, isso significa que a pessoa que recebe o laudo pode ter somente déficit de atenção, sem ser hiperativa, ou pode ter déficit de atenção e hiperatividade juntos, daí vem termo muito utilizado em laudos médicos “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – COMBINADO. Se caracteriza como um transtorno que faz com que a criança fique agitada, seja impulsiva, seja desorganizada e tenha dificuldade pra finalizar ou iniciar uma tarefa, seja simples ou complicada, pois facilmente se distraem. O que faz muitas pessoas acreditarem que isso seja falta de educação ou má criação dos pais, outras pessoas afirmam que a causa do transtorno pode ser cultural, social ou psicológica o que acaba fazendo com que a criança receba muitas críticas e acabe criando um bloqueio para aprender e lidar com relações sociais, porém existem diversas pesquisas em âmbito internacional que desmitificam a causa do TDAH como externa.

Através de mapeamentos cerebrais pode-se notar que pessoas com o transtorno em questão possuem um certo comprometimento na região frontal do cérebro, região onde os comandos do comportamento são emitidos. O lobo frontal tem grande importância na concepção do pensamento abstrato, na criatividade, na prática do desenvolvimento em relações sociais e também no controle das emoções, diante desta afirmativa é fácil perceber o motivo do comportamento das pessoas com o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. A causa do transtorno ainda é incerta, mas existem estudos que supõem que seja genética, ou seja, um dos pais provavelmente possui também, porém não foi descoberto quando criança, o que dá para perceber facilmente em uma conversa com os pais qual deles possui TDAH.

Na escola a criança não consegue compreender corretamente os conteúdos o que faz com que o professor seja de suma importância na intermediação desse conhecimento e muitas vezes isso gera uma sobrecarga ao profissional de educação, pois muitos trabalham em condições difíceis, com turmas superlotadas, pouca remuneração e sem formação acadêmica para lidar com tal situação, sendo necessário um técnico de apoio educacional em sala de aula para auxiliar o professor.

... vamos ter que estudar o que antes estávamos dispensados de estudar, vamos ter que aprender técnicas nas quais antes não precisávamos pensar, vamos ter de aprender a ver mais devagar quando estávamos acostumados a ver em uma certa velocidade, vamos ter de aprender a ouvir sem audição, a acompanhar em um ritmo mais rápido quando estávamos acostumados a um ritmo mais lento. Vamos ter de rever nossas expectativas como professores, as nossas formas de avaliar, de aprovar, de reprovar. Vamos ter de melhorar a nossa condição de trabalho. (MACEDO, 2005, p.28)

Deste modo, essa nova situação exige que o professor saia da sua zona de conforto e se confronte com o estudante que tem direito de estudar como todos os demais, direito esse garantido pela constituição federal do Brasil.

O trabalho com uma criança que possui TDAH deve ser feito por vários profissionais dentre eles profissional de psicopedagogia, pedagogo, psicólogo, entre outros. Para que a criança não seja privada de se desenvolver corretamente. O transtorno não tem cura porém tem tratamento o que é recomendável que seja feito desde muito cedo assim quando o diagnóstico for feito para que a criança não venha a ter dificuldades na sua vida como adolescente ou até mesmo como adulto, sendo visto que o TDAH quando não é tratado durante a infância acarreta em muitas dificuldades na vida adulta entre elas: Falta de atenção no trabalho, falta de organização com os compromissos, dependência de drogas entre outros.

Nas séries iniciais do ensino fundamental ou até mesmo na educação infantil, é possível um professor identificar algumas das dificuldades de aprendizagem que os alunos possuem. É na escola que o professor em convívio com seus alunos consegue observar no que ele precisa melhorar e em que está tendo dificuldades. Os pais ou responsáveis legais são muito importantes também nesse processo, pois devem observar seus filhos com cuidado e atenção.

Uma das principais causas de dificuldade de aprendizagem que os pais e os professores podem identificar é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Sintomas:

- Falta de concentração;
- Comportamento agressivo;

- Apesar de não apresentarem dificuldades específicas com leitura, escrita e matemática, a falta de atenção atrapalha a aprendizagem.
- Ficam se movimentando o tempo inteiro, não conseguem ficar muito tempo atentas a alguma coisa e nem conseguem ficar sentadas.
- Muitas vezes agem impulsivamente, sem pensar.

O professor ao observar que o aluno tem esses sintomas deve orientar a família a procurar profissionais que o avaliarão melhor e possam fazer o diagnóstico clínico, diagnóstico esse que é feito por uma equipe multiprofissional formada por: Psicopedagogos, neuropediatras, neurologistas, fonoaudiólogos e psicólogos. Essa equipe multidisciplinar vai procurar formas para trabalhar com esses alunos que atendam à sua dificuldade, buscando assim, fazer com que o aluno possa aprender o conteúdo escolar.

Um professor bem preparado, que se preocupa com o aprendizado do aluno, deve estar sempre aberto a adaptar-se às necessidades do mesmo, a criar formas de fazer com que ele se aproprie do conhecimento e crie gosto por ele, fazer com que o aluno queira buscar cada vez mais uma forma de sanar suas dúvidas. Para LUCKESI (2006) o aprendizado deve se sobrepor às notas, ou seja, mesmo que o aluno não tenha absorvido todo o conteúdo, o professor deve analisar se ele conseguiu absorver alguma parte dele.

4 - CONCLUSÃO

Atualmente muita coisa tem mudado, existem várias causas para as dificuldades de aprendizagem, que vão desde a metodologia do professor até problemas psicológicos, familiares e patológicos, hoje o aluno tem vez e voz, os professores estão se capacitando e se conscientizando cada vez mais, a escola está deixando de ser um ambiente de rótulos e exclusões e está passando a ser um ambiente acolhedor e inclusivo.

5 – REFERÊNCIAS

Civita. Victor fundação. Ofício de professor: Aprender mais para ensinar melhor / Fundação Victor Civita. – São Paulo: abril, 2002. 82p.

Freire. Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa / Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. 147p.

BRASIL. Lei 10.793, de 1 de dezembro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A educação e a sociedade civil. Brasília – DF

MACEDO. Lino. Ensaios pedagógicos: Como construir uma escola para todos? / Porto Alegre: Artmed editora. 2005. 167p.

PASCOAL, Raissa. Trabalho com projeto para criar atividades significativas para os alunos. Nova Escola. 31 de julho de 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4938/trabalho-com-projeto-uma-alternativa-para-criar-atividades-significativas-para-os-alunos> Acesso em: 26 de Abril de 2019.

**- GESTÃO EDUCACIONAL: UMA BUSCA MAIOR PARA UMA MELHOR
EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS ESPECIAIS (Aline Rodrigues Cardim;
Natália Aparecida Alves Chiquio; Cintia Rafaela de Souza; Juliana Slonik
Teixeira)**

GESTÃO EDUCACIONAL: UMA BUSCA MAIOR PARA UM MELHOR EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS ESPECIAIS

Aline Rodrigues Cardim

Natália Aparecida Alves Chiquio

Cintia Rafaela de Souza

Juliana Slonik Teixeira

RESUMO

A construção de uma educação de qualidade constitui um desafio dessa nova década. O que não faltam é discursos que abarcam a qualidade da educação, oriundos de instâncias distintas. No nível da unidade escolar a mudança sucessiva, por vezes, dos gestores escolares e dos professores, compromete, também, a qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que a cada mudança, faz-se necessário a apropriação da realidade escolar dos horizontes da escola delineados no projeto político pedagógico. A elaboração da construção social do conceito de "bom" gestor definida pelo grupo de gestores escolares são construídas a partir da apropriação que eles fazem da prática, das suas relações e dos saberes históricos e sociais.

Palavras-Chave: Gestão educacional. Educação. Construção de Qualidade.

ABSTRACT

Building a quality education is a challenge in this new decade. What is not lacking are speeches that cover the quality of education, coming from different instances. At the level of the school unit, the successive change, sometimes by school administrators and teachers, also compromises the quality of the teaching and learning processes, considering that with each change, it is necessary to appropriate the school reality and the horizons of the school outlined in the pedagogical political project. The elaboration of the social construction of the concept of "good" manager defined by the group of school managers is constructed from their appropriation of practice, their relationships and historical and social knowledge.

Key words: Educational management. Education. Construction of Quality.

INTRODUÇÃO

A partir da definição, da concepção que os sujeitos possuíam a respeito de gestão, os mesmos destacaram as palavras relevantes. O conceito de gestão educacional passa a ser incorporado pela sociedade contemporânea, a partir da

promulgação da Constituição Federal de 1988, quando no seu Art. 206, dispõe ao longo do mesmo, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/96, no seu Art. 14 destaca o preceito da gestão democrática como um dos seus princípios, pressupondo a gestão democrática como um trabalho coletivo, participativo e dialógico.

Os questionamentos dos educadores e especialistas que analisam a questão se iniciam em aspectos básicos.

O conceito de gestão educacional é de extrema importância, na medida em que desejamos uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos, oferecendo, ainda, a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social.

O problema de nosso trabalho será baseado na seguinte questão: “Como gestão educacional pode auxiliar para uma melhor educação nas escolas?”.

Como objetivo geral apresentamos: O que se entende por gestão educacional para uma melhor educação?

Como objetivos específicos apresentamos

O que se entende por gestão educacional;

Quais os limites e alcances do pensar e da prática democrática;

Em que consiste a gestão educacional no âmbito de uma melhor educação

O método a ser utilizado será o de referências bibliográficas em livros como os que estão apresentados nas referências bibliográficas. Faz-se necessário também a busca de informações através de livros, revistas, reportagens, pesquisas e Internet.

1 GESTÃO EDUCACIONAL

A escola necessita rever sua organização para atingir seu real objetivo que é ensinar, democratizando os conhecimentos da ciência e da tecnologia.

1.1 CONCEITO

O conceito de gestão educacional é de extrema importância, na medida em que desejamos uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos, oferecendo, ainda, a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social. (CORTELLA. 2008. p. 17).

A gestão educacional vai além do sentido de mobilizar as pessoas para a realização eficaz das atividades, pois implica intencionalidade, definição de um rumo, uma tomada de decisão diante dos objetivos sociais e políticos de uma escola.

A escola, ao cumprir sua função social influi na formação da personalidade humana e não é possível estruturá-la para o cumprimento da sua função social, sem levar em consideração objetivos políticos, técnicos e pedagógicos.

O gestor responsável pelo espaço educacional assume posturas profissionais decorrentes do seu compromisso profissional na dimensão educacional.

Essa postura envolve os aspectos referentes ao contexto da prática escolar, suas experiências pessoais, a influência das políticas públicas, do entorno onde a escola está inserida, do grupo de profissionais nas dimensões: pedagógica, técnica e política. (DELORS. 1998. p. 18).

Podemos falar que a gestão educacional possui três aspectos inalienáveis e inter-relacionados: a competência técnica, a liderança na comunidade e o compromisso público-político, as demais funções da gestão educacional, por mais importantes e indispensáveis, são adjetivas e complementares.

1.2 COMPETÊNCIAS

A dimensão política está associada à participação na gestão e a responsabilidade individual de cada membro da equipe escolar.

O gestor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega responsabilidades decorrentes das decisões dos membros da equipe escolar, presta contas e submete à avaliação do grupo o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente.

Essa dimensão associa-se ao desenvolvimento do trabalho no sentido de buscar parcerias, articular a comunidade escolar na representatividade dos

conselhos escolares, nas ações que envolvem o trabalho no cotidiano escolar, trazendo a comunidade exterior para o interior da escola, ou seja, abrir as portas do espaço educacional para que toda a comunidade possa usufruir e participar das decisões decorrentes daquele ambiente educacional.

“O gestor escolar na dimensão política exerce o princípio da autonomia que requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. As escolas públicas como não são organismos isolados, dependem do sistema central, das políticas e da gestão pública, possuem uma autonomia relativa, ou seja, a autonomia de uma escola pública pauta-se no planejamento, na organização, na orientação e o controle de suas atividades internas estando sujeita a adequação e aplicação das diretrizes gerais que recebem dos níveis superiores da administração do ensino”. (VÉLEZ. 2009. p. 10).

O conceito de gestão resulta de uma nova compreensão da condução das organizações. Surge como superação dos limites da administração. Emerge um novo paradigma, isto é, “visão de mundo e óptica com que se percebe e reage em relação à realidade”. (LIMA. 1997. p. 20).

1.2 NOVO ENFOQUE

No contexto da educação brasileira, emerge um conceito novo, gestão da escola, que vem superar o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento que os problemas educacionais são complexos e que demandam uma ação articulada e conjunta na superação dos problemas cotidianos das escolas.

A gestão da escola sob essa nova perspectiva surge como orientação e liderança competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e como referencial teórico para a organização e orientação do trabalho em educação, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação das políticas educacionais e o Projeto Político Pedagógico das escolas.

“O sistema escolar sempre sofreu, em maior ou menor grau, as marcas oriundas de grupos sociais que ocupam posições diferentes ao mesmo, ou seja, discurso dos políticos, dos administradores, dos agentes institucionais dos diferentes níveis de hierarquia e dos usuários do sistema escolar”. (LIMA. 1997. p. 26).

Esse entendimento é necessário na medida em que a área educacional aparece como um campo privilegiado para se observar como as representações sociais se constroem, evoluem e se transformam no interior dos grupos sociais, e para esclarecer o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua representação.

1.4 ANTIGAMENTE

Geralmente quem fazia o papel de professor nos lares dos antigos romanos era o pai de cada família. Ele se encarregava de ensinar os filhos a ler, a escrever e a contar. Ensinava também a lutar, a nadar e a andar a cavalo.

“As garotas romanas ficavam com as mães aprendendo os trabalhos domésticos. Os primeiros professores profissionais de Roma surgiram no período da República. Eram pessoas que recebiam salários baixos e ensinavam as crianças a ler, a escrever e a contar. Os alunos aprendiam latim e grego e usavam como caderno umas tabuinhas de cera onde escreviam com uma lâmina pontuda”. (LIMA. 1997. p. 29).

Entre os séculos 15 e 16 a educação atingia o homem burguês, o clero e a nobreza. Era uma educação pública e religiosa e ainda tinha o objetivo de formar o cristão, o fiel, porém com caráter mais leigo, laico.

“Contrário às ideias da Igreja Católica em relação à educação, Martinho Lutero (1483-1546), um jovem religioso, rompeu com o catolicismo e liderou a Reforma Protestante com a fundação da Igreja Protestante. Lutero, afirmava que O cristão é o único responsável pela sua salvação. Com isso não pode esperar que o padre interprete a Bíblia”. (LIMA. 1997. p. 31).

Ainda durante esses séculos, surgiram os colégios, comandados pelos jesuítas.

E educação durante esses séculos, apresentava o capitalismo que estava surgindo, a burguesia estava ascendendo na sociedade, a expansão marítima se intensificava. Diz-se um século confuso, contraditório, marcado por guerras e por pedidos de paz; surgia o trabalho assalariado e as fábricas começam a substituir a produção artesanal. (DELORS.1998. p. 31).

Nessa época a religião deixa de ser a principal explicação do mundo, começou a busca da autonomia da razão, houve o começo do liberalismo. É o século em que a modernidade começou.

Ainda neste século surgiu o Iluminismo e provocou profundas transformações na pedagogia, porém ainda com o desprezo pela educação do povo. Assim a educação era organizada como um movimento. Começa a surgir uma escola pública, laica (sem influência da religião).

1.5 A GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

A terminologia gestão educacional democrática traz em si o caráter participativo, assim como o traz a democracia. Por isso é de certa forma redundante a utilização das expressões “gestão participativa” e “democracia participativa”. Mas é uma redundância útil para reforçar uma das dimensões mais importantes da gestão educacional democrática, sem a qual esta não se efetiva. (VÉLEZ. 2009. p. 19).

A gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, apostando na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola através do diálogo, do consenso.

Na gestão democrática participativa é comum desenhos circulares exibirem a integração entre as várias partes (funções) da estrutura organizacional.

O conceito de gestão tem caráter paradigmático, tanto horizontal quanto verticalmente. Fortalece-se assim a democratização do processo de gestão educacional pela participação, isto é, por meio do “compromisso coletivo com resultados educacionais”.

A gestão democrática participativa pressupõe que o processo educacional só se transforma e se torna mais competente na medida em que seus participantes tenham consciência de que são responsáveis pelo mesmo, buscando ações coordenadas e horizontalizadas.

A escola é um espaço de contradições e diferenças. Nesse sentido, quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, partilhamento de poder, diálogo, respeito as diferenças, liberdade de expressão, garantimos a vivência de processos democráticos, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos. (CORTELLA. 2008. p. 31).

A construção de uma escola em que a participação seja uma realidade depende, portanto, da ação de todos, que se traduz em atos políticos, com tomada de decisão.

1.6 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Procurar compreender a escola como uma cultura com identidade própria é descobrir seus valores, atitudes, imagens da realidade, manifestações verbais e não verbais. Significa conhecer seu projeto de ação, fruto da ação coletiva dos participantes da escola.

Proposta pedagógica ou projeto pedagógico relacionam-se à organização do trabalho pedagógico da escola como um todo.

Plano de trabalho está ligado às questões de sala de aula e outras questões pedagógicas e administrativas. Isto é, o plano de trabalho é o detalhamento do projeto e, compete aos docentes, à equipe técnica (supervisor, coordenador pedagógico, diretor, orientador educacional) e aos funcionários elaborar e cumprir o plano de trabalho, também chamado de plano de ensino e plano de atividades. (CORTELLA, 2008. p. 34).

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é um processo de vivência democrática.

Por isso, caminhos e descaminhos, erros e acertos não só responsabilidade da equipe coordenadora, mas do todo que será responsável pela recuperação do caráter público, democrático e gratuito da educação estatal, atendendo aos interesses e anseios da maioria da população.

1.7 MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA

A escola é uma instituição na medida em que a concebemos como a organização das relações sociais entre os indivíduos dos diferentes segmentos. (CASTELLS, 1999. p. 36).

Analisar a escola como instituição é apreender o sentido global de suas estruturas e de seu conjunto de normas, valores e relações, numa dinâmica singular e viva.

Por isso, a importância do Projeto Político Pedagógico como organizador da diversidade, construção da autonomia escolar, impulsionando atitudes democráticas e comunicativas.

Neste sentido a estrutura organizacional da escola condiciona tanto sua configuração interna, como o estilo de interações que estabelecem com a comunidade. As instancias de ação colegiada, como por exemplo, a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Grêmio Estudantil, são instituições auxiliares para o aprimoramento do processo educativo. (DELORS, 1998. p. 29).

O Conselho Escolar favorece a aproximação dos centros de decisão dos atores, o que facilita a comunicação vertical e horizontal, possibilitando a delegação de responsabilidades e o envolvimento de diversos participantes. É o órgão máximo de decisão no interior da escola. (DELORS, 1998. p. 30).

O Conselho de Classe é um espaço de encontro de posições diversificadas relativas ao desempenho do aluno, que não fica, assim, restrito a avaliação de apenas uma pessoa. Sua função é analisar questões didático-pedagógicas, aproveitando seu potencial de gerador de ideias e espaço educativo.

É um instrumento para que os pais possam opinar, reivindicar e compreender a relevância de seu papel na vida da escola, mobilizando a população para uma educação mais democrática e comprometida. (CORTELLA, 2008. p. 56).

1.8 AUTONOMIA

A autonomia é um processo complexo, dinâmico, porém necessário ao desenvolvimento e aprimoramento das instituições. Tem princípio o atendimento da necessidade e orientação humana da liberdade e de independência, garantindo espaços e oportunidades para a iniciativa e a criatividade que são impulsionadoras do desenvolvimento. (CHALITA, 2001. p. 20).

A escola é fruto da ação humana, ação essa que condiciona e é condicionada pelo ambiente e sua própria criação. É também o resultado de suas próprias contradições.

O conceito de autonomia está relacionado a tendências mundiais de globalização e mudança de paradigmas. Descentralização de poder,

democratização de ensino, autogestão, flexibilização, cooperativas, são alguns conceitos relacionados a essas mudanças.

“A autonomia escolar evidencia-se como uma necessidade quando a sociedade pressiona as instituições para que promovam mudanças urgentes e consistentes. A autonomia administrativa é a possibilidade de elaborar e gerir seus planos e projetos. É a organização da escola e nela destaca-se o estilo de gestão adotado. Envolve relações internas e externas com o sistema educativo e com a comunidade em que a escola está inserida”. (CHALITA, 2001. p. 21).

Traduz a possibilidade de escolha de seu dirigente por meio de processo eleitoral que verifique a competência profissional e liderança dos candidatos e a constituição dos conselhos escolares.

É um espaço de negociação permanente pelos atores diretamente envolvidos, pela participação, intervenção e diálogo que a constrói e internaliza. A autonomia jurídica refere-se à elaboração de suas próprias normas e orientações escolares.

Mesmo estando vinculada às legislações dos órgãos centrais devem policar-se para não se tornar mais uma instancia burocrática, por meio de estatutos, regimentos, portarias, avisos, memorandos, que inviabilizem a participação cultural, profissional e sociopolítico. (DELORS, 1998. p. 39).

A autonomia financeira pode ser total ou parcial. É total quando a escola administra todos os recursos a ela destinados pelo Poder Público. É parcial administra apenas parte dos recursos repassados.

1.9 EMPREENDEDORISMO

O Empreendedorismo é um novo olhar sobre o mundo, alicerçado no conhecimento e na inovação, a partir do envolvimento de pessoas e de processos que, em conjunto, promovem a construção de ideias, a avaliação de oportunidades, a mobilização de recursos, a assunção riscos e a concretização de iniciativas diferenciadas e de sucesso.

É fundamental que a escola proporcione em todos os níveis e ciclos de ensino uma cultura favorável à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores promotores do espírito empreendedor, nomeadamente, criatividade, inovação, organização,

planeamento, responsabilidade, liderança, trabalho em grupo, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outras.

A educação para o empreendedorismo é um contributo transversal às diferentes disciplinas e áreas não disciplinares que se consubstancia em atividades ou projetos, desenvolvidos de forma participada pelos alunos e que concorram para a mudança na sua área de atuação enquanto cidadãos. (FILION, 1999. p. 24).

Através do empreendedorismo, os estudantes evoluem como ser humano e agregam valores que irão beneficiar a comunidade onde vivem.

As cidades que já fizeram a alteração na grade curricular colhem seus frutos através da mudança na cultura de sua população.

2 A ESCOLA E EDUCAÇÃO

A escola é o lugar que representa a esperança, o desejo humano de aperfeiçoar-se, de mudar, de fazer-se e promover-se o integralmente, o lugar social no qual a expectativa de mudança é o traço mais marcante.

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escola é uma instituição concebida para o ensino de alunos sob a direção de professores. A maioria dos países têm sistemas formais de educação, que geralmente são obrigatórios. Nestes sistemas, os estudantes progredem através de uma série de níveis escolares e sucessivos. Os nomes para esses níveis nas escolas variam por país, mas geralmente incluem o ensino fundamental (ensino básico) para crianças e o ensino médio (ensino secundário) para os adolescentes que concluíram o fundamental. (CORTELLA, 2008. p. 35).

Uma instituição onde o ensino superior é ensinado é comumente chamada de faculdade ou universidade.

Além destas, os alunos também podem frequentar outras instituições escolares, antes e depois do ensino fundamental.

A pré-escola fornece uma escolaridade básica para as crianças mais jovens. As profissionalizantes, faculdades ou seminários podem estar

disponíveis antes, durante ou depois do ensino médio. A escola também pode ser dedicada a um campo particular, como uma escola de economia ou de música, por exemplo. (CORTELLA, 2008. p. 35).

Há também escolas particulares, que podem ser exclusivas para crianças com necessidades especiais, quando o governo não as fornecer, tais como escolas religiosas, ou as que possuem um padrão mais elevado de qualidade de ensino, ou buscam fomentar outras realizações pessoais.

Podemos afirmar que educação é como um conceito genérico, mais amplo, que supõe o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social. (CORTELLA, 2008. p. 36).

Com a educação o “homem” irá buscar o caminho do amadurecimento integral, onde esse caminho não é um momento momentâneo ou passageiro, mas sim um aprendizado que necessita sempre estar sendo buscado e vivido durante toda a sua existência.

2.2 PAPEL DA ESCOLA

O papel de qualquer escola deve sempre estar ligado aos seus ideais, no que deseja aos seus estudantes e à atuação destes dentro do grupo a que pertencem.

A preocupação da escola é a de fazer com que o educando participe do seu grupo ativa e afetivamente, apropriando-se de valores, crenças, conhecimentos acadêmicos e referenciais sócio históricos.

Uma apropriação significativa tanto para si como para o outro, tornando-se uma pessoa consciente e responsável pela transformação da realidade em que está inserido.

A figura da educação não pode ser somente ligada a uma atividade, pois a educação compreende a construção de um saber, que geralmente pode ultrapassar o sentido escolar e se torna uma construção permanente na vida do ser humano, também ensinada pelos pais.

Podemos conceituar educação como um processo de atuação de uma comunidade sobre o desenvolvimento do indivíduo a fim de que ele possa

atuar em uma sociedade pronta para a busca da aceitação dos objetivos coletivos. (CASTELLS, 1999. p. 26).

Conforme o dicionário Aurélio:

“Educação é o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. (HOLANDA, 2009. p. 256).

Embora o conceito de educação venha sempre sendo discutida ela é considerada como algo mais amplo do que um simples conceito, pois tem influência das diversas culturas da sociedade.

É dentro de família que recebemos as primeiras noções sobre a educação, e através delas elas nos preparam para sermos cidadãos, cada família particular deve ser governada em conformidade com o plano da grande família que compreende todas as demais.

Conforme Jacques Dolors:

“Podemos concluir que a educação não tem uma fórmula pronta a seguir, a fórmula é criada, desvendada a cada passo em que estimulamos os nossos educandos, estes por sua vez têm seus conhecimentos prévios que devemos levar em consideração para acrescentar nessa “fórmula” do educar, inserir a história da comunidade no currículo da escola para que estas s incluam na educação trazendo assim motivação necessária ao processo de ensino-aprendizagem”. (DELORS, p. 21).

A concepção de educação nos permite ao desenvolvimento da competência do educando para construir conhecimentos sobre si mesmo e sobre o mundo através da interação, possibilita a construção coletiva de parâmetros e diretrizes ao trabalho escolar. Educação é um processo contínuo que orienta e conduz o indivíduo à novas descobertas a fim de tomar suas próprias decisões, dentro de suas capacidades. (LIMA, 1997. p. 23).

2.3 PAPEL DO EDUCADOR

O compromisso dos educadores vai além da simples necessidade de repassar conteúdos acumulados no decorrer da História e preparar os que estão sob sua responsabilidade somente para o mercado de trabalho, mesmo sabendo que vivemos numa sociedade capitalista onde o individualismo reina absoluto.

E possível acreditar em uma modificabilidade cognitiva estrutural e entender o homem como alguém capaz de se modificar, alguém que está em constante e contínuo processo; capaz de conscientizar-se do que sabe e ampliar seus conhecimentos a partir de uma mediação.

A gestão educacional democrática é hoje um valor já consagrado em nosso país e no mundo, embora ainda não seja plenamente compreendida e aplicada a prática educacional brasileira e mundial.

É incontestável sua importância como recurso para a participação e formação da cidadania, como necessária para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. (CORTELLA, 2008. p. 41).

Igualdade de oportunidades para a democracia significa igualdade de possibilidades reais para todos que são desiguais e, como tal, necessitam de todas as possibilidades diferenciadas para se desenvolverem.

2.4 EDUCAÇÃO

Podemos afirmar que educação é como um conceito genérico, mais amplo, que supõe o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social.

Podemos observar que a educação nos dá ênfase em três princípios distintos e básicos: a natureza, o homem, e as coisas.

A gestão da escola, entendida como a coordenação dos propósitos, ações e recursos que uma instituição empreende para alcançar objetivos institucionais e sociais propostos, é o desafio que é posto aos professores no processo de gestão participativa na escola.

A compreensão de que participar significa atuar conscientemente em determinado contexto, faz dessa ação um impulsionador do ambiente escolar.

Nesse sentido, a instituição escolar não é transformada apenas por sua determinação a partir de leis, decretos ou programas. É importante e necessário que a gestão educacional promova um clima propício à participação das pessoas, dos professores, dos alunos, dos pais e dos demais membros da comunidade, no processo de implementação de uma reforma educacional.

O papel da educação é um tanto singular dentro da formação e desenvolvimento do indivíduo.

Aprendizagem é um processo que ocorre durante toda a vida e começa a partir da gestação, no entanto, é papel da escola incluir a família na conscientização de seus propósitos educacionais. (CHALITA, 2001. p. 20).

Existem princípios e valores que são universais e devem orientar toda a ação educativa da escola, das organizações sociais, das famílias e de outros segmentos que queiram colaborar com a educação escolar. (CORTELLA, 2008. p. 29).

Conforme os ensinamentos de Mercedes Vélez:

“A escola é, como qualquer outra instituição social, uma disseminadora de saberes e ideologias e o professor que não é mais visto como um transmissor de conhecimento e sim como um gestor de conhecimento, alguém que dá a direção na aprendizagem e na relação da escola com esse aluno”. (VÉLEZ, 2009. p. 15)

A escola também é muito importante para o convívio em sociedade, mas é necessário também estar preparado para aceitar a atualidade e os novos paradigmas.

2.5 EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

De acordo com a Lei, a educação infantil deve ser oferecida em creches para as crianças de 0 a 3 anos, e em pré-escolas para as crianças de 4 e 5 anos. Porém ela não é obrigatória. Dessa forma, a implantação de Centros de Educação Infantil é facultativa, e de responsabilidade dos municípios. (VÉLEZ, 2009. p. 19)

Não cabe à educação infantil alfabetizar a criança. Nessa fase ela não tem maturidade neural para isso, salvo os casos em que a alfabetização é espontânea.

Segundo os Referenciais, devem ser trabalhados os seguintes eixos com as crianças: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

“O conhecimento das letras é apenas um meio para o letramento, que é o uso social da leitura e da escrita. Para formar cidadãos atuantes e interacionistas, é preciso conhecer a importância da informação sobre letramento e não de alfabetização. Letrar significa colocar a criança no mundo letrado, trabalhando com os distintos usos de escrita na sociedade”. (VÉLEZ, 2009. p. 20)

Essa inclusão começa muito antes da alfabetização, quando a criança começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no seu mundo social.

A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita pelo indivíduo ou grupos de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

O objetivo é o de desenvolver algumas capacidades, como: ampliar relações sociais na interação com outras crianças e adultos, conhecer seu próprio corpo, brincar e se expressar das mais variadas formas, utilizar diferentes linguagens para se comunicar, entre outros.

A Educação de 0 a 5 anos (chamada de Educação Infantil) é um direito de todas as crianças brasileiras previstas na Constituição Federal de 1988, reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. (DELORS, 1998. p. 36).

2.6 A CRIANÇA NA SALA DE AULA

Uma das principais angústias de um professor que recebe em sua classe um aluno com deficiência intelectual é, sem dúvida, saber o que fazer com ele. Infelizmente, os cursos de licenciatura ainda oferecem conhecimentos insuficientes aos professores em formação, principalmente na área de Educação Especial, o que dificulta sobremaneira seu trabalho na prática cotidiana de sala de aula.

2.7 ESCOLA E PRÁTICA INCLUSIVA

A deficiência intelectual é um enorme desafio para a educação na escola regular e para a definição do conceito de apoio educativo especializado, inclusão é uma proposta que condiz com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos em ambientes favoráveis já 'garantidos' por ela. Mas, nem sempre esse direito é de fato uma garantia aos cidadãos.

A integração da escola e da família deve ser mais constante nas atividades de socialização das crianças. E, os pais devem estar envolvidos numa procura por bem educar seus filhos.

2.8 A ESCOLA REGULAR

A escola tem um papel preponderante na denúncia de toda e qualquer forma de exclusão e, principalmente da exclusão de pessoas que necessitam de cuidados educacionais especiais. (DELORS, 1998. p. 37). Ela deve promover a formação de pessoas críticas e cidadãos que estejam aptos a apontar mudanças e/ou alternativas para as relações sociais. Estas práticas adaptativas funcionam como um regulador externo da aprendizagem e são coerentes com uma perspectiva em que o grande objetivo é determinar "o que falta" ao aluno para ter sucesso. Não sendo possível dar-lhe "o que lhe falta", desconta-se no rendimento final.

2.9 A IMPORTÂNCIA DO FOCO NAS EXPLICAÇÕES EM SALA DE AULA

É importante adequar a proposta à idade e, principalmente, aos assuntos trabalhados em classe. A meta é que, sempre que possível e mesmo com um trabalho diferente, o aluno esteja participando do grupo.

A falta de compreensão da função da escrita como representação da linguagem é outra característica comum em quem tem deficiência intelectual. Essa imaturidade do sistema neurológico pede estratégias que servem para a criança desenvolver a capacidade de relacionar o falado com o escrito.

A inclusão de músicas, brincadeiras orais, leituras com entonação apropriada, poemas e parlendas ajuda a desenvolver a oralidade.

É o convívio com os colegas que trará o desenvolvimento do estudante.

2.10 DIFICULDADES

Considerando o tempo e o espaço como fatores determinantes quando se trata da inserção social, cabe à escola favorecer aos alunos meios para que possam se identificar como integrantes de um grupo. Os grupos sociais humanos definem padrões normais ou estigmatizados. Assim, uma pessoa é considerada normal quando atende aos padrões que previamente são estabelecidos.

2.11 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização deve se desenvolver em um contexto de letramento como início da aprendizagem da escrita, como desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes de caráter prático em relação a esse aprendizado; entendendo que a alfabetização e letramento, devem ter tratamento metodológico diferente e com isso alcançar o sucesso no ensino aprendizagem da língua escrita, falada e contextualizada nas nossas escolas.

Letramento é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir selecionando o que desperta interesse, divertindo-se com as histórias em quadrinhos, seguir receita de bolo, a lista de compras de casa, fazer comunicação através do recado, do bilhete, do telegrama.

Letramento é ler histórias com o livro nas mãos, é emocionar-se com as histórias lidas, e fazer, dos personagens, os melhores amigos. Letramento é descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender quem a gente é e descobrir quem podemos ser. (DELORS, 1998. p. 37).

Assim, pode-se dizer que até os anos 80 a alfabetização escolar no Brasil caracterizou-se por uma alternância entre métodos sintéticos e métodos analíticos, sempre, porém, com o mesmo pressuposto – o de que a criança, para aprender o sistema de escrita, dependeria de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos, e também sempre com o mesmo objetivo.

2.12 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Ensino fundamental é uma das etapas da educação básica no Brasil. Tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre seis e 14 anos.

A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica a responsabilidade conjunta: dos pais ou responsáveis, pela matrícula dos filhos; do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas; da sociedade, por fazer valer a própria obrigatoriedade. Regulamentado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, sua origem remonta ao Ensino de Primeiro Grau, que promoveu a fusão dos antigos cursos primário (com quatro a cinco anos de duração), e do curso ginásial, com quatro anos de duração, este último considerado, até 1971, ensino secundário. (DELORS, 1998. p. 41).

A duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, transformado na Lei Ordinária 11274/2006, passando a abranger a Classe de Alfabetização (fase anterior à 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos) que, até então, não fazia parte do ciclo obrigatório (a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série). Lei posterior (11.114/05) ainda deu prazo até 2010 para Estados e Municípios se adaptarem.

No Brasil não existe um currículo padronizado para o ensino fundamental, mas a LDB de 1996 define que é obrigatório, no Ensino Fundamental, o ensino de Língua Portuguesa, matemática, conhecimentos do mundo físico e natural, bem como da realidade social e política (especialmente a brasileira), Artes, Educação Física e Música (que pode ser trabalhada dentro das Artes).

2.13 CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE

A construção da qualidade da educação e qualidade de ensino da escola pública no Brasil, entre outros aspectos, relaciona-se à construção de uma gestão democrática, tendo em vista que a escola é local de formação de cidadão e construção da cidadania. Mas, de que qualidade se está a falar? Formação de qual cidadão? Construção de que cidadania? Problematizar, a partir dessas questões parece ser um caminho importante a ser trilhado na construção da qualidade da educação, tão propalada nessa nova década.

Nessa direção, o papel do gestor escolar é imprescindível para estabelecer um clima participativo que seja convidativo e motivador do diálogo e da realização do trabalho coletivo, em que a cooperação e a colaboração sejam

as marcas das ações e processos de tomada de decisão em que os pares conjuguem na primeira pessoa do plural. (DELORS, 1998. p. 41).

A legitimidade conferida ao projeto político pedagógico como instrumento que institui a participação da comunidade escolar pressupõe o desenvolvimento de uma cultura de construção coletiva em que todos são partícipes do processo educativo e atuam como protagonistas nos processos de tomada de decisão, em prol da melhoria do ensino e das aprendizagens dos alunos.

3 A GESTÃO EDUCACIONAL NO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A gestão educacional apresenta-se como um conjunto de estratégias que visa enfrentar os desafios oriundos da administração da escola, buscando gerir significativamente a gestão pedagógica, gestão administrativa e a gestão de recursos humanos no âmbito da educação escolar.

3.1 INTRODUÇÃO

A gestão educacional apresenta-se com foco no âmbito da escola, responsável pelas ações e tarefas que dizem respeito a ela.

Para melhor compreensão, a gestão educacional tem por finalidade superar os desafios oriundos à administração escolar, buscando olhares significativos à gestão pedagógica, gestão dos recursos humanos e administrativos no âmbito da educação escolar. (BARRETO, 1998. p. 26).

Assim, a gestão educacional pode ser classificada em três áreas: Gestão Pedagógica; Gestão de Recursos Humanos e Gestão Administrativa.

Para a gestão educacional, acredita-se que a gestão Pedagógica deva ser a mais importante, pois, institui objetivos para o ensino-aprendizagem, onde propõe metas para a concretização das propostas pedagógicas e sua avaliação.

O responsável imediato pela articulação e sucesso da gestão pedagógica é o diretor da escola, hoje, mais conhecido como gestor escolar.

A gestão dos recursos humanos direciona-se a gestão de pessoas, ou seja, gestão de alunos, professores, comunidade escolar em geral.

Manter as pessoas desenvolvendo suas atividades contentes, satisfeitas não é tarefa fácil, pois, todos têm atribuições a cumprir, deste modo o regimento interno escolar existe para ser efetuado e cobrado pela equipe gestora de forma ética buscando não deixar lacunas para mal-entendidos e/ou interpretações ambíguas. (DELORS, 1998. p. 47).

A gestão administrativa tem por finalidade zelar pela parte física da escola, da parte burocrática da instituição, dos direitos e deveres de todos os agentes da unidade, bem como no cumprimento do regimento interno escolar.

3.2 A GESTÃO NO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A gestão de uma instituição escolar visa à prática educativa organizacional num processo compartilhado. Entende-se por gestão participativa o saber compartilhar, escrever uma história onde todos são autores do processo.

“A gestão educacional volta-se a responsabilidade de todos os agentes de uma escola. Neste contexto de gestão se faz necessário o trabalho em equipe, ou seja, de um grupo de pessoas que trabalham juntas, dando ênfase à formação e à aprendizagem dos alunos. Quando se escreve envolvimento ou tarefa de todos, entende-se que todos têm o seu valor no que diz respeito à escola e à gestão. Todos os trabalhadores da instituição, incluindo alunos e comunidade escolar, são essenciais para atingir uma organização permanente onde todos sejam beneficiados”. (BARRETO, 1998. p. 31).

Na busca da qualidade e produtividade no âmbito da gestão educacional em escolas públicas, a gestão pode se realizar plenamente através do processo mediador. Neste foco desenvolvem o trabalho através das características dialógicas as relações pedagógicas, assumindo ações democráticas para atender aos anseios da comunidade escolar.

3.3 O PAPEL DO COORDENADOR

Imprescindível para garantir as condições de aprendizagem dos alunos, o coordenador pedagógico dos anos finais dos ensinos Fundamental e Médio tem as mesmas funções de seu colega da primeira etapa do Fundamental: coordenar o horário de trabalho coletivo, atender individualmente os professores, estudar referências teóricas para refletir sobre a prática, acompanhar a evolução das produções dos alunos e planejar o projeto político-pedagógico (PPP). (BARRETO, 1998. p. 36).

O perfil dos profissionais muda nas séries mais avançadas. Os polivalentes são substituídos por especialistas e, para o coordenador, isso pode ser um problema se ele se sentir constrangido para dar orientação pedagógica a quem tem formação específica - o que, veremos mais adiante, pode ser superado com o conhecimento que ele vai procurar ter sobre as didáticas específicas.

3.4 DESAFIOS

No que tange aos desafios motivadores das ações, em prol da melhoria dos processos do e da aprendizagem, ao que se referem à gestão educacional, os gestores escolares dos municípios, alvo desse estudo, enfatizaram como desafios a melhora do IDEB; a necessidade de aproximar escola e família; a valorização dos profissionais para que desta forma desempenhem melhor as suas funções e realizem um trabalho de qualidade; o atendimento aos alunos com dificuldades; a conscientização dos professores para o trabalho coletivo.

Os gestores escolares apontaram ainda desafios atinentes à formação inicial e continuada dos professores ao destacarem a falta de conhecimento dos professores para trabalharem com as dificuldades de aprendizagem dos alunos e, por conseguinte, a necessidade de ampliação de especialistas na escola.

As falas dos gestores escolares demonstram sensibilidade para a importância do trabalho coletivo e dos processos formativos, além da valorização dos professores que não se dá isenta de políticas públicas.

Encontros coletivos que propiciam o diálogo constituem-se espaços de formação singulares, pois favorecem o desenvolvimento pessoal/profissional dos professores o que incide nos processos do ensino e da aprendizagem.

3.5 DEBATE

Hoje não é difícil obter o consenso sobre a necessidade de transformar as estruturas e dinâmicas da gestão das escolas para que elas recuperem a capacidade de transmitir uma cultura significativa e contribuam para recriar e desenvolver a capacidade de alcançar eficácia financeira e democratização política.

As políticas de descentralização dominantes estimulam a revisão dos conteúdos escolares para adequá-los aos novos conhecimentos científicos e tecnológicos e mantê-los sensíveis aos problemas da sociedade contemporânea. Vinculado a isso, propõe-se também uma renovação metodológica e o fortalecimento das relações da escola com seu meio social imediato.

Mas quando falamos de gestão da escola, não estamos pensando apenas em uma determinada organização e na racionalização do trabalho escolar para alcançar determinados resultados, ou seja, na produção institucional da escola. Referimo-nos também a uma renovação dos dispositivos de controle que garantam níveis mais altos de governabilidade. Em outras palavras, estamos nos referindo às relações de poder no interior do sistema educativo e da instituição escolar e ao caráter regulador do Estado e da sociedade no âmbito educacional. As expectativas oficiais em relação às mudanças da gestão do sistema e da instituição escolar, para o conjunto de estratégias de desenvolvimento e governabilidade social e educacional, evidenciam as relações contidas na gestão educacional.

Assim, é limitado compreender a gestão educacional apenas como responsável pela realização eficiente dos objetivos institucionais da escola. Sua decomposição em diferentes âmbitos de atuação, o financeiro, o administrativo e o pedagógico, podem ser úteis do ponto de vista analítico, mas fragmenta o complexo processo dessa gestão. Corre-se o risco de não visualizar a influência da gestão educacional nos diferentes aspectos que constituem o cotidiano da escola e a instituição em sua totalidade.

Há uma vasta literatura que discute a estreiteza da visão economicista da gestão educacional que a reduz a uma atividade administrativa. Das diferentes perspectivas de análise, tenta-se resgatar a especificidade da instituição escolar e a necessidade de entender a gestão educacional com base em seus fins pedagógicos. No campo da pesquisa sobre a administração escolar - sendo administração definida como a utilização racional dos recursos para a realização de determinados fins -, destaca-se a necessidade de fazer penetrar os objetivos pedagógicos nas formas de alcançá-los.

A construção da identidade institucional de cada escola será, então, resultado da organização autônoma do corpo burocrático estreitamente vinculado aos interesses da comunidade.

Por exemplo, ao discutir a influência ou não do caráter público ou privado das instituições de ensino na aprendizagem de alunos dos setores "menos favorecidos economicamente", o bom desempenho desses alunos não depende do caráter das instituições, mas da dinâmica delas.

Ou seja, da maior ou menor identidade institucional, associada ao grau de autonomia dos estabelecimentos para definir os estilos de ação pedagógica.

A preocupação com a identidade moral e cultural passa a ser substituída pelo imperativo da eficácia. Faz-se um tratamento desse conceito como integrante de um conjunto de questões neutras e técnicas, em vez de vinculá-lo a interesses concretos.

Inversamente à educação formal, os meios de comunicação de massa e as instituições de formação particulares ganham prestígio cada vez maior como portadores de conteúdos significativos para a socialização.

3.6 PARADIGMAS COM A GESTÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os estudos da administração escolar no Brasil surgem no ano de 1932, como disciplina do curso Pedagógico do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Porém, a disciplina de Administração Escolar só foi adotada no currículo do curso de Especialização de Administradores Escolares do Instituto de São Paulo no ano seguinte.

A inclusão da disciplina de Administração Escolar no currículo de Pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil ocorreu em 1939. (DORNELAS, 2003. p. 19).

Às vezes, os professores são surpreendidos com consultas sobre os problemas educacionais, porém quase sempre as soluções já foram encontradas e estão em andamento, ocorrendo aquilo que se denominou de falsa democracia. administração escolar, devido às diferenças nas escolas e ao objeto de trabalho serem seres humanos: professores, funcionários, pais e alunos.

A busca da identidade própria da administração escolar tende a aproximá-la muito mais da administração do que do escolar. Deste modo, as dificuldades decorrem principalmente pelo fato de não existir um conjunto de regras ou uma convenção no modo de agir, pois se trata de um ato criativo.

A administração escolar, apesar de ser concebida por muitos educadores como tratamento dos aspectos legais da escola e como instrumento apenas burocrático, devido à estrutura organizacional escolar e ao poder centralizado na figura do diretor, seu real papel extrapola esses aspectos, pois direciona o processo educativo e as ações dos profissionais envolvidos.

Inserida no contexto capitalista a escola tem analogia com a empresa no tocante à sua estrutura tradicional e aos aspectos absorvidos do sistema; porém, seus objetivos diferenciam-se dos da empresa capitalista. Apesar de ser uma das suas funções, os objetivos da escola extrapolam os muros do mercado de trabalho. Superar o estado de dominação e de exploração de uma classe pela outra é um dos seus objetivos enquanto escola pública; pois ela é um lugar formador de identidades e só será pública se estiver a serviço dos interesses da maioria da população.

Os sentidos de coletividade e de totalidade são características para o diretor gerir a escola de modo mais democrático e desempenhar seu compromisso de oferecer à comunidade um serviço de qualidade. Mas, para gerir a escola, o diretor necessita da participação dos professores e pais. Sem ela pode ser difícil mudar a forma de direcionar a ação administrativa.

A gestão democrática implica que a comunidade extra e intra-escola assumam o papel de dirigente e não apenas de fiscalizadores, ou meros receptores dos serviços educacionais. Assim, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parcela de responsabilidade pelo projeto da escola, através de sua participação ativa na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforça-se aqui, novamente, a importância das instituições de ensino, principalmente dos cursos de administração, de proverem uma formação

empreendedora aos estudantes que objetivem abrir seu próprio negócio e, paralelamente, incentive os atuais empreendedores que não têm educação formal, a buscarem nas instituições de ensino, o aprendizado que servirá de guia para a realidade prática. Fazer com que eles percebam a educação formal como um investimento que vai gerar informações essenciais para o sucesso de seu negócio e, de acreditar na competência das instituições de ensino de proverem uma educação empreendedora para aqueles que se dispõem a aprender. Cabe, então, ao ensino formal mais do que apenas apresentar aos alunos as ferramentas gerenciais, mas ensiná-los como utilizá-las na prática.

Finalmente, sugere-se uma reformulação contínua no ensino formal brasileiro, com o intuito de fornecer aos alunos uma formação empreendedora, assim como de incentivar aqueles que já são empresários a buscarem constante atualização de conhecimentos para uma gestão mais profissionalizada do negócio.

Transformar as escolas em centros criativos e implementar a educação empreendedora, como um conteúdo transversal em todas as disciplinas mesclando formação técnica com o desenvolvimento de habilidades empreendedoras de crianças e jovens.

Estimular o senso crítico cotidiano, envolver os jovens em todas as fases de desenvolvimento de um projeto ou proposta, começando com a percepção e tomada de consciência de uma problemática social e passando a refletir, propor e agir nesta problemática.

Prover os jovens de instrumentos que possibilite seu enquadramento real, isso permitirá que jovens sejam vistos não só como líderes do amanhã, mas como agentes e sujeitos de mudança hoje. A participação juvenil incentiva e desperta no jovem uma reflexão crítica, consciência de envolvimento social, senso de responsabilidade cívica e cidadania.

Fortalecer o repertório de valores dos jovens é passo fundamental para a consolidação de iniciativas de educação juvenil.

Formar para o mundo do trabalho. Com base no “aprender a fazer”, buscase a formação dos jovens a partir da compreensão dos atuais dinamismos do mundo do trabalho e do desenvolvimento de competências básicas (aprender a ler e escrever) de competências específicas (projetos que desenvolvem

formação em rádio, teatro, vídeo etc) e de competências gerenciais (a gestão compartilhada de projetos é o caminho principal).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, L. P. Educação para o empreendedorismo. Salvador: Escola de Administração de Empresas da Universidade Católica de Salvador, 1998. 127p.

BASSI, E. Empresas locais e globalização guia de oportunidades estratégicas para o dirigente nacional. São Paulo: Cultura, 2000. 89p.

BRITO, F.; WEVER, L. Empreendedores brasileiros: a experiência e as lições de quem faz acontecer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 126p.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 26.

CHALITA, Gabriel Benedito Issaac. Educação: A Solução está no Afeto. São Paulo. Editora Gente. 2001. p. 20.

CORTELLA, Mário Sergio. A escola e o conhecimento. São Paulo: Vozes, 2008. p. 29.

DEGEN, R. J. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989. 120p.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998. p. 21.

DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Editora de Cultura, 1999. 114p.

_____. Pedagogia empreendedora. São Paulo: Editora de Cultura, 2003. 123p.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 119p.

_____. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 102p.

DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Pioneira, 1987.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração de empresas da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 34, p. 05-28, abril/jun. 1999. 96p.

_____. Aprender a empreender. In: FILION, L. J.; DOLABELA, F. et al. Boa idéia! E agora? São Paulo: Cultura e Editores Associados, 2000. 115p.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Mini Aurélio: O dicionário da Língua Portuguesa – Reforma Ortográfica. 7. ed. São Paulo: Positivo, 2009. p. 256.

KAUFMANN, L. Passaporte para o ano 2000: como desenvolver e explorar a capacidade empreendedora para crescer com sucesso até o ano 2000. São Paulo: McGraw-Hill, 1990. 117p.

LIMA, Lauro de Oliveira, Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1997. p. 23.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2000. 78p.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. 159p.

SEBRAE. Fatores condicionantes de taxa de mortalidade de empresas no Brasil. Relatório de Pesquisa. Brasília: SEBRAE, 2004. 187p.

TACHIZAWA, T.; CRUZ JR.; J. B. da; ROCA, J. A. de O. Gestão de negócios: visões e dimensões empresarias da organização. São Paulo: Atlas, 2003. 169p.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. 129p.

VÉLEZ, Mercedes Blasi. Vínculos entre Famílias e Profissionais na Construção do Projeto Educativo. Revista Pátio. Educação Infantil. Ano VI. Nº 17. Jul/Out 2009. p. 15.

**- O LÚDICO E A ALFABETIZAÇÃO: BRINCANDO E APRENDENDO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL (Bruna Xavier da Silva)**

O LÚDICO E A ALFABETIZAÇÃO: BRINCANDO E APRENDENDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bruna Xavier da Silva

RESUMO

Dentro do processo de ensino-aprendizagem existem diversas maneiras e projetos para ensinar as crianças de forma com que as mesmas tenham bons resultados. Uma das formas de aprendizagem muito utilizada atualmente é a atividade lúdica como facilitadora da aprendizagem, onde num momento de diversão a criança também aprende um conteúdo específico. Isso acontece porque no momento de diversão as crianças se sentem mais à vontade e mais interessadas, pois a brincadeira é considerada a essência da infância. Portanto, esse trabalho fala sobre a ludicidade, como funciona e como aplicá-la dentro da sala de aula, apontando seus resultados e sua importância.

PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade. Aprendizagem. Brincadeiras. Diversão.

ABSTRACT

Within the teaching-learning process there are several ways and projects to teach children the way that they have good results. One way of learning is currently widely used to play activity as a facilitator of learning, where the child in a fun time also learns specific content. This is because at the time of fun children feel more at ease and more interested, because the play is considered the essence of childhood. Therefore, this work speaks about playfulness, how it works and how to apply it in the classroom, pointing their results and their significance.

KEYWORDS: Playfulness. Learning. Play. Fun.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo científico tem como propósito promover a reflexão sobre o uso da ludicidade para que a alfabetização aconteça na educação infantil de forma que seja significativa para o aluno e traga bons resultados para alunos e professor. Para desenvolvê-lo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em sites, revistas eletrônicas e alguns livros on-line. A partir da pesquisa bibliográfica realizada, esperamos com esse artigo explicitar a importância do lúdico dentro do processo de aprendizagem das crianças.

2. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM

O professor deve reconhecer a importância do lúdico e de uma brinquedoteca, parque e quadra dentro da instituição escolar, para desenvolver diversas atividades com diversão para as crianças. A partir desse conhecimento, vários projetos podem ser elaborados para conseguir alcançar os objetivos de aprendizagem das crianças.

O jogo não é simplesmente um 'passatempo' para distrair os alunos, ao contrário, corresponde a uma profunda exigência do organismo e ocupa lugar de extraordinária importância na educação escolar. Estimula o crescimento e o desenvolvimento, a coordenação muscular, as faculdades intelectuais, a iniciativa individual, favorecendo o advento e o progresso da palavra. Estimula a observar e conhecer as pessoas e as coisas do ambiente em que se vive. Através do jogo o indivíduo pode brincar naturalmente, testar hipóteses, explorar toda a sua espontaneidade criativa. O jogo é essencial para que a criança manifeste sua criatividade, utilizando suas potencialidades de maneira integral. É somente sendo criativo que a criança descobre seu próprio eu. (TEZANI, 2004)

Portanto, compreendemos de acordo com Tezani (2004) que, a ludicidade é importante para a saúde mental e física de qualquer pessoa, pois desenvolve habilidades dessas duas partes, e sendo assim, é um espaço que merece mais atenção dos pais e professores, sendo o espaço para as expressões mais originais das pessoas, sendo direito de toda e qualquer criança para sua relação afetiva com outras pessoas e com o mundo. Portanto, vai ser através dessas atividades lúdicas que as pessoas formam conceitos, selecionando ideias e relações lógicas, integrando percepções, e o mais importante, ela vai se socializando.

De acordo com Cerneiro e Dodge (2007, p.91):

Para que a prática da brincadeira se torne uma realidade na escola, é preciso mudar a visão dos estabelecimentos a respeito dessa ação e a maneira como entendem o currículo. Isso demanda uma transformação que necessita de um corpo docente capacitado e adequadamente instruído para refletir e alterar suas práticas. Envolve, para tanto, uma mudança de postura e disposição para muito trabalho.

Portanto, de acordo com a afirmação de Cerneiro e Dodge (2007), percebemos que não basta somente implantar a ludicidade nas escolas, mais do que isso, é necessário as instituições precisam enxergar a ludicidade e a brincadeira como sendo um aliado para a educação, e mudanças devem ser

feitas para que a ludicidade aconteça de forma plena e de maneira a auxiliar o professor.

2.1. Brincadeiras, Brinquedos e Jogos

Que palavras lhe vêm à mente quando ouve falar em jogo ou brincadeira? Diversão, alegria, prazer devem ser algumas delas, não é? Pois é, o lúdico naturalmente induz à motivação e à diversão. Representa liberdade de expressão, renovação e criação do ser humano. As atividades lúdicas possibilitam que as crianças reelaborem criativamente sentimentos e conhecimentos e edifiquem novas possibilidades de interpretação e de representação do real, de acordo com suas necessidades, seus desejos e suas paixões. Estas mesmas atividades permitem, também, às crianças, o encontro com seus pares. No grupo, descobrem que não são os únicos sujeitos da ação, e que para alcançar seus objetivos precisam levar em conta o fato de que os outros também têm objetivos próprios que desejam satisfazer (MEC apud NEVES, 2002)

Portanto, de acordo com Neves (2002), a contribuição do “brincar” é para a criança crescer e se tornar um adulto equilibrado, e eficiente, portanto, deve-se analisar quais opções oferecer para essas crianças se tornarem esse adulto.

Brincadeira é a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras de jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Pode-se dizer que é o lúdico em ação. Dessa forma brinquedo e brincadeira relacionam-se diretamente com a criança e não se confundem com o jogo.” (KISHMOTO, 1994, p.6)

Também, segundo Kishmoto (1994), o jogo, é visto dentro de um contexto social como resultado de um processo linguístico, com um sistema de regras e um objeto específico; sendo assim, o sentido do jogo depende de cada contexto social; sendo assim, cada jogo assume uma imagem e um sentido que uma determinada sociedade lhe atribuiu, podendo haver diferentes significações em diferentes sociedades. Pode também, existir regras onde são aplicadas em qualquer lugar, como sendo uma característica específica de cada jogo, ou seja, as estruturas estratégicas e sequenciais das regras de um determinado jogo permitem diferenciá-lo.

Portanto, percebemos que através do jogo a criança libera energia, tem a capacidade de mudar uma realidade difícil para ela, fantasia na imaginação, e ao mesmo tempo sente prazer no que está fazendo.

2.2 Desenvolvimento da fala e do vocabulário: brincadeiras com letras

Quando as crianças começam a falar, acabam rotulando os objetos ao seu redor. Muitas vezes, apontam para algo e olham para os pais, esperando uma resposta. Você ensina palavras para seus filhos ao rotular os objetos no ambiente conforme o interesse deles. (INSTITUTO NEUROSABER, 2020)

Porém, é possível estimular ainda mais o desenvolvimento da linguagem nas crianças por meio de brincadeiras com as palavras, que sejam simples e divertidas para realizar com seu filho.

A aquisição de vocabulário é fundamental para a comunicação, o desenvolvimento da fala, a leitura e a escrita. O conhecimento de uma palavra envolve a compreensão de seu significado e de como ela se relaciona com outras palavras. (INSTITUTO NEUROSABER, 2020)

Embora cada criança desenvolva a linguagem em seu próprio ritmo, os pais podem contribuir nesse processo ao brincar com palavras junto aos seus filhos. A evolução da fala começa com gritos, grunhidos e balbucios nos primeiros meses e avança para as primeiras palavras em torno do primeiro ano de vida. (INSTITUTO NEUROSABER, 2020)

O Instituto Neurosaber (2020) dá algumas dicas de brincadeiras para realizar com as crianças:

Jogo das palavras: A atividade é bem simples: basta observar objetos – pela janela do carro, por exemplo - e nomeá-los. Basta informar à criança que está vendo um edifício azul e ele deve adivinhar qual é.

Piadas: Contar piadas adequadas à idade estimula o bom humor e a criatividade nas crianças. Você pode ler livros de piadas ou até mesmo compartilhar histórias engraçadas, alternando com seu filho quem é responsável por contar.

Rimas: Por volta dos quatro anos de idade, as crianças começam a se conscientizar de conceitos fonêmicos, como a rima, por exemplo. Eles adoram jogos de palavras, aliterações e rimas. Cantar, ler e fazer rimas, além de desenvolver a fala, ajudam a desenvolver habilidades de escuta e memória.

Você pode usar rimas em situações cotidianas, brincando com palavras que rimam para conversar com seu filho sobre as tarefas enquanto as faz, incentivando-o a fazer o mesmo!

Cantar: Cantar não só melhora as habilidades musicais, mas também ajuda as crianças a aprender novas palavras. Canções infantis com rima e ritmo são de fácil compreensão e memorização, conseqüentemente, é fácil e divertido cantar junto. Além disso, colocar uma música em uma atividade pode ser muito divertido e proveitoso.

Trava-língua: Trava-língua é uma maneira ótima e divertida de ensinar as crianças a pronunciar as palavras corretamente. Esta é uma maneira divertida de praticar a pronúncia das palavras., começando pelo mais simples e aumentando a dificuldade.

3. LUDICIDADE, METODOLOGIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL

... a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (SANTOS, apud SANTOS, 1997, p12).

Assim, percebemos que de acordo com Santos (1997), a presença da ludicidade se faz muito importante na educação infantil quando se refere à inclusão de crianças com problemas educacionais, mentais, físicos e sociais. A ludicidade pode oportunizar ao professor a compreensão do significado e da importância das atividades na educação infantil especial. Deve-se, portanto, provocar situações de inserção do lúdico e do brincar em projetos educativos tendo intencionalidade, objetivos e consciência clara de sua ação em relação ao desenvolvimento da aprendizagem na educação infantil especial, ou seja, se utilizando do lúdico para inclusão de crianças deficientes sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal e social dessas crianças.

Nas metodologias atuais destaca-se a utilização da ludicidade como instrumento pedagógico para a inserção dessas crianças na rede regular de ensino de acordo com a Lei LDB nº 9.394 – 1996 (BRASIL, 1996); essa lei

assegura a esses alunos implementação de formas, técnicas, currículos específicos e métodos. Porém, em caso de deficiências mais complexas os alunos deverão ser assistidos por instituições apropriadas para um acompanhamento especializado, sendo essas instituições um complemento da escola regular

Todas as crianças têm direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível adequado de conhecimento. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias. Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades. As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular que deverão integrá-las numa pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades. As escolas regulares, com essa orientação integradora, representam os meios mais eficazes de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade integradora e alcançando educação para todos, além de proporcionar uma educação efetiva à maioria das crianças e melhorar tanto a eficiência como a relação custo-benefício de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994)

De acordo com a UNESCO (1994), em todas as situações pedagógicas, o mais importante que deve acontecer é que para escolas, entidades e comunidades realmente serem inclusivas, devem garantir a todos, principalmente a pessoas com necessidades especiais, acesso à educação e suas oportunidades promovendo sempre uma educação de qualidade.

4. TEORIAS DO BRINCAR (POR FROEBEL, PIAGET E VYGOTSKY)

Muitos autores entendem o conceito de jogo sob diferentes abordagens, como por exemplo, a História, Psicologia, Filosofia e Sociologia.

O jogo é entendido e visto como sendo um elemento da cultura, diferenciando e identificando características de diferentes aspectos sociais; a atitude dos participantes pode ser desinteressada, ou voluntária, livre e até mesmo imaginária, ou seja, o mais importante dentro da ludicidade é o divertimento e o prazer do jogador.

Froebel (1782), filósofo do século XIX, foi um dos primeiros autores a salientar a importância do brinquedo e da ludicidade para o desenvolvimento

infantil; criou recursos sistematizados para as crianças expressarem seus dons com criatividade. Dentro da sua pedagogia, ele se utilizou de materiais diversos, como por exemplo, papel, argila, serragem e blocos de construção. Além disso, Froebel dava uma extrema importância para atividades que envolvessem movimentos e ritmos, além de valorizar também a utilização de fábulas, mitos e contos de fadas.

Já para Piaget (1896), o jogo ou qualquer outra atividade lúdica são fundamentais no desenvolvimento cognitivo de qualquer ser humano principalmente no momento da infância. Na opinião dele, o jogo começa a acontecer quando um indivíduo deixa de realizar uma atividade somente pelo simples prazer de fazê-la, passando a realizá-la com um sentido, jogando simbolicamente.

Sendo assim, vai ser através do jogo simbólico que a criança passa a compreender o que é real, de forma com que passa a centrar-se a si mesma. Para Piaget, a classificação dos jogos consiste em: jogos simbólicos, jogos de exercício e jogos de regras.

Já Vygotsky (1896) acreditava que o jogo é o elemento de impulsiona o desenvolvimento dos indivíduos; além disso, ele destaca dois elementos importantes dentro das brincadeiras das crianças: as regras e as situações imaginárias. Ele acreditava que logo nos primeiros anos de vida da criança a brincadeira é uma atividade predominante e natural, tendo a função de desenvolver a aproximação entre os indivíduos, ou seja, a interação social das crianças ao brincar com outras pessoas permite a ampliação de conhecimento infantil.

Portanto, compreendendo as teorias de Froebel, Piaget e Vygotsky, percebemos que, desde muitos séculos atrás, começou-se a questionar e dar importância às brincadeiras, antes mesmo do termo ludicidade vir a existir. Isso comprova que, as brincadeiras são importantes para a aprendizagem, comprovadamente, há muitos anos, onde a mesma faz parte da vida da criança, de seu ciclo natural de vida, onde a mesma também faz parte de vida social das crianças, fazendo com que elas aprendam e se socializem ao mesmo tempo em que brincam umas com as outras. Assim, para um bom

desenvolvimento cognitivo e social, a brincadeira deve fazer parte da vida da criança, tanto fora, quanto dentro da escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho de conclusão de curso, compreendemos qual a influência da ludicidade e como utilizá-la em sala de aula; compreendemos também a importância de um professor mediador dentro de sala de aula, levando o aluno ao conhecimento de forma facilitada e compreensível, e isso é possível através da utilização da ludicidade de forma significativa para o aluno.

Assim, a partir de todas as informações contidas neste estudo, podemos concluir que é importante utilizar-se de jogos e brincadeiras em sala de aula como forma de atividades para ajudar o aluno a construir conhecimentos de diversas ordens, por meio de atividades que o desafiam e possibilitam a troca de conhecimento e a interação aluno/professor e entre os próprios alunos.

A construção do conhecimento acontece, portanto, a partir da realidade vivenciada durante as atividades lúdicas; porém, ainda nos dias de hoje, alguns professores são contrários às teorias a favor da ludicidade, optando assim pelo método tradicional de ensino; assim, percebemos a importância da preparação de professores que devem visar o futuro, tanto de seu trabalho, quanto da continuidade do ensino-aprendizagem de seu aluno.

Portanto, percebemos que o professor deve oferecer um ambiente oportuno para o crescimento social da criança e seu desenvolvimento, estimulando interações e troca de conhecimento, além de aquisição de novos conhecimentos através de momentos prazerosos de aprendizagem dentro da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRINCADEIRAS de palavras ajudam a desenvolver a fala e o vocabulário. Instituto Neurosaber, 2020. Disponível em: <

<https://institutoneurosaber.com.br/brincadeiras-de-palavras-ajudam-a-desenvolver-a-fala-e-o-vocabulario/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

CARNEIRO, Maria Ângela Barbato e DODGE, Janine J. A descoberta do brincar. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

CUNHA, N. Brinquedoteca um Mergulho de Brincar. São Paulo: Maltese, 1994.

KISHIMOTO, T.M. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação; p. 6. ed. São Paulo: CORTEZ, 1994.

KISHIMOTO, TM. O Jogo e a Educação Infantil; 1994. São Paulo: Ed. Pioneira, 1994.

MEC, apud. NEVES, Lisandra Olindo Roberto.2002. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Unid. 4. Brasília, 2012.

SANTOS, M. G. S. Apud SANTOS, Maria da Glória Shaper dos. 1997. Educação especial. V2, 2 ed. Rio de Janeiro. Fundação: CECIERJ, 2005.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. O jogo e os processos de aprendizagem e desenvolvimento: aspectos cognitivos e afetivos. 2004. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=621>>. Acesso no dia 25 de outubro de 2015.

**- O LÚDICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA (Lucineia de Oliveira Barbosa
Zunarelli; Luciana Cabral Santos de Oliveira; Luciana dos Santos Silva;
Jaqueline Pozzebon; Sueli Souza de Oliveira Barbosa)**

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lucineia de Oliveira Barbosa Zunarelli

Luciana Cabral Santos de Oliveira

Luciana dos Santos Silva

Jaqueline Pozzebon

Sueli Souza de Oliveira Barbosa

RESUMO

O presente artigo apresenta conceitos e procedimentos relacionados a ensinar através de brincadeiras, visando o interesse das crianças em aprender através do lúdico. A ludicidade sendo uma ferramenta importantíssima, podendo ser trabalhada nas series iniciais do ensino fundamental ou na educação infantil, ou em todo estágio de aprendizado, por meios de jogos, brincadeiras. Ficando muito evidente a importância de o professor perceber, incluir e levar o lúdico para o ambiente escolar através de brincadeiras, músicas e jogos. Sendo que esta prática pedagógica e essencial para o aluno se desenvolver a criatividade enriquecer o bom relacionamento entre os pares, aceitar regras e lidar com frustrações superando suas expectativas e dificuldades. Propõe um conceito de mudanças para as práticas cotidianas, na escola com as crianças, fazendo com que os profissionais que atuam nessa área repensem a sua práxis. Procurando sempre as didáticas, que influenciam e envolvam a autoestima das crianças, compreendendo os fundamentos teóricos da ludicidade e sua importância na prática educativa, na formação do professor. Dessa forma, consideram-se oficinas pedagógicas como um instrumento que promove a cultura a sociabilidade e o desenvolvimento da aprendizagem dos indivíduos, sendo este processo dentro do espaço formal ou informal do contexto escolar, é possível dizer que o lúdico é uma ferramenta pedagógica importantíssima que o professor pode usar e abusar em sala de aula, pois o lúdico transforma a criança, e os resultados alcançados é gratificante para o professor e para a criança, entretanto cabe ao professor apresentar contradições entre o aprender com a teoria e o aprender na prática pedagógica, se o professor deixar o lúdico de fora de seus planos de aprendizado, ele está privando a criança de aprender de forma prazerosa e desmotivada com conteúdo exaustivos.

Palavras-chave: Lúdico. Aprendizado. Desenvolvimento.

SUMMARY

This article presents concepts and procedures related to teaching through play, aiming at the children's interest in learning through play. Playfulness is a very important tool, and can be worked on in the early grades of elementary school or early childhood education, or at any stage of learning, through games and games. It becomes very evident the importance of the teacher to understand, include and take the ludic to the school environment through games, songs and games. Since this pedagogical practice is essential for the student to develop creativity, enrich the good relationship between peers, accept rules and deal with frustrations, surpassing their expectations and difficulties. It proposes a concept of changes to everyday practices, at school with children, making professionals who work in this area rethink their praxis. Always looking for didactics that influence and involve children's self-esteem, understanding the theoretical foundations of ludicity and its importance in educational practice, in teacher training. In this way, pedagogical workshops are considered as an instrument

informal space of the school context, it is possible to say that the ludic is a very important pedagogical tool that the teacher can use and abuse in the classroom, because the ludic transforms the child, and the results achieved are rewarding for the teacher and for the child, however, it is up to the teacher to present contradictions between learning with theory and learning in pedagogical practice, if the teacher leaves play out of his learning plans, he is depriving the child of learning in a pleasant and unmotivated way with exhaustive content.

Keywords: Playful. Apprenticeship. Development.

1 Introdução

O lúdico pode ser usado de várias formas, brinquedos, jogos, brincadeiras, jogos, dança, teatro, fantoche, através do lúdico a criança se diverte, aprende, interagi, usa sua imaginação. Uma brincadeira simples como os jogos, ativa a concentração faz com que desperte o lado competitivo de cada um, ensina a criança a perder e ganhar, sendo que é possível ver no rosto de cada um quando o resultado é de derrota.

Durante o estágio pude perceber o quanto é importante o papel do professor nas atividades lúdicas, não basta só dar os brinquedos é preciso brincar junto, é preciso sentar no chão, se sujar de tinta, colocar a mão na massa, ou seja, ensinar e brincar junto. O lúdico é uma forma satisfatória da criança, trabalhando com o real e concreto, aprender com o lúdico é uma forma prazerosa para o desenvolvimento e o aprendizado de cada aluno.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICA

O Lúdico é uma atividade que pode ser usada em todas as idades, e tem várias concepções teóricas por autores como Piaget (1982), a onde mostra a importância da brincadeira para o desenvolvimento e aprendizado através do Lúdico.

O Lúdico e a brincadeira possibilitam no processo de desenvolvimento mental, motor e cognitivo da criança, podem dizer o bem necessário na

utilização de brinquedos, brincadeiras e jogo no cotidiano da educação do aluno.

Os brinquedos e jogos reconhecidos por educadores como fator importante na educação. É superimportante utilizar a brincadeira como um recurso escolar é aproveitar uma motivação apropriada para as crianças, para termos a aprendizagem mais prazerosa e atraente, através do Lúdico é possível prender a atenção e o interesse da criança, sem perder o foco nas aprendizagens.

Brincando a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e aprimora habilidades. A Ludicidade é indispensável à saúde física e mental da criança. As crianças fazem das brincadeiras o imaginário, que pode muito ser trabalhado como, cantar, ouvir historinhas, dramatizar, jogar.

Segundo Paulo Freire:

O lúdico se baseia na atualidade, ocupa-se do aqui e do agora, não prepara para o futuro inexistente. Mas sim sendo o hoje a semente de qual germinará o amanhã, podemos dizer. Que o lúdico favorece a utopia, a construção do futuro a partir do presente. A teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto une-se a prática com a teoria, tem-se a práxis.

2.1 O LÚDICO E O APRENDIZADO

O Lúdico em sala de aula ajuda o desenvolvimento escolar através da arte de brincar, aprender brincando é mais satisfatório, é uma forma de construir o conhecimento da criança.

Vivemos em uma época em que a tecnologia avança aceleradamente inclusive na educação, mas as atividades lúdicas não podem ser esquecidas no cotidiano escolar, porque a alternativa de trabalhar de maneira Lúdica em sala de aula é muito atraente e educativa. Devemos adotar as estratégias do lúdico na intervenção pedagógica, oferecendo oportunidades de momentos lúdicos. A ludicidade como ciência se fundamenta sobre os pilares de 4 eixos, das diferentes naturezas, isto é sociologia, psicologia, pedagogia e epistemológica.

Foi feito um levantamento bibliográfico inspirados na observação das atividades práticas, num enfoque das teorias de Piaget, Vygotsky, Bruner,

Dieneies e outros, a importância da estimulação e integração para despertar o interesse da criança, por meios de estimulação e integração. É necessário que os educadores procurem um equilíbrio em todos os processos de desenvolvimento do educando cognitivo, psicomotor, afetivo, social, físico e moral, para o êxito do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Dalme 2003,

... ludicidade refere-se aos jogos pedagógicos, brincadeiras, dinâmica de grupo, recorte e colagem, dramatização, exercícios físicos, cantigas de roda, atividades rítmicas e atividades no computador. O lúdico consiste na satisfação da criança, trabalhando o real e o concreto, tocando, deslocando, montando e desmontando.

A finalidade do lúdico é o prazer do funcionamento da brincadeira importantíssimo, pois ajuda o desenvolvimento facilitando a aprendizagem e a interação entre colegas de sala. As atividades lúdicas podem colocar o aluno em diversas situações, onde ele pesquisa e experimenta. Fazendo com que ele conheça suas habilidades e limitações, que exercite o diálogo e liderança. Seja solicitada ao exercício de valores ético e muitos outros desafios, que permitirem.

Vivência na educação infantil é enriquecer as atividades escolares, através do lúdico a criança brinca com sua fantasia, constrói uma ponte no tempo repetindo o passado e vivendo o presente e projeta seu futuro. O lúdico como brincadeira faz enquanto brincadeira, atividades livres, gratuita através da imaginação associando com sua própria realidade.

Negrini (1994, p.19) sustenta que:

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: A inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Vygotsky (1994) atribui relevante papel do lúdico na constituição do pensamento infantil, segundo ele é através do lúdico que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil e motor com seu modo de aprender com o mundo, pessoas, coisas e símbolos.

As atividades lúdicas promovem ou restabelecem o bem-estar psicológico da criança, no contexto e desenvolvimento social da criança, tais atividades são partes do repertório infantil. O lúdico pode ser usado em diversas formas e faixas etárias, pode sofrer intervenção nas metodologias em sua real estratégia. A escola pode proporcionar as crianças espaços, com atividades lúdicas, oferecer melhores condições para que seja apto em diferentes circunstâncias, aprender por si mesma, conhecendo suas capacidades e limitações.

O uso do lúdico na educação requer um olhar amplo, para o ensino de todos. Desde muito pequena a criança necessita de cuidados especiais, alguém que zele pelo seu bem estar e ensine, através desses cuidados e ensinamentos. Segundo Vygotsky (1989) o lúdico é considerado educativo quando desperta o interesse do aluno pela disciplina. Por tanto o professor pode aproveitar, os jogos e brincadeiras como facilitador da aprendizagem.

Quando se trabalha o lúdico na educação, abrem-se espaços para que a criança expresse seus sentimentos oferecendo a ela a oportunidade de desenhar novos conhecimentos. Podemos afirmar que é função do professor proporcionar aos seus alunos um aprendizado de forma interessante, de maneira que o aluno tenha prazer em aprender. É dever de o professor mudar os padrões de conduta em relação aos alunos, deixar de lado os métodos tradicionais e trabalhar com o lúdico em desenvolvimento na sala de aula.

2.2.A ORIGEM DO LÚDICO

A origem do lúdico se deu pela palavra “Iodus”, que quer dizer “jogo”, mas ele passou a ser muito mais que um simples jogo, está inserida no brincar, movimentar, cantar, dançar, jogar e muitas outras formas de aprender. Existente há muitos anos, pois pode considerar lúdico desde o movimentar do bebê na barriga da mãe. Os homens primitivos já usavam de maneira rude e peculiar, através de suas curiosidades demonstravam em suas atividades, como forma de comunicação, através de desenhos, símbolos e pinturas, onde a tinta era tirado das arvores e também de carvão feita por eles mesmos. O lúdico faz parte de todas as atividades seja em dinâmicas na família, na escola

ou através do movimento de seu próprio corpo, sendo uma necessidade básica da personalidade de cada um. Ao analisarmos o lúdico usado pelos primitivos, podemos dizer que foi um importante

Segundo Riedel (apud Almeida, 2000, P.78):

Ao longo da história, o prestígio dos jogos sofreu oscilações. Platão, por exemplo, os colocava em igualdade de importância com a instrução formal na transmissão de valores educativos e morais. Entre os gregos, os romanos e os maias, os jogos eram utilizados pelos mais velhos para transmitir as novas gerações: valores, conhecimentos e normas sociais. Com ascensão do cristianismo, as atividades lúdicas, como os jogos caíram em descrédito e passaram a ser vistos como profanos e imorais e destruídos de qualquer significado.

2.2.1 DESENVOLVIMENTO E ATIVIDADES LÚDICAS

Os primeiros anos de vida são muito importantes para as expectativas e aprendizado, por isso para o crescimento saudável é preciso cuidar, orientar, educar, são ações que complementam o desenvolvimento, cognitivo e social infantil. Na educação infantil a escola precisa dar atenção e dar oportunidades de aprendizagem. É na brincadeira que as crianças expressam suas emoções, desejos, sentimentos o lúdico proporciona uma variedade de experiências para o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social da criança.

De acordo com Almeida (2000) os jogos se tornam mais significativos a medida que a criança se desenvolve, através da manipulação de diferentes materiais que a rodeiam, servem de estímulos onde ela começa a reconstruir suas ações reinventando as coisas e favorecendo seu aprendizado.

Já Rizzi e Haydt (2001), em estudos realizados por Jean Piaget sobre a evolução do jogo na criança, o estudioso percebeu e dividiu a estrutura do jogo infantil em três categorias que veremos a seguir:

2.2.2 JOGOS DE EXERCÍCIOS SENSORIO-MOTOR

Nos primeiros meses de vida a criança já demonstre o impulso lúdico, o que foi chamado por Piaget do “jogo de exercício sensorio motor”, que consiste em reflexo de repetição de gestos ou movimentos como esticar e encolher as pernas, observar as mãos em movimentos, chupar os dedos, manipular e tocar

objetos pequenos, a criança pode fazer gestos para produzir sons e se expressar, favorecendo o desenvolvimento e o domínio da motricidade.

Segundo Almeida (2000, p.42),

Nesta fase a criança desenvolve seus sentidos, seus movimentos, seus músculos, sua percepção e seu cérebro. Olhando, pegando, ouvindo, apalpando, mexendo em tudo que encontra a seu redor, ela se diverte e conquista novas realidades. Em sua origem sensório-motor, o jogo para ela é pura assimilação do real ao “eu” e caracteriza as manifestações de seu desenvolvimento. O bebê brinca com o corpo, executa movimentos como estender e recolher braços, as pernas, os dedos, os músculos.

2.2.3 O LUDICO E O APRENDIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Lúdico em sala de aula principalmente na educação infantil ajuda o desenvolvimento escolar através da arte de brincar, aprender brincando é mais satisfatório, é uma forma de construir o conhecimento da criança, a liberdade é importante para a criança se expressar e criar, isto é um impulso natural que a criança tem, tornando mais fácil aprender e aprender brincando é muito mais prazeroso e divertido.

IMAGEM 1:BRINCADEIRAS COM PECINHAS DE MONTAR



Fonte: Disponível em: <[www.clickjogos.com.br/jogos de crianças](http://www.clickjogos.com.br/jogos_de_crianças) > acesso em: 20 JUL. 2023.

A infância é uma das fases que as crianças mais brincam, expressam seus desejos e sentimentos, e a forma mais eficiente para o envolvimento da criança nas atividades escolares, porque a brincadeira é inerente a própria criança mostrar a relevância para o desenvolvimento, mostrando a importância de usar esta metodologia para dar significado ao ato de educar.

É necessário que os educadores procurem um equilíbrio em todos os processos de desenvolvimento do educando cognitivo, psicomotor, afetivo, social, físico e moral, para o êxito do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Dalme (2003, p.23)

A ludicidade refere-se aos jogos pedagógicos, brincadeiras, dinâmica de grupo, recorte e colagem, dramatização, exercícios físicos, cantigas de roda, atividades rítmicas e atividades no computador. O lúdico consiste na satisfação da criança, trabalhando com o real e concreto, tocando, deslocando, montando e desmontando.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lúdico na Educação infantil é um instrumento que favorece um aprendizado de qualidade para a criança, com técnicas que ajudam no desenvolvimento das habilidades no processo de aprendizagem.

A partir do estudo realizado foi possível compreender a importância que o lúdico pode trazer quando incluídos na educação infantil, proporcionando um desenvolvimento integral uma vez que estimulam diversas áreas no âmbito social, cognitivo, afetivo e motor, além de ser algo inerente na vida da criança, pois para ela brincar é viver seu desenvolvimento global.

Com as brincadeiras a criança tem oportunidade de partilhar seus limites, emoções e testar seus desafios. O lúdico desenvolve na criança a capacidade de interação para sua vida social, proporcionando um ambiente interessante e agradável, o lúdico auxilia a criança a ter melhor desempenho na aprendizagem, faz a criança ter oportunidade para refletir sobre o mundo, com o lúdico a criança ordena, desorganiza, destrói e reconstrói pode usar o

lúdico para resolver problemas de matemáticas e atuar nos trabalhos do dia a dia de cada um.

É importante utilizar o lúdico como uma ferramenta nas dificuldades de aprendizagem, trazendo resultados positivos, pois a criança está envolvida emocionalmente na ação, ficando mais atenta e a aprendizagem pode se tornar mais significativa.

A infância é uma das fases que as crianças mais brincam, expressam seus desejos e sentimentos, e a forma mais eficiente para o envolvimento da criança nas atividades escolares, por que a brincadeira é inerente a própria criança mostrar a relevância para o desenvolvimento, mostrando a importância de usar esta metodologia para dar significado ao ato de educar.

REFERÊNCIA

Disponível em:<Ângela Cristina Munhoz Maluf. >acesso em 15/jul/2023

Disponível em:<Brinquedoteca. net.br/?p=1818> acesso em:10/maio/2017Fabio pestana ramos. Blogsport.COM. BR /2012/02 importância-do-lúdico-processo-de. HTML. NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de janeiro, 2003.

Disponível em:<http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/1262_289_ID.pdf>acesso em 20/jul/2023

Disponível em:<www.seduc.mt.gov.br/Paginas A-importancia-do-ludico-para-o-desenvolvimento-da-crianca.aspx>acesso em: 20/jul/2023.

Fonte: Disponível em:<www.clickjogos.com.br/jogos de criancas>acesso em:20 JUL.2023.

Metodologia científica/André Bazanella: Elizabete Penzlin Tafner; Everaldo da Silva; Antônio José Muller (org.). Indaiatuba: Uniasselvi, 2003.206p. Il Morais, 1979.

NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de janeiro, Básica do Conselho Nacional de Educação< Brinque e aprenda. Blogsport.com. BRMetadosupera.com. br

WWW. Zemoleza. Com. BR /trabalho- academico kociais- aplicados / pedagogia/ projeto- de pesquisa- a importancia do – jogo e do ludico no processo ensino aprendizagem.

- O LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM (Keilla Cristina da Silva Santos; Fernanda Aparecida Alves da Silva; Vilma Souza Alves; Patrícia Cavalcante Gama)

O LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Keilla Cristina da Silva Santos

Fernanda Aparecida Alves da Silva

Vilma Souza Alves

Patrícia Cavalcante Gama

RESUMO

Este trabalho visa refletir a importância da Ludicidade no processo de aprendizagem, os dados coletados foram a partir de autores, pesquisas online e bibliográficas. Tendo como referencial teórico autores que falam sobre o lúdico na prática pedagógica através das brincadeiras, brinquedos e jogos na alfabetização das crianças, os jogos ensinam através das regras, e possibilita a exploração do ambiente a sua volta tornando prazeroso e também significativo e assim, agregando mais o conhecimento de cada criança, e o professor como mediador organize atividades planejadas e estabeleçam objetivos a serem alcançados, com conteúdo diferenciados que possa despertar o interesse de cada crianças, para que ocorra aprendizagem significativa e não somente uma forma de diversão da criança, e cada vez mais estudar as necessidades que existem dentro do âmbito escolar para a implantação da cultura lúdica, e seus benefícios em uma escola tradicional, procurando sempre estar atualizado nas novas práticas pedagógicas favorecendo o desenvolvimento e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ludicidade. Desenvolvimento. Infância.

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a ludicidade para o processo de ensino e aprendizagem.

As atividades lúdicas contribuem para uma aprendizagem que cada criança interaja com colegas e professores, e possibilita a criatividade, a interação social e assim, obtendo um crescimento sadio através convívio em grupo desenvolvendo o seu potencial, porque cada criança é um ser único em seus anseios e experiências.

Considerando que a criança é um ser lúdico e que brinca para interagir com o meio em que vive. O lúdico na educação Infantil e Ensino Fundamental é muito importante, porque promove uma grande quantidade de atividades diferenciadas para o processo de aprendizagem de cada criança, onde é

possível por meio da brincadeira beneficiar o educando, em suas atividades diárias mais complexas em sala de aula.

Sendo que a brincadeira não é somente uma passa tempo, mas sim formas de despertar a autoconfiança, desenvolvimento psicomotor é através do brincar que a criança aprende regras e limites no qual usara respeitosamente no seu dia a dia., considerando que a ludicidade é um caminho para construção que contribui em meio ao conhecimento da criança, com as brincadeiras, brinquedos e jogos.

Através do brincar a criança constrói o seu universo, seu mundo imaginário, e possibilita o seu desenvolvimento, como os jogos e brincadeiras tradicionais de uma maneira geral são importantes instrumentos para desenvolver a simbolização, criatividade e a representação do real, constituindo-se maiores condições de desenvolver uma aprendizagem.

2- DESENVOLVIMENTO

Lúdico vem da palavra latina «ludus» que tem significado «jogo». Desde a Grécia antiga existem relatos de Platão que diziam que durante os primeiros anos de vida, a criança deveria ocupar seu tempo com jogos, dessa forma os jogos e brincadeiras no contexto da Grécia antiga onde era bastante valorizado e estimado.

No século XVI já se falavam da importância do lúdico no processo de aprendizagem das crianças, também pesquisadores da área da educação trabalhavam em cima dessa temática, nos Estados Unidos Dewey considerava que o jogo poderia ser atrelado à vida, tornando-se seu habitat natural, onde ela aprender a viver, e para o pensador Piaget ele também ressaltava o quão valiosos os jogos e brincadeiras são para o processo de desenvolvimento intelectual de cada criança, pois eles vão muito além de uma forma de entretenimento infantil ou uma forma de distração para crianças .

Já século XVII, a criança era considerada um adulto, ou seja, nas classes menos privilegiadas, as crianças trabalhavam no campo, vendiam nos mercados, elas levavam suas vidas sem poder brincar e desfrutar da sua

infância, mas com o passar do tempo foram surgindo leis para combater os maus tratos as crianças.

Por isso deve-se atentar para a enorme importância do lúdico dentro do âmbito da saúde mental da criança e do ser humano em si, considerando a relevância dos pais se atentarem para tal e os educadores também, pois é onde a criança pode expressar-se livremente da maneira como ela entende o mundo, sente o mundo e as pessoas, e os objetos também.

Kishimoto (1994) traz considerações importantes sobre os brinquedos e o ato de brincar no processo de desenvolvimento infantil: “Partindo do pressuposto de que, manipulando e brincando com matérias como bola, cubo de cilindro, montando e desmontando cubos, a criança estabelece relação matemática e adquire noções primarias e físicas e metafísica. Aliando a utilização de matérias educativos que domina, aos dons, aos cantos e as ocupações manuais (recortes, colagem, tecelagem, dobradura, etc.), o autor das atuais caixas de construção elabora uma proposta curricular para a pré-escola que contem em seu bojo a relevância do brinquedo” (KISHIMOTO, 1994, p 12)

As atividades lúdicas elas podem desenvolver em cada criança a sua atenção, imaginação e a memorização, pois muitos desses aspectos que estão em andamento no momento em que a criança está na pré-escola. Os jogos e as brincadeiras passaram a ser investigados, a partir do momento em que os pesquisadores consideraram a ação lúdica como um método de metacomunicação, assim, possibilitando a criança compreender a linguagem e o pensamento do outro.

A brincadeira torna se importante no desenvolvimento da criança de maneira que vão surgindo gradativamente desde os mais funcionais até os de regras, pois a fase infantil que compreende a idade de 0 a 6 anos é um período que as crianças estão em pleno desenvolvimento motor é nesse momento que suas capacidades de aprendizagem devem ser exploradas, para que o aluno tenha contato com os passos importantes para o desenvolvimento enquanto cidadão e ser humano.

Piaget (1978) diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, estas não são apenas uma forma de

desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual. Ele afirma que,

O jogo e o brincar, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, proporciona uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a este seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça as crianças um material conveniente, a fim de que, jogando e brincando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores a inteligência infantil. (PIAGET 1976, p.160).

Vale ressaltar que existem várias definições sobre os jogos, como os jogos cooperativos que são atividades ou dinâmicas realizadas em grupo para ter a superação de limites coletivo; também os jogos motores que exigem movimentos corporais variáveis por parte de cada participante como equilíbrio e lateralidade; os jogos populares tradicionais que são desenvolvidos em ruas, quintais, pátios escolares; e também os jogos psicomotores que é a ciência que tem por objetivo o estudo do homem através do seu corpo em movimento, com suas possibilidades de perceber e atuar e agir com o outro.

A ação pedagógica integra dois paradigmas: o cuidar e o educar indicam também uma aproximação entre dimensões educacionais e sociais e propõe outro método, que possa possibilitar a aprendizagem de maneira lúdica que é o brincar na infância, a criança pequena aprende, se integra e se socializa com todos aqueles que estão ao seu redor.

Neste ambiente educacional onde a brincadeira é de caráter estimativo, ela é também responsável pelo desenvolvimento da criança, o que se caracteriza em atividades próprias e exercitando seus sentidos, envolvendo todo o seu corpo com movimentos que se transformam em aprendizagem. A criança pode sentir, ouvir, tocar, degustar e vocalizar-se, por meio da brincadeira.

A sua autoconfiança e competência, vai se aperfeiçoando de acordo com sua capacidade de expressão, porque nos dias atuais, em meio a mudanças educacionais, os educadores acabam exercendo várias funções, sociais, psicológicas e muito mais para que possam desenvolver as habilidades e a confiança necessária de cada criança, e assim desempenhar atividades e obter grande sucesso no processo de aprendizagem.

Segundo Oliveira (2000) o brincar não significa apenas recrear, é muito mais, caracterizando-se como uma das formas mais complexas que a criança tem de comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece através de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda sua vida. Assim, através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, ainda propiciando à criança o desenvolvimento de áreas da personalidade como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade.

No contexto da socialização, a escola é um instrumento de interação entre o aluno e os professores, é onde está relacionada ao desenvolvimento de habilidades sociais que facilitam a interação posterior da criança.

A brincadeira é uma forma de divertimento, típico da infância, algo natural da criança, onde não há comprometimento, planejamento envolvendo assim momentos de prazer para a criança.

É a etapa que mais necessita de um olhar próximo, cuidadoso, amoroso, por esse o período de grande desenvolvimento da personalidade infantil. As brincadeiras espontâneas e os jogos que as crianças desenvolvem, manifestam como elas estão apreendendo a realidade com a qual convivem. Não existem maneiras de isolar o brincar ou jogar da criança, a ludicidade está sendo estudada como um processo essencial no desenvolvimento humano.

O educador das Instituições Infantis poderá transformá-las em um espaço adequado, seguro, estimulante e atraente para cada criança, levando em conta o desenvolvimento nesta fase escolar: as capacidades de ordem física possibilitando o conhecimento das potencialidades corporais, ao uso do corpo na expressão das emoções e autoconhecimento, capacidades de ordem cognitiva com recursos para pensar, o uso de formas de representação, comunicação e resolução de problemas; as capacidades de ordem afetiva associadas à construção da autoestima, à convivência social, diferenças individuais, a compreensão de si e dos outros.

O brincar não é somente um instrumento didático para o aprendizado, mas cria várias áreas no desenvolvimento infantil como: a motricidade, a criatividade, a sociabilidade, o raciocínio e a inteligência.

Ao brincar, a criança assume papéis e aceita as regras próprias da brincadeira, executando, imaginariamente, tarefas para as quais ainda não está apta ou não sente como agradáveis na realidade. Lev Vygotsky

As brincadeiras tradicionais como amarelinha, passa anel, morto-vivo, esconde-esconde, pular corda, bola de gude, pular elástico, dentre muitas outras são de grande importância para o desenvolvimento e aprendizagem de cada criança, pois em cada uma dessas brincadeiras desperta a coordenação motora, psicológica e a capacidade de compreender e de relacionar as informações.

Segundo Friedmann (1995), o jogo tradicional é um patrimônio lúdico que é importante para o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas, sociais, afetivas e linguísticas.

Os jogos de exercícios sensório motor; é uma atividade natural do ser humano sendo exercícios que consiste em repetições dos gestos e movimentos como agitar os braços, emitir sons, sacudir objetos, caminhar, correr, etc.

Os jogos simbólicos, também chamados brincadeira simbólica ou faz-de-conta, que são usuais entre 2 a 6 anos que consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real esse é um jogo em que a criança assimila, sendo uma maneira de se expressar são jogos através dos quais a criança expressa capacidade de representar dramaticamente, nesse brincar a criança age em um mundo imaginário, regido por regras semelhantes ao mundo adulto real, sendo a submissão às regras de comportamento e normas sociais a razão do prazer que ela experimenta no brincar.

E também os jogos de regras que são desenvolvidos a partir dos 5 anos, porém se desenvolve na fase dos 7 e 12 anos que são classificados como jogos de exercícios sensório motor, como o futebol, xadrez sendo jogos que existem regras a serem obedecidas

Através do faz-de-conta a criança pode desenvolver várias linguagens, usando a sua imaginação, quando a criança entra no faz de conta, ela pode estar desenvolvendo uma nova fase de sua capacidade de lidar com a realidade, o pensamento evolui a partir das suas ações, e vai cada vez mais

enriquecendo sua identidade, porque podem experimentar outras variáveis possibilidade para seu desenvolvimento.

Atualmente, as crianças já recebem seus brinquedos prontos, que não requerem montagem, simplificando a rotina dos pais e professores, e com isso a criança fica distante do lúdico, onde o necessário para essas crianças seria estudar, aprender, adquirir novos conhecimentos de acordo com os adultos.

Vygotsky (1998), um dos representantes mais importantes da psicologia histórico-cultural, partiu do princípio que o sujeito se constitui nas relações com os outros, por meio de atividades caracteristicamente humanas, que são mediadas por ferramentas técnicas e semióticas. Nesta perspectiva, a brincadeira infantil assume uma posição privilegiada para a análise do processo de constituição do sujeito, rompendo com a visão tradicional de que ela é uma atividade natural de satisfação de instintos infantis. Ainda, o autor refere-se à brincadeira como uma maneira de expressão e apropriação do mundo das relações, das atividades e dos papéis dos adultos. A capacidade para imaginar, fazer planos, apropriar-se de novos conhecimentos surge, nas crianças, através do brincar. A criança por intermédio da brincadeira, das atividades lúdicas, atua, mesmo que simbolicamente, nas diferentes situações vividas pelo ser humano, reelaborando sentimentos, conhecimentos, significados e atitudes.

Os jogos e brincadeiras são muito importantes na Educação para desenvolver a aprendizagem de forma mais prazerosa, por isso foi realizado pesquisas para obter um levantamento na compreensão do conceito lúdico que promove uma prática educacional do conhecimento de mundo.

Á grandes ganhos cognitivos e sociais são adquiridos nas atividades lúdicas tornando uma ferramenta de valor na construção da aprendizagem, cognitivos porque envolve a memória, raciocínio lógico, percepção e a criatividade.

Dentre os instrumentos utilizados com as brincadeiras e os jogos são de grande valia na construção do conhecimento, também podem ser usados a música, teatro, dança e histórias pois ao mesmo tempo em que a criança cria ou constrói, ela também desenvolve sua capacidade como raciocínio, criatividade e atenção, assim, obtendo a concentração e domínio sobre o assunto trabalhado.

Para Piaget (1982), o comportamento dos seres vivos não é inato, nem resultado de condicionamentos, mas construção numa interação entre o meio e o indivíduo, ou seja, a produção de conhecimentos pela criança é

espontaneamente produzida, mediante a cada estágio de desenvolvimento em que está se encontra.

3- CONCLUSÃO

É através do lúdico que a criança aprende a lidar com seus constrangimentos e tendo contato com os demais grupos, formulando e expondo suas ideias e cada vez mais formando sua própria personalidade.

Porque o brincar-lúdico está presente no cotidiano de cada criança através dos movimentos que é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento, esse é período de aprendizagem necessário e indispensável.

Esse é um fator muito importante, os jogos e brincadeiras envolvendo o lúdico em si, na escola seja com alunos da Educação Infantil, Ensino fundamental contribui para educação geral e formação do educando.

O educar com brincadeiras lúdicas com as crianças da Pré-escola tem inúmeras funções seja cognitiva e sociais, e possa possibilitar a assimilação de regras, autodomínio, atitudes.

Concluindo que trabalhar o lúdico é muito importante porque a criança interage consigo e com o outro, constrói normas para si e para o outro, também cria e recria novas brincadeiras ao mundo que a cerca, obtendo um resultado nítido na aprendizagem, porque a criança aprende alegremente adquirindo assim a necessidade de vencer os objetivos.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRIEDMANN, Jogos tradicionais. Série Ideias, São Paulo: FDE, n.7, p.54-61. 1995. Acesso em 19 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida et al. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-brincar-na-educacao-infantil.html> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

